

FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA SOUZA

O Ato Inaugural

Dez anos de pós-graduação
stricto sensu no IFRN
(2013-2023)



editoraifrn

FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA SOUZA

O Ato Inaugural

Dez anos de pós-graduação
stricto sensu no IFRN
(2013-2023)



editora**ifrn**

Natal, 2023

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação
Camilo Santana

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica
Getúlio Ferreira Marques



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte

Reitor

José Arnóbio de Araújo Filho

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação

Avelino Aldo de Lima Neto

Coordenador da Editora IFRN

Rodrigo Luiz Silva Pessoa

Conselho Editorial

Adriano Martinez Basso
Alana Drizie Gonzatti dos Santos
Alba Valéria Saboia Teixeira Lopes
Alexandre da Costa Pereira
Amilde Martins da Fonseca
Ana Judite de Oliveira Medeiros
Ana Judite de Oliveira Medeiros
Ana Lúcia Sarmento Henrique
Anna Cecília Chaves Gomes
Avelino Aldo de Lima Neto
Cíntia Beatrice da Silva Telles
Cláudia Battestin
Diogo Pereira Bezerra
Emanuel Neto Alves de Oliveira
Francinaide de Lima Silva Nascimento
Genildo Fonseca Pereira
Gracielle Cristine Farias Moura

José Everaldo Pereira
Julie Thomas
Leonardo Alcântara Alves
Luciana Maria Araújo Rabelo
Marcus Vinícius de Faria Oliveira
Marcus Vinícius Duarte Sampaio
Maria Elizabete Sobral Paiva de Aquino
Maria Kassimati Milanez
Maurício Sandro de Lima Mota
Maurício Sandro de Lima Mota
Miller Franco D Anjour
Paulo Augusto de Lima Filho
Raúl Humberto Velis Chávez
Renato Samuel Barbosa de Araújo
Rodrigo Luiz Silva Pessoa
Samuel de Carvalho Lima
Sílvia Regina Pereira de Mendonça

Projeto Gráfico, Diagramação e Capa

Hanna Andreza Fernandes Sobral

Revisão linguística:

Rodrigo Luiz Silva Pessoa

Imagem de capa:

<https://unsplash.com/pt-br>

Prefixo editorial: Editora IFRN

Linha Editorial: Acadêmica

Disponível para *download* em:

<http://memoria.ifrn.edu.br>



Contato

Endereço: Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol. Natal-RN.

CEP: 59015-300. Telefone: (84) 4005-0763 | E-mail: editora@ifrn.edu.br

O Ato Inaugural

Dez anos de Pós-graduação
stricto sensu no IFRN
(2013-2023)



Os textos assinados, no que diz respeito tanto à linguagem quanto ao conteúdo, não refletem necessariamente a opinião do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. As opiniões são de responsabilidade exclusiva dos respectivos autores. É permitida a reprodução total ou parcial desde que citada a fonte.

S729e O Ato Inaugural : Dez anos de Pós-graduação stricto sensu no IFRN (2013-2023) [livro eletrônico] / Francisco das Chagas Silva Souza – Natal : IFRN, 2023.
312 p. : il. ; PDF

ISBN : 978-85-8333-301-2

1. Pós-graduação - Estudos. 2. Educação Profissional e Tecnológica 3. Pós-graduação – Programa – Educação Profissional I. Souza, Francisco das Chagas Silva. II. Título.

IFRN/SIBi

CDU 378.046-021.68

Divisão de Serviços Técnicos
Catalogação da publicação na fonte elaborada pela Bibliotecária
Marise Lemos Ribeiro – CRB-15/418

Esta obra foi submetida e selecionada por meio de edital específico para publicação pela Editora IFRN, tendo sido analisada por pares no processo de editoração científica.

Professus Litteratus

Integram a Série *Professus Litteratus* da Editora IFRN obras de caráter singular que contribuem para o conhecimento da história da educação profissional e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Com essas publicações, busca-se valorizar e socializar a qualidade da produção acadêmica, além de prestar o devido reconhecimento àqueles servidores com célebre atuação junto ao IFRN, por, no mínimo, 10 (dez) anos.

Dessa forma, contempla-se, anualmente, um servidor ativo ou aposentado, dentre os indicados pelo Reitor e/ou pelo Conselho Editorial do IFRN que possuam obra de relevância institucional, nacional e/ou internacional, com contribuições para o desenvolvimento da educação, ciência, tecnologia e/ou cultura.

No ano de 2022, foi agraciado o Professor Francisco das Chagas Silva Souza, com a publicação do livro “O ato inaugural: dez anos de Pós-graduação *stricto sensu* no IFRN (2013-2023)”

O Historiador

Veio para ressuscitar o tempo
e escarpelar os mortos,
as condecorações, as liturgias, as espadas,
o espectro das fazendas submergidas,
o muro de pedra entre membros da família,
o ardido queixume das solteironas,
os negócios de trapaça, as ilusões jamais confirmadas
nem desfeitas.

Veio para contar
o que não faz jus a ser glorificado
e se deposita, grânulo,
no poço vazio da memória.

É importuno,
sabe-se importuno e insiste,
rancoroso, fiel.

(CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE – em “A paixão medida”, 1980)

Sumário

Prefácio	09
Agradecimentos	23
Introdução	26
1 Verticalização na Oferta da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil	32
2 Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP): Origens, Trajetória e Formação no Campo Trabalho-Educação	97
3 Cartas ao PPGEP: Relatos de Experiências de Alunos e Egressos	177
Referências	269
Posfácio	307
Índice Remissivo	310

Prefácio

Em primeiro lugar, é necessário destacar a importante iniciativa do professor Francisco das Chagas Silva Souza de registrar esses primeiros 10 anos do PPGEF. Embora tenhamos que ressaltar essa iniciativa, não é surpresa para os que gozam do convívio com Chagas, como o tratamos cotidianamente, pois ele é um historiador de ofício, sempre preocupado e ocupando-se das questões relativas à história e à memória da educação, de forma coerente com sua trajetória acadêmica de licenciado em História e, mestre, doutor e pós-doutor em Educação.

Nessa direção, esta obra comemorativa situa-se na Linha de Pesquisa História, Historiografia e Memória da Educação Profissional do PPGEF, que “[...] define-se como um campo de investigação cujo foco é a história da Educação Profissional e suas interfaces com a Educação Básica, com diferentes perspectivas de pesquisas que comportam estudos no âmbito das instituições educativas, das memórias (individual ou coletiva) e da produção historiográfica sobre essa área do conhecimento”. Esta linha de pesquisa não fazia parte do primeiro projeto do PPGEF, quando o programa tinha somente o curso de mestrado, o qual contemplava duas linhas de pesquisa: Políticas e Práxis em Educação Profissional e Formação Docente e Práticas Pedagógicas. Foi no momento de elaboração da proposta que resultou na criação do curso de doutorado que ela foi criada, justificando-se “[...] pela produção intelectual de alguns docentes do programa e ao fato

de estes terem orientado dissertações que dialogaram com a História da Educação Profissional”, nas palavras de Chagas, no capítulo 3 desta obra.

O professor Chagas, integrante desta linha e um de seus formuladores, agora nos brinda com essa produção que cumpre o importante papel de preservar a história e a memória do PPGEF, o que é imprescindível para a plena compreensão da dinâmica do funcionamento do Programa, e base para o planejamento do seu futuro. Ademais, constituir-se-á, seguramente, como fonte em pesquisas acerca do próprio Programa, assim como sobre a história e a memória da Educação Profissional como um todo.

Além de uma Introdução, o livro conta com três capítulos entrelaçados entre si: Verticalização na oferta da educação profissional e tecnológica no Brasil; Origens e trajetória do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEF); e Mensagens.

No primeiro capítulo, o texto transita pelos mais de 120 anos das instituições que deram origem à atual Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), passando por suas distintas denominações e momentos históricos, sempre evidenciando como, ao longo do tempo, na medida em que as características da sociedade iam se modificando, essas instituições também se modificavam no sentido de acompanhar os movimentos da sociedade, destacando, especialmente, a relação estreita entre as demandas do setor produtivo e os tipos de ofertas educacionais proporcionado por essas instituições. O texto utiliza a verticalização dos níveis da formação proporcionada como fio condutor, justificando-se, então o título do capítulo.

Nessa viagem, o texto evidencia que na medida em que o setor produtivo vai demandando por força de trabalho mais qualificada, essas instituições, por iniciativa do estado brasileiro, verticalizam suas ofertas educacionais.

Desse modo, destaca-se que, em 1909, quando foram criadas as Escolas de Aprendizes Artífices (EAA), foi determinante o industrialismo que se instava no país desde o final do século XIX. Assim, as EAA eram “[...] percebidas como importante iniciativa republicana em matéria de ensino profissional, haja vista que a indústria já era sinônimo de desenvolvimento científico”.

Segundo o autor, a continuidade do processo de industrialização do país fez com que o setor produtivo passasse a demandar por força de trabalho mais qualificada do que aprendizes artífices, exigindo um operariado com conhecimentos especializados e de nível superior ao do ensino primário. Foi nesse contexto que, no Governo Vargas, em 1937 as Escolas de Aprendizes Artífices são transformadas em Liceus Industriais, os quais em 1942, em razão do constante avanço do processo de industrialização que demandavam por força de trabalho mais qualificada, passaram a ser denominados de Escolas Industriais ou Escolas Técnicas, sendo que: “[...] as Escolas Técnicas passaram a atuar no 2º ciclo com cursos técnicos para estudantes egressos do 1º ciclo e as Escolas Industriais a atuar no 1º ciclo com cursos industriais (ginásios) com o objetivo de receber os estudantes oriundos do curso primário”. O autor segue descrevendo que, em 1957, essas instituições foram transformadas em autarquias federais, de forma que passaram a ter, como forma de estímulo, autonomia didática-administrativa. Então, foram denomi-

nadas, respectivamente, de Escolas Industriais Federais e Escolas Técnicas Federais.

Na sequência, Chagas explica o processo de cefetização, ou seja, a transformação dessas escolas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), iniciado em 1978, com a transformação das Escolas Técnicas Federais (ETF) do Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais em CEFET, e, concluído em 2004, quando as demais ETF foram cefetizadas. Nesse período, essas instituições, sempre em consonância com a complexificação dos processos produtivos e correspondente ampliação das exigências formativas da força de trabalho, passam a atuar na educação superior.

Chagas explica que a última grande mudança de institucionalidade ocorreu na primeira década do século XXI. Começou em 2005, com a primeira fase da expansão da rede dos CEFET. Em meio a esse processo de expansão, que teve três fases, houve também a mudança de institucionalidade, quando cada instituição da Rede passou a ser denominada Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, criando-se a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT). Segundo Chagas, as três fases da expansão, associada à mudança de institucionalidade, fizeram com que essa Rede passasse das 144 unidades existentes, em 2002, para “mais de 661 unidades ‘vinculadas a 38 Institutos Federais, 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), a 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e ao Colégio Pedro II’ (BRASIL, 2019a). É nessa última fase que a oferta da pós-graduação *stricto sensu* se amplia de forma significativa, sem, no entanto, abandonar os outros níveis. Assim, atual-

mente a RFEPCT forma de aprendizes artífices (atuais curso FIC) a doutores. É preciso destacar que, por se tratar de obra comemorativa dos 10 anos do PPGEF, o autor optou por não mergulhar na análise sobre as disputas e correlações de forças que forjaram os movimentos desencadeados na sociedade brasileira como um todo nem nas instituições em questão, no período abrangido pelo livro, optando por uma descrição detalhada dos acontecimentos.

O segundo capítulo é dedicado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do IFRN (PPGEF), que oferece cursos de mestrado e de doutorado acadêmicos e que, no momento de elaboração deste prefácio (setembro de 2022), acaba de receber conceito 5 na avaliação da CAPES relativa ao quadriênio 2017-2020.

Nesse capítulo, o professor Chagas discorre, em detalhes, sobre o cuidadoso processo de criação do PPGEF e seus dez anos de funcionamento. Quanto ao processo de criação, é fundamental destacar a forma singular como ocorreu. Foi elaborado um projeto, submetido ao MEC, visando receber financiamento para a construção do APCN que resultou na proposta do PPGEF. O projeto, denominado, “Construindo o mestrado acadêmico em Educação Profissional do IFRN”, foi elaborado em 2008 e integrou, juntamente com outros sete projetos estratégicos, o plano gestão da Instituição. Dessa forma, o projeto foi aprovado e em 2010 os recursos foram liberados, iniciando-se a elaboração do respectivo APCN para o curso de mestrado.

O grupo de trabalho criado para desenvolver o projeto que resultaria no APCN foi composto por docentes pesquisadores da Educação Profissional e da Educação (EP) de Jovens e

Adultos (EJA), docentes colaboradores, técnico-administrativos e estudantes bolsistas, no âmbito do projeto.

É muito importante destacar que o processo de elaboração do APCN ocorreu em meio a constante diálogo com pesquisadores e pesquisadoras do campo do trabalho e Educação, com ênfase na EP, e da EJA, assim como as entidades de pesquisa em educação, especialmente a ANPED.

Nesse contexto, em 2011, foi realizado pela primeira vez, o “Colóquio A Produção do Conhecimento em Educação Profissional”, do qual participaram vários pesquisadores de relevância nacional nas distintas nessas temáticas do evento. Os objetivos centrais do evento foram dialogar com a comunidade acadêmica dos campos trabalho e educação e EJA sobre os temas que demandam a produção de conhecimentos que possam contribuir para consolidar a concepção de formação humana integral e, por meio desse diálogo, obter subsídios para a definição das linhas de pesquisa do PPGEF, constituindo-se também em uma excelente oportunidade de formação continuada para os docentes, gestores e técnicos administrativos do IFRN. Um pouco mais adiante, tratarei das demais edições desse evento mencionadas pelo autor ao longo do texto.

Nesse diálogo estreito com a academia, cabe destacar outra estratégia importante: a avaliação da proposta de criação do PPGEF previamente à submissão do APCN à CAPES, realizada por pesquisadores e pesquisadoras das áreas envolvidas, especialmente, por membros do GT09 da ANPED. Essa avaliação prévia foi fundamental para aperfeiçoar o projeto submetido.

Esse cuidado e rigor na elaboração do APCN, destacado pelo autor, contribuíram para que a área de educação reco-

mendasse sua aprovação, em setembro de 2012. Entretanto, o Comitê Técnico-Científico da CAPES (CTC), em 27 de setembro de 2012, decidiu não seguir essa recomendação e rejeitou a projeto com um parecer curto e pouco esclarecedor: “A proposta apresentada não tem perfil de mestrado acadêmico e sim de mestrado profissional”. Produziu-se, então, o primeiro momento de grande tensão na criação do PPGEF.

Sobre esse assunto, vamos acrescentar alguns aspectos ao texto prefaciado. A bem da verdade, o que o CTC fez, sob forte influência da Diretoria de Avaliação da CAPES (DAV), foi uma tentativa de restabelecer o entendimento predominante no âmbito da CAPES, naquele momento, de que os institutos federais não são espaços de produção de conhecimento, mas de aplicação e de inovação e, nesse sentido, não caberia a essas instituições a atuação em programas acadêmicos, mas sim, em programas profissionalizantes.

Essa discussão se insere em um contexto mais amplo sobre o papel da pós-graduação *stricto sensu*, o qual não cabe explorar nesse espaço. Portanto, voltaremos ao caso concreto: a criação do PPGEF.

Evidentemente, como o grupo de criação do PPGEF tinha plena consciência e domínio sobre o fato de que o APCN submetido era de um mestrado acadêmico, decidiu-se elaborar um recurso no qual, didaticamente, foram explicitadas as características dos mestrados acadêmicos e dos profissionais, evidenciando-se que o PPGEF se situava, claramente, como programa acadêmico.

Diante disso, em 13 de dezembro de 2012, o CTC revê a posição tomada, acata o recurso do IFRN e aprova a criação do PPGEF, durante sua 142ª reunião.

O autor realça que a partir dessa aprovação, o Programa realiza seu primeiro processo de seleção e o curso é iniciado em agosto de 2013. A partir daí, destaca-se algo muito importante: a continuidade da imbricação entre o PPGE e o Colóquio A Produção do Conhecimento e Educação Profissional, que em sua primeira edição (2011) possibilitou um momento em que a equipe de elaboração dialogou com a comunidade acadêmica para subsidiar a elaboração do APCN, incluindo a definição das linhas de pesquisa. Já na edição de 2013, a designação da edição (segunda) foi incorporada ao título, para indicar que se tratava de um evento permanente, assim como a inserção do termo “nacional”, para sinalizar a sua abrangência, denominando-se “II Colóquio Nacional A Produção do Conhecimento e Educação Profissional”, que ocorreu juntamente com o início do funcionamento da primeira turma, de maneira que a conferência de encerramento do Colóquio foi a aula inaugural do PPGE, intensificando o diálogo entre o Programa e a comunidade acadêmica, por meio de uma robusta programação.

Essa imbricação entre o Colóquio e a própria evolução do PPGE é uma marca importante do Programa, de modo que as demais edições vêm se consolidando nessa direção de intensificar e ampliar o diálogo com a comunidade acadêmica e de registrar momentos importantes do PPGE, conforme atesta a obra do professor Chagas. Assim, a terceira edição (2015) foi planejada para coincidir com as primeiras defesas de dissertação do Programa.

Sempre na direção de ampliar a interlocução com o mundo acadêmico, a quarta edição do Colóquio (2017) assume o caráter internacional e incorpora essa dimensão ao título do

evento, que foi denominado “IV Colóquio Nacional e I Internacional A Produção do Conhecimento e Educação Profissional”, momento em que o Programa dava seus primeiros passos em direção à internacionalização, na expectativa da melhoria do conceito quando da publicação do resultado de sua primeira avaliação quadrienal, posto que isso seria condicionante para a submissão da proposta de doutorado, no ano de 2014. O professor Chagas atesta que a expectativa se concretizou em setembro de 2017, quando o PPGEP alcançou conceito 4, com tendência de 5, como atesta a síntese final do relatório de avaliação:

Considerando os resultados ponderados, obtidos nos quesitos e em seus itens, **a tendência dominante é de conceito MUITO BOM, portanto, nota 5.** Todavia, a concessão de tal nota será possível apenas para programas que tenham alcançado, no mínimo, conceito MUITO BOM em pelo menos quatro quesitos, incluindo, necessariamente, os Quesitos 3 e 4, razão porque recomendamos a nota 4 (quatro) para este programa (p.6, grifo nosso).

Nessa trajetória, o autor relata que em 2018 o Programa submeteu o APCN para o curso de doutorado, tendo sido aprovado naquele mesmo ano, com conceito 4. Em 2019, o curso de doutorado inicia seu funcionamento e o V Colóquio é planejado e realizado sob esse marco: início do curso de doutorado, mais uma vez ampliando-se o diálogo com o mundo acadêmico nacional e internacional. O desafio do PPGEP con-

tinuou sendo avançar em todas as suas dimensões para consolidar o cumprimento de sua função perante a sociedade e, dessa forma, também se credenciar para a obtenção do conceito 5 no quadriênio 2017-2020.

Foi nesse contexto de expectativa do resultado da avaliação quadrienal que se realizou o “VI Colóquio Nacional e III Internacional A Produção do Conhecimento e Educação Profissional”. Não obstante, esse clima de expectativa teve que dividir a cena com os efeitos e imposições da pandemia da Covid-19 que afetou e continua afetando todo o planeta e que, no Brasil, ganha contornos específicos, dada a ação desastrosa do governo federal no combate ao vírus. Mas, nosso objeto aqui é prefaciá-la obra do professor Chagas. Voltemos ao tema.

Foi no contexto pandêmico que os anos letivos de 2020 e 2021 se desenvolveram de forma virtual, o que inclui a realização do VI Colóquio. Cabe reiterar que a expectativa com o resultado da avaliação, embora tenha sofrido atraso por questões administrativas da CAPES e por força de ação judicial do MPF, foi alcançada. Em setembro de 2022, o PPGEP recebeu o conceito 5.

Quanto ao Colóquio, apesar da pandemia, o evento conseguiu manter o diálogo intenso com a comunidade acadêmica, na edição que marcou os 10 anos de sua realização. Ao longo desse período, o Colóquio foi espaço de produção e difusão do conhecimento científico, especialmente, no que que concerne à Educação Profissional e suas imbricações com a Educação Básica e a modalidade EJA. A partir das pesquisas dos palestrantes e conferencistas, foram publicados livros, dossiês temáticos em revistas especializadas, DVDs e as gravações foram disponibilizadas nos canais de comunicação do PPGEP.

Foram apresentadas centenas de comunicações orais e estabelecidos contatos importantes entre pesquisadores e entre esses e os pós-graduandos que participaram das seis edições do evento, de maneira que o texto ora prefaciado atesta que o Colóquio está consolidado como um importante espaço de produção, difusão e intercâmbio de conhecimento sobre a Educação Profissional.

Outras estratégias importantes que vêm contribuindo para a produção e a difusão do conhecimento no âmbito do PPGEF também são evidenciadas pelo professor Chagas, de modo que essa produção é muito significativa. A modo de exemplo, sintetizamos a produção docente e discente constante na Plataforma Sucupira relativa ao quadriênio 2017-2020.

Quanto aos discentes, 176 mestrandos e doutorandos matriculados; 64 mestrandos titulados (o doutorado começou somente em 2019); 269 artigos completos publicados em anais de congresso por mestrandos e doutorandos; 87 artigos em periódicos publicados por mestrandos; e 60 capítulos de livros publicados por mestrandos e doutorandos. Total de produções: 416.

Em relação aos 14 docentes permanentes do PPGEF, em termos quantitativos, tivemos para o período: 262 artigos publicados em periódicos; 211 capítulos em livros; 35 participações na organização de livros; e 06 livros autorais. No caso dos docentes, não incluímos nesta síntese os artigos publicados em anais de congressos.

Sobre esse capítulo, concluo afirmando que a minuciosa descrição da trajetória do PPGEF realizada pelo professor Chagas produziu um importante documento histórico para o Programa e para a história da Educação Profissional.

O capítulo final do livro foi construído de forma bastante criativa e coerente com a trajetória acadêmica do professor Chagas e com a linha de pesquisa onde ele atua no Programa: História, Historiografia e Memória da Educação Profissional. O autor tem ampla produção acadêmica nos estudos sobre Memória, incluindo sua própria tese de doutorado, intitulada “ESCAFANDRISTAS DO TEMPO: Narrativas de vida e regeneração da memória em São Rafael-RN”, defendida em 2010, no Programa de pós-graduação em educação da UFRN.

Assim, o professor Chagas solicitou aos egressos do PPGEF que, por meio de carta, relatassem suas experiências como estudantes do Programa. Em suas palavras:

[...] desejo finalizar com um capítulo trazendo cartas de egressos do mestrado do PPGEF dirigidas a esse programa... *não se sintam obrigados a escrever textos laudatórios, elogiosos. Caso queiram, podem fazer críticas que possam contribuir para melhorar o Programa. Caso não queiram fazer esse relato, não se preocupem, vocês têm o direito de escolher (grifos do autor).*

A seguir, tecemos breves comentários a algumas cartas dos egressos. Destaco a recorrência das referências dos egressos do curso de mestrado ao fato de terem adentrado ao mundo da pesquisa por meio do PPGEF. Isso é muito relevante, posto que demonstra como o Programa está cumprindo seu objetivo de formar pesquisadores.

Também foram feitas algumas críticas ao Programa com o objetivo de contribuir para a sua melhoria. Como exemplo

realço as trazidas por João Kaio Cavalcante de Moraes, mestre e doutor pelo PPGEP:

Os pontos fracos do PPGEP estão centrados na infraestrutura, pois como disse anteriormente, apesar do Natal Central ser enorme, a sensação que tenho é que somos um apêndice. Além disso, existe uma alta demanda de trabalho administrativo para os docentes do programa que acabam por direcionar o olhar deles para outras dimensões que não são o ensino e a pesquisa. Precisamos focar no ensino e na pesquisa. A extensão também! Quando esses professores ficam afogados com demandas administrativas, acabam ficando sem tempo para o processo de orientação e sua própria produção. É muito importante que os nossos professores sejam referência para os estudantes. Que formulem seus próprios estudos e pesquisas. Que possamos referenciá-los. Isso só é possível com muito trabalho de pesquisa, o que certamente não acontece quando se centra o olhar em atividades administrativas.

A crítica de Kaio, que não se aplica apenas ao PPGEP, nos impõe uma importante reflexão sobre o papel do professor na pós-graduação *stricto sensu* e sobre suas condições de trabalho.

Ressalto, ainda, que foi recorrente entre os egressos que foram estudantes do PPGEP durante a pandemia as dificul-

dades e adoecimentos durante esse período. Transcrevo um fragmento do relato Maria Helena Bezerra da Cunha Diógenes, por ser muito representativo de outros:

Então veio a pandemia de Covid-19 e eu realmente descobri o que é ter crises de ansiedade, lapsos de memória e bloqueios no meio da escrita, o isolamento (que perdura até o momento em que escrevo esta carta).

A pandemia realmente trouxe, e continua trazendo, muitas dificuldades para discentes e docentes do PPGE. Evidentemente, as dificuldades causadas pela pandemia não se restringem ao PPGE, mas a toda a humanidade. Assim, é essencial que suas causas e efeitos sejam investigadas em todo o planeta visando, inclusive, mitigar suas consequências amplamente indesejáveis.

Finalmente, após essa breve viagem pela obra, cabe-nos reiterar sua importância para o PPGE e convidar a todos e a todas a nela mergulharem para conhecerem esse Programa e sua história ou nela se aprofundar.

Parabéns ao PPGE por seus 10 primeiros formando mestres e doutores em Educação e que tenha vida muito longa!

Parabéns, professor Chagas, pela obra!

Natal, novembro de 2022.

DANTE HENRIQUE MOURA.

Agradecimentos

Em 27 de março de 1996, eu chegava a Mossoró para tomar posse de uma vaga para professor de História da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN), na Unidade de Ensino Descentralizada (UNED), cujo funcionamento teve início em 1995.

Eu não sabia que, a partir daquela data, muita coisa passaria a ser diferente na minha vida. A princípio, como certamente ocorre com outros servidores, eu apenas achava que estava garantindo um melhor salário e boas condições de trabalho se comparadas às anteriores. Ledo engano! A minha vida se misturou com a ETFRN, com o CEFET-RN e com o IFRN ao longo de mais de duas décadas. Da mesma forma, sob o risco da imodéstia, arrisco-me a dizer que tem um estilhaço da minha vida no ensino, na pesquisa e na gestão dessa instituição, mesmo tendo assumido cargos “pouco expressivos” para alguns e, na maioria das vezes, sem gratificação.

Tenho muito o que agradecer e começo pela Editora IFRN que, mediante consulta a servidores, homenageou-me com o título de *Professus Litteratus*. Sinto-me honrado em fazer parte do grupo seletivo que também foi homenageado em anos anteriores, certamente merecedores em face do trabalho desenvolvido nessa instituição.

Agradeço também aos inúmeros colegas servidores que contribuíram para a minha aquisição de experiências e para o meu desenvolvimento profissional docente e humano. Obviamente, a aquisição de conhecimentos nem sempre se dá de forma tranquila, combinada, consensual, mas, como diz a composição de Vinicius de Moraes e Baden Powell, “A vida é a

arte do encontro, embora haja tanto desencontro pela vida”. Por isso, considero que os desencontros, os desacordos, as decepções, “apesar dos pesares” também foram relevantes para o meu crescimento pessoal e profissional.

Infelizmente, em um mundo tão conturbado e estando nós tão cheios de compromissos e horários a cumprir, estamos sem tempo para pensar sobre as experiências, pois é preciso “[...] parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação [...]” (LARROSA, 2002, p. 24).

Externalizo a minha gratidão aos professores Dante Henrique Moura, pelo cuidado com que escreveu o prefácio desse livro; e Belchior Rocha, pela escrita do posfácio, em cujos textos ambos acrescentaram informações a mais aos leitores; também agradeço às professoras doutoras Ana Lúcia Sarmiento Henrique e Maria das Graças Baracho, pela prontidão em fornecer materiais difíceis de achar e que foram relevantes para a pesquisa.

Agradeço ao colegiado do PPGEP, sobretudo aos colegas que estimularam seus orientandos a colaborar com esse livro mediante a escrita das cartas apresentadas no terceiro capítulo. Desse modo, acho justo citar os nomes dos 18 mestrandos, doutorandos e egressos que fizeram essa gentileza: Adilina Andrade, Ana Cristina Batista, Ana Lúcia, Ana Paula Marinho, Antonio Max, Bernardino Galdino, Ivana Lúcia, Josanilda Mafra, Judithe da Costa, João Kaio Cavalcante, Kardenia Almeida, Francisca Leidiana, Luiz Antonio, Maria Helena, Rita de Cássia

1. Samba da benção. Álbum Vinicius, 1967.

Rocha, Sandra Maria, Vânia Nóbile e Walkyria de Oliveira.

Por fim, a todas as pessoas que contribuíram, direta ou indiretamente, com a escrita desse livro, e a todas que lutam por uma educação mais humana e menos mercantil, dedico-lhes o poema “E então, que quereis?” do poeta russo Vladimir Maiakóvski, por expressar não apenas as dificuldades que vivemos, mas também a necessidade de estarmos atentos e fortes na construção da utopia.

*Fiz ranger as folhas de jornal
Abrindo-lhes as pálpebras piscantes.*

E logo

*De cada fronteira distante
Subiu um cheiro de pólvora
Perseguindo-me até em casa.*

Nestes últimos vinte anos

Nada de novo há

No rugir das tempestades

Não estamos alegres,

É certo,

Mas também por que razão

Haveríamos de ficar tristes?

O mar da história

É agitado.

As ameaças

E as guerras

Havemos de atravessá-las.

Rompê-las ao meio,

Cortando-as

Como uma quilha corta

As ondas.

Introdução

No decorrer de um século, muitas instituições que compõem a atual Rede Federal da Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) passaram por transformações, conforme as conveniências políticas e socioeconômicas brasileiras. A criação das Escolas de Aprendizes Artífices (EAA), em 1909, pelo então Presidente Nilo Peçanha, é considerada o marco inicial dessa Rede que, ao longo de cem anos, assumiu diferentes denominações e características (Liceus Industriais, Escolas Industriais, Escolas Técnicas Federais, Centros Federais de Educação Tecnológica), até que, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a maioria passou a se constituir como Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF).

Considerando as mudanças e as permanências próprias do processo histórico, pode-se afirmar que, no século XX, aos poucos, o ensino profissional deixa de ser voltado à escória da sociedade, como ocorreu na Colônia e no Império, quando, conforme Cunha (2005a, p. 3), o Estado coagia homens livres e sem condições de opor resistência a se transformarem em operários. Muitos desses sujeitos eram “[...] encaminhados pelos juízes e pelas Santas Casas de Misericórdia aos arsenais militares e de marinha onde eram internados e submetidos à aprendizagem de ofícios manufatureiros [...]”.

Concomitante a um conjunto de transformações políticas e socioeconômicas do final do século XIX, o ideário industrialista via a indústria como sinônimo de progresso, emancipação econômica, independência política, democracia e civili-

zação. Para seus adeptos, “O emprego da população urbana desocupada [...] e a criação de condições para o seu bem-estar eram vistos como a contribuição da indústria para resolver a chamada questão social” (CUNHA, 2005a, p. 15). Assim, “o Estado deveria cogitar do ensino obrigatório antes mesmo de instituir leis sociais” (CUNHA, 2005, p. 15-16). Daí o efeito disciplinador que teria o ensino profissional que levaria o Brasil, mais tarde, a se aproximar das “nações civilizadas”.

Nas EAA, eram alfabetizados os que nunca tinham frequentado uma escola e lhes ensinavam cursos básicos. Mais tarde, conforme o ideário industrialista foi se ampliando na política nacional pós-Revolução de 1930, essas instituições foram substituídas por outras mais voltadas para uma formação ampla e condizente com as necessidades impostas pelo desenvolvimento industrial. Portanto, às instituições que substituíram aquelas escolas não cabia mais ofertar cursos iniciais, mas cursos técnicos que especializassem a mão de obra.

Esse livro nasceu de ponderações acerca dessas mudanças ao discutir a Educação Profissional e Tecnológica (EPT)² – denominação dada à formação para o trabalho na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996) – a partir de sua trajetória como ensino das “primeiras letras” e destinado à “ralé” da sociedade nos primeiros anos da República, até o seu compromisso com a formação em nível técnico, superior e na pós-graduação *lato e stricto sensu*.

2. Nos estudos acerca da formação para o mundo do trabalho vamos encontrar várias denominações ao longo do século XX: ensino técnico, ensino industrial, ensino profissional, ensino profissionalizante, dentre outras. Feito esse esclarecimento, optei por usar o termo presente na atual LDB.

Para tanto, foi preciso observar a totalidade social, ou seja, o “conjunto dinâmico de relações que passam, necessariamente, pela ação dos sujeitos sociais”, como afirma Ciavatta (2019a, p. 19-20). Segundo essa pesquisadora,

O tratamento historicizado dos fenômenos envolve diferentes temporalidades, tanto em relação ao tema de estudo, quanto ao espaço-tempo em que ocorrem os acontecimentos tratados e aos sujeitos em foco nas pesquisas. Ter como fundamento o método da economia política e a história como produção social da existência significa considerar os objetos, fenômenos e acontecimentos na totalidade social de que fazem parte. São as mediações, isto é, os processos sociais complexos que os constituem enquanto tais, são as contradições que se apresentam pelas ações e interesses que se opõem entre os diferentes sujeitos, grupos e classes sociais (CIAVATTA, 2019a, p. 23).

Nessa direção, a busca por essa totalidade nos levou a investigar, no primeiro capítulo, como e porque ocorreram essas mudanças no ensino voltado para o trabalho, com base no cenário histórico, político e socioeconômico brasileiro, que permitiram mudanças nas instituições de EPT. Sem essa discussão, a nosso ver, é impossível entender a criação das EAA e as mudanças que ocorreram nesse ensino ao longo de mais de um século.

É importante destacar que, à maneira de qualquer pesquisador, utilizo-me da pesquisa bibliográfica, tendo como

foco a história da atualmente chamada EPT. Devo ressaltar a pouca produção acadêmica, no campo da historiografia, acerca do tema trabalho e educação quando comparamos a outros da área da História da Educação. Endosso, assim, as palavras de Ciavatta (2019b, p. 44):

[...] à exceção de poucos, raros são os historiadores que se dedicam ao estudo da educação e, conseqüentemente, estudam o trabalho em suas diversas formas e temporalidades, mas não a relação entre o mundo do trabalho e a educação ou a escola. A história da educação profissional não parece ser, no Brasil, uma área nobre, mesmo entre historiadores da educação [...].

Além da pesquisa bibliográfica, utilizei fontes de variados tipos: leis, decretos e portarias emitidos pelo governo federal, e documentos elaborados pelo PPGEP e pelo IFRN (editais, resoluções, portarias e atas), principalmente no segundo capítulo, quando me esforcei em reconstituir a trajetória do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (PPGEP). Entretanto, como as fontes nem sempre dizem tudo ao historiador, quando algo não estava claro nos documentos, deixando uma lacuna, busquei “preenche-la” com informações dadas pela coordenação do PPGEP e por pessoas que fizeram parte de sua construção. Com isso, foi possível conhecer o itinerário desse PPG, mesmo sabendo que não há uma história completa, ou, como alguns dizem, “um resgate da memória”, por ser esta sempre uma reinterpretação, um campo movediço para os historiadores que se aventuram na chamada História do Tempo Presente.

Provavelmente, o leitor sinta falta de uma análise mais profunda e menos detalhista no segundo capítulo desse livro. Ressalto que, embora o historiador tenha o compromisso em desconfiar das fontes e deve lê-las nas entrelinhas, o meu objetivo nesse capítulo foi levantar o máximo de informações, de modo a compreendermos o percurso que teve o PPGEF ao longo dos seus dez anos de história. Assim, confesso que eu não estava preocupado, nessa seção, com aprofundamentos teóricos e análises críticas, mas em construir o percurso acadêmico e a ampliação desse Programa, cujas avaliações realizadas pela Capes levaram-no de conceito 3 para 5 em 2022.

Disse sabiamente Hobsbawm (2013, p. 917) que “Todo historiador tem seu próprio tempo de vida, um poleiro particular a partir do qual sondar o mundo”. Assim, convido os colegas pesquisadores a se incumbirem de fazer a crítica a esses fatos. Certamente, quem o fizer, vai salientar o meu lugar social na pesquisa (o meu poleiro como professor do PPGEF) e talvez se baseie no argumento de que toda investigação está “submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes são propostas, se organizam” (CERTEAU, 2008, p. 66-67). Isso mostra que, em nenhum momento, fui ingênuo o suficiente para me ver como isento, neutro e capaz de “resgatar” o passado ou a memória.

No entanto, em minha defesa, asseguro que as fontes usadas para a escrita desse livro foram cuidadosamente analisadas, haja vista que, como nos ensina Barros (2020, p. 8):

[...] um dos primeiros atributos que exigimos de um bom historiador é a capacidade de olhar para um texto (uma imagem, um objeto) e enxergar nele a sociedade que o produziu, a humanidade que passou e passa por ele de uma maneira muito singular, os processos que o moldaram e constituíram no tempo, as ideias e ações que o atravessam de muitas maneiras deixando suas marcas ou inscrevendo-se como possibilidades de reapropriações no futuro. Um texto pode mentir sobre muitas coisas – particularmente através da habilidade e da capacidade de dissimulação do seu autor – mas ele não pode deixar de falar sobre o lugar que o produziu.

Por fim, considerando que essa obra também será vista pelo leitor como uma homenagem a um Programa de Pós-graduação *stricto sensu* criado há dez anos e que inaugurou esse nível de oferta no IFRN, resolvi convidar alunos e egressos para que estes relatassem, refletissem e avaliassem as suas experiências no PPGEP nos cursos de mestrado ou doutorado. Os relatos escritos pelos estudantes, no formato de cartas, deram um esboço sobre a importância desse PPG para as suas vidas, mesmo nos momentos de desconforto ou decepções, que são desencontros naturais em todo processo formativo.

1

Verticalização na Oferta da
Educação Profissional e
Tecnológica no Brasil



Em 29 de dezembro de 2008, por meio da Lei nº 11.892, o governo brasileiro criou oficialmente a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), uma rede de instituições cujas sementes foram lançadas um século antes, em 1909, com a criação de 19 escolas que davam uma formação básica a um setor da população hoje chamado de socialmente vulnerável.

Entretanto, se antes as escolas que prestavam à sociedade uma formação técnica ou profissionalizante (dependendo da denominação dada à época), eram “escolas para os filhos dos outros” (SILVA, 2019), essa já não é mais uma realidade há algumas décadas e isso se deu mediante um processo de expansão, interiorização e verticalização nessas instituições que, no seu início, formava apenas aprendizes e, na atualidade, chega a formar doutores.

As questões norteadoras deste capítulo são: como ocorreu essa verticalização, ao longo do século XX e princípios do XXI? Que condições socioeconômicas e políticas tornaram possível esse conjunto de mudanças nas ofertas e no papel social dessas instituições de ensino?

Com vistas a responder tais perguntas, dividimos esse capítulo em três seções, tendo como critério o tipo de verticalização nas ofertas em determinados cenários históricos³.

3. Este capítulo é uma versão revisada e ampliada do artigo “Políticas educacionais e verticalização da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (séculos XX e XXI)”, publicado na revista *Vértices-RJ* em coautoria com Edilana Carlos da Silva (SOUZA; SILVA, 2022).

1.1 As Escolas de Aprendizizes Artífices e o ensino das “primeiras letras”

O marco para a constituição de um conjunto de escolas com fins de formar para o trabalho, como uma política do Governo Federal, deu-se mediante o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, sancionado pelo então presidente Nilo Peçanha. Assim, as 19 Escolas de Aprendizizes Artífices (EAA) constituíram o primeiro sistema nacional de EPT criado no país.

Conforme o artigo 1º do Decreto nº 7.566/1909, a delegação da Rede ficou designada da seguinte forma: “Em cada uma das capitais dos Estados da Republica o Governo Federal manterá, por intermedio do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio uma Escola de Aprendizizes Artífices, destinada ao ensino profissional primario e gratuito”⁴ (BRASIL, 1909). Três meses depois, esse decreto foi alterado com a ressalva de que as instalações dessas Escolas só ocorreriam naquelas capitais em que ainda não dispusessem de uma instituição com fins semelhantes.

Gradativamente, as 19 EAA foram instaladas ao longo de 1910 e começaram a funcionar entre os meses de janeiro e outubro daquele ano. Tinham por finalidade formar operários e contramestres por meio do ensino prático e conhecimentos técnicos para que os menores tivessem interesse em aprender ofícios nas oficinas de trabalho mecânico ou manual, conforme a conveniência do lugar em que estivesse instalada cada escola (CUNHA, 2005a).

4. Nesta obra, manteremos a grafia dos documentos conforme a da época de sua elaboração.

Para Cunha (2005a), o industrialismo foi o principal motivo para a criação das EAA, percebidas como importante iniciativa republicana em matéria de ensino profissional, haja vista que, à época, a indústria já era sinônimo de desenvolvimento científico, progresso e emancipação econômica e política para parte dos políticos brasileiros. Chegou-se a pensar na obrigatoriedade do ensino profissional nas escolas primárias, uma vez que “Ao lado do esperado efeito moralizador das classes pobres, o ensino profissional era visto como possuidor de outras virtualidades corretivas” (CUNHA, 2005a, p. 16).

Em fins do século XIX, o centro-sul do Brasil possuía o maior número de indústrias, sendo no Rio de Janeiro a maior concentração de fábricas mais importantes (57% do capital industrial do país estava na então capital federal). Isso se devia a fatores como: o acúmulo de capitais provenientes da empresa agrícola ou dos negócios do comércio exterior, principalmente da produção do café no Vale do Paraíba; a abundância de mão de obra (população pobre, imigrantes, migrantes internos), apesar da baixa qualificação e; produção de energia a vapor, antes da elétrica (FAUSTO, 1995, 2006a, 2006b).

Fausto (1995) faz uma síntese de como se apresentava a produção industrial no Brasil nas primeiras décadas do século XX: em 1907, o Distrito Federal (Rio de Janeiro) estava à frente com 33,2% da produção, seguido de São Paulo, com 16,6%, e Rio Grande do Sul, com 14,9%. Em 1920, São Paulo ocupava o primeiro lugar, com 31,5%, o Distrito Federal caiu para 20,8%, e o Rio Grande do Sul, para 11%.

Prado Júnior (1981) afirma que, em São Paulo, a concentração industrial ocorreu em função do desenvolvimento do setor cafeeiro no oeste daquele estado, trazendo-lhe riqueza e popula-

ção; da imigração, que contribuiu com melhorias na habilitação técnica, pois o trabalhador europeu, nesse quesito, era superior ao nacional recém-egresso da escravidão ou de outras formas de trabalho similares àquela; e, pela abundância de energia hidráulica, que poderia ser aproveitada sob a forma de eletricidade.

Contudo, apesar da positividade que esses números representam, Batalha (1992, p. 113) contesta a versão de alguns pesquisadores que salientam o predomínio da grande indústria nessa época. Para ele, “tudo indica que as pequenas oficinas pouco mecanizadas e empregando um número reduzido de operários não só eram majoritárias, mas também eram responsáveis pela ocupação da maioria dos trabalhadores do setor manufatureiro”. O historiador chega a essa conclusão a partir de uma análise dos jornais operários da época que relatavam o atraso da organização dos trabalhadores brasileiros quando comparados aos europeus.

Singer (1994) também contribui para a discussão sobre a classe operária no Brasil, no início do século XX. Para ele, a passagem de um proletariado manufatureiro para um fabril só ocorreu, de forma pura, na Grã-Bretanha. Nos países de industrialização tardia, como o Brasil, a formação da classe operária se deu de maneira simultânea em atividades manufatureiras e industriais. Assim, conforme esse autor, até 1920, o proletariado no Brasil era, em sua maioria, formado por trabalhadores do setor de serviços (funcionários públicos, portuários, ferroviários etc); enquanto aqueles empregados em estabelecimentos ditos “industriais” correspondiam a uma minoria composta principalmente por operários manufatureiros, isto é, por artesãos assalariados trabalhando com ferramentas ou máquinas manuais.

Com relação ao papel exercido pelo Estado na industrialização, Fausto (1995, p. 289) destaca que:

A principal preocupação do Estado não estava voltada para a indústria, mas para os interesses agroexportadores. Entretanto, não se pode dizer que o governo tenha adotado um comportamento antiindustrialista (sic). Houve proteção governamental em certos períodos à importação de maquinaria, reduzindo-se as tarifas da alfândega. Em alguns casos, o Estado concedeu empréstimos e isenção de impostos para a instalação de indústrias de base. [...] Resumindo, se o Estado não foi um adversário da indústria, esteve longe de manter uma política deliberada de desenvolvimento industrial.

Os comentários de Fausto (1995) vão ao encontro das análises tecidas por Luz (1978). Essa pesquisadora frisa que Rui Barbosa, por ser liberal, declarava-se, no parlamento imperial, “intransigentemente hostil” a qualquer proteção à indústria. No entanto, ao assumir o Ministério da Fazenda quando da Proclamação da República, Barbosa transigiu com as suas ideias e reconheceu a necessidade de desenvolver a indústria nacional, vendo-a como importante para a consolidação do novo regime. Para que esse desenvolvimento se processasse, o então ministro realizou um protecionismo moderado e lento, mas o bastante “para preparar a indústria, a fim de que, numa época mais ou menos próxima, pudesse prescindir do amparo aduaneiro. Acalmava assim seus escrúpulos de liberal, proje-

tando para o futuro a vitória do regime de livre troca no Brasil” (LUZ, 1978, p. 169).

Fausto (1977, p. 24), ao frisar sobre o crescimento populacional urbano, salienta que “é bastante plausível a hipótese de que uma parcela significativa dessa sobrepopulação transferiu-se para os centros urbanos, tendo-se em conta as fases de depressão do setor cafeeiro e às dificuldades de acesso à terra”. Apesar disso, o historiador salienta que os movimentos operários eram ainda tímidos, dada a repressão policial e o medo de muitos trabalhadores de entrar no rol dos perseguidos e não conseguir um novo emprego, caracterizando uma das formas de contenção da organização dos trabalhadores destacadas por Batalha (2000). As greves só tinham forte repercussão quando eram gerais ou paralisavam as ferrovias e os portos, setores importantes para a agroexportação.

Mesmo nesse cenário de dificuldades, Fausto (1995) comenta acerca da criação de sindicatos, em fins do século XIX, no Rio de Janeiro, embora, conforme esse autor, estes fossem mais “de resultados”. Já em São Paulo, predominou o anarquismo na sua corrente anarcossindicalista, predominantemente composta por imigrantes (sobretudo italianos) defensores da greve geral como luta revolucionária que acabaria com o Estado burguês. Esses imigrantes compunham 82,5% da mão de obra ocupada na indústria em São Paulo (FAUSTO, 2006b).

Consoante Batalha (1992), as condições precárias em que viviam os operários não se distinguiam daquelas vividas pelo conjunto das classes subalternas, consideradas “classes perigosas”. “O olhar das autoridades, assim como o dos memoria-listas e cronistas, não diferencia trabalhadores, desocupados,

mendigos, contraventores e criminosos” (1992, p. 118-119). Para esse pesquisador “É, portanto, em torno da noção de trabalho que se inicia a distinção entre ‘bons cidadãos’ e ‘classes perigosas’ nas sociedades capitalistas” (1992, p.119).

Também importante é o cenário traçado pelo historiador Sidney Chalhoub (2006) na obra “A cidade febril”, na qual relata a situação em que estava mergulhada a população pobre na capital do Brasil e a introdução da política higienista, afinal, os pobres também eram vistos como disseminadores de contágios, sobretudo aqueles que viviam em habitações coletivas. A destruição do cortiço Cabeça de Porco, em 1893, foi comemorada pelos jornais da época, não apenas pelos riscos de epidemias, mas pelo fato de este e outros cortiços serem vistos como “valhacoutos de desordeiros”.

A extinção do Cabeça de Porco se transformou num dos mitos de como conceber a gestão das diferenças sociais na cidade. O historiador elenca dois pontos essenciais da forma de lidar com a diversidade urbana: “O primeiro é a construção da noção de que ‘classes pobres’ e ‘classes perigosas’ [...] são duas expressões que denotam, que descrevem basicamente a mesma ‘realidade’” (CHALHOUB, 2006, p. 19); o segundo refere-se à concepção de que uma cidade pode ser gerida apenas a partir de critérios técnicos e científicos. “[...] trata-se da crença de que haveria uma racionalidade extrínseca às desigualdades sociais urbanas, e que deveria nortear então a condição não política, ‘competente’, ‘eficiente’, das políticas públicas” (CHALHOUB, 2006, p. 20).

Nesse cenário, não surpreende o fato de o Presidente Nilo Peçanha, no Decreto nº 7.566/1909, considerar como justificativas para a criação das EAA:

[...] o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como *faze-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime*; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação (BRASIL, 1909, grifo nosso).

Portanto, o principal objetivo dessa ação educacional era capacitar jovens pobres para a prática do trabalho de caráter tácito, manual e repetitivo. Usava-se o afastamento da ociosidade, dos vícios e dos crimes como pretexto para esse tipo de formação. Tentava-se evitar possíveis problemas sociais pautados em preconceitos naturalizados, haja vista que a pobreza era assimilada à prática de crimes. Nessa perspectiva, o ensino profissional pautava-se em uma pedagogia tanto preventiva quanto corretiva (CAIRES; OLIVEIRA, 2016; MANFREDI, 2016).

Para Queluz (2000, p. 118), nessa época, a pobreza não era mais associada à carência de recursos, “[...] mas a uma maior permeabilidade dos vícios, ao desregramento moral, à indolência e à criminalidade”. Por isso, “a construção da sociedade do trabalho também foi, portanto, a construção de uma sociedade disciplinar que procurava adequar os indivíduos como cidadãos úteis para a concretização do projeto de civilização republicano”.

A criação das EAA explicitou um problema educacional em nível nacional, o da “[...] dualidade e fragmentação: educação acadêmica para as ‘elites condutoras’ e formação profissional básica acelerada para os pobres que necessitam ingressar precocemente na força de trabalho” (CORDÃO; MORAES, 2017, p. 27). Aliás, é importante ressaltar que a dualidade na educação, tomando-a na sua forma ampla, não é um traço apenas da educação brasileira, mas fruto da cisão da sociedade em classes, como nos explicam Manacorda (1992), Saviani (1989, 2007), dentre outros.

Nesse cenário, essas instituições tinham a sua importância em uma nação que desejava alcançar o progresso, alfabetizar sua população e dar-lhe um conhecimento básico, daí a oferta, além do ensino prático, de dois cursos obrigatórios, inclusive noturnos: o Primário (para os analfabetos) e o de Desenho, este propugnado por vários intelectuais da época, dentre os quais, Rui Barbosa. O ensino Primário forneceria o domínio da leitura, da escrita, da aritmética, noções de geografia do Brasil e de gramática, além de uma formação cívica mediante o conhecimento da vida dos “grandes vultos nacionais” e das datas comemorativas. Quanto ao ensino de Desenho, este deveria ser “de memória”, de composição decorativa e de formas geométricas, de máquinas e peças de construção (SOARES, 1982; QUELUZ, 2000).

No entanto, as condições de funcionamento dessas escolas eram precárias, como enfatizam Cunha (2005a) e Santos (2011). Para este último, as EAA funcionavam em edifícios inadequados e suas oficinas apresentavam precárias condições de funcionamento. Além disso, “a escassez de mestres de ofícios especializados e de professores qualificados foram fatores

decisivos, que influenciaram diretamente na baixa eficiência apresentada pela rede” (SANTOS, 2011, p. 212-213). Somam-se a esses problemas, as dificuldades de os jovens manterem-se na escola, visto que muitos precisavam trabalhar para contribuir no sustento da família, geralmente extensas, daí a altíssima evasão apresentada por Fonseca (1961): dos 2.118 alunos matriculados nas EAA, em 1910, apenas 1.248 frequentaram as aulas.

Apesar desses problemas, salientados por vários autores, Ramos (2014, p. 25) considera as EAA como “um grande passo ao redirecionamento da educação profissional no país, pois ampliou o seu horizonte de atuação para atender necessidades emergentes dos empreendimentos nos campos da agricultura e da indústria”. Portanto, mesmo que essas Escolas tivessem muitos problemas, não podemos esquecer do fato de elas terem oportunizado uma formação profissional para uma parte da sociedade, geralmente desprezada pelas políticas sociais. Os que concluíam os cursos estavam alfabetizados e poderiam trabalhar em pequenas oficinas ou abrir as suas próprias. Se isso parece muito pouco, na verdade, já significava um avanço para uma população expressivamente analfabeta e vulnerável socialmente.

Todavia, um fato geralmente esquecido pela história da Educação Profissional é que, concomitantemente às ações do Estado para a formação e controle da mão de obra, os operários anarquistas também criaram escolas e jornais com o intuito de alfabetizar e politizar os trabalhadores e os seus filhos, numa perspectiva assumidamente politécnica. São exemplos disso as Escolas Modernas 1 e 2, fundadas em São Paulo, respectivamente no Belenzinho e no Brás, na segunda

década do século XX. Ambas as instituições foram fechadas, em 1919, devido à forte repressão após a Greve Geral de 1917 (BRITO, 2021; CASTRO, 2014).

Em 1920, foi criado o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico, sob a forma de comissão, para inspecionar o funcionamento das escolas e propor medidas que remodelassem o ensino profissional, com vistas a torná-lo mais eficiente. Cabia a esse serviço a construção de prédios escolares mais adequados, a substituição dos mestres de ofício (considerados despreparados para o exercício da função) e o aparelhamento das oficinas. Além disso, dada a inexistência no país de livros técnicos em português para uso nas escolas profissionais, essa comissão incluiu, em seu programa, a tarefa de elaborar compêndios relativos à tecnologia de ofícios. Tendo à frente o engenheiro João Lüderitz, o Serviço de Remodelação se constituiu, a partir de 1921, por administradores e mestres (ex-alunos) do Instituto Parobé da Escola de Engenharia de Porto Alegre. Segundo Silva e Medeiros Neta (2021, p. 53), “João Lüderitz como diretor do Instituto Técnico Profissional dava ênfase ao enfoque prático”, daí a presença do ensino de Desenho, em todos os cursos e anos.

A ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, marcou os cenários socioeconômico, político e o educacional brasileiros. As EAA passaram a ser geridas pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, criado logo após a posse do novo presidente. Dois anos depois, o Decreto nº 21.353/1932 aprovou o regulamento da Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, órgão que substituiu o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico. Essa Inspetoria tinha a finalidade de coordenar a gestão daquelas escolas, e, em 1934, foi transformada

em Superintendência do Ensino Profissional, mediante o Decreto nº 24.558/1934, o qual explicita as motivações para essa mudança, relacionadas à preocupação do governo Vargas em ampliar e qualificar a formação da mão de obra para atender o processo de industrialização com vistas a incentivar. Citamos algumas:

Considerando que a evolução das indústrias nacionais impõe a adaptação do ensino indispensável á formação dos operários ás exigências da técnica moderna;

Considerando que atualmente êste ramo educativo está restricto, nos estabelecimentos oficiais, a uma organização que apenas atende á formação de artífices para as profissões elementares;

Considerando que a falta de operários graduados e de contramestres é, além da manifesta, penosamente sentida nas fábricas e nas oficinas; Considerando que as indústrias nacionais já exigem um operariado com conhecimentos especializados e de nível superior ao do ensino primário [...] (BRASIL, 1934).

As EAA existiram até 1937, quando, mediante a Lei nº 378, de 13 de janeiro, o presidente Getúlio Vargas transformou-as em Liceus Industriais. Essa Lei também extinguiu a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, inaugurada em 1918, com o objetivo de formar professores para o ensino profissional. Segundo Souza e Rodrigues (2017), tomando por

base Fonseca (1961), o funcionamento dessa instituição sempre foi questionado em face de sua finalidade, pois foi concebida com o propósito de formar “mestres para as oficinas escolares, o que não veio a se concretizar devido a preponderância da presença feminina nessa escola e consequente consolidação dos cursos voltados para esse público específico” (SOUZA; RODRIGUES, 2017, p. 624).

3.2 A formação do trabalhador para além do Ensino Primário

O Decreto nº 24.558/1934, que deu origem à Superintendência do Ensino Profissional, deixou patente a necessidade de qualificação de mão de obra para a indústria nas suas justificativas, pois, conforme o documento, estas necessitavam de um operariado com conhecimentos especializados e com um nível de instrução acima do ensino primário (BRASIL, 1934).

Não por coincidência, três anos depois, a Lei nº 378/1937 estabeleceu, no seu artigo 37, que “A Escola Normal de Artes e Offícios Wencesláo Braz e as escolas de aprendizes artífices, mantidas pela União, serão transformadas em lyceus, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e grãos”. Além disso, no parágrafo único dessa lei, destaca-se que “Novos lyceus serão instituídos, para propagação do ensino profissional, dos varios ramos e grãos, por todo o territorio do Paiz” (BRASIL, 1937a).

As origens dos Liceus Industriais tinham relação direta com desenvolvimento do projeto do governo Vargas para o da industrialização de substituição das importações no Brasil já em voga desde o início da década de 1930, mas que se mostrou

mais claro na ditadura do Estado Novo (1937-1945). Segundo Capelato (2007, p. 113):

[...] o Estado Novo definiu-se pelo autoritarismo graças ao intenso controle político, social e cultural e pelo cerceamento das liberdades em muitos planos; houve repressão e violência extrema expressa nos atos de tortura. O período se caracterizou também por significativas mudanças promovidas pelo governo. Elas ocorreram em vários níveis: reorganização do Estado, reordenamento da economia, novo direcionamento das esferas pública e privada, nova relação do estado com a sociedade, do poder com a cultura, das classes sociais com o poder, do líder com as massas.

Quanto a esse último aspecto apresentado por Capelato (2007) – a relação do líder com as massas – é relevante salientar o uso que o presidente Vargas fez dos meios de comunicação para divulgar suas ideias e controlar a sociedade. O rádio, introduzindo no Brasil tardiamente, quando comparado aos Estados Unidos e países europeus, aos poucos, passou a fazer parte da vida cotidiana e política dos brasileiros. Conforme afirma Sevsenko (1998, p. 587): “Já no início dos anos 20, o populismo descobriu no rádio a sua pedra filosofal, capaz de transformar a massa amorfa de ouvintes na força agregadora da paixão política”. Um exemplo disso foram as transmissões dos discursos do presidente da república pela Rádio Nacional, sempre direcionados aos “trabalhadores do Brasil”.

Como frisa Sodré (1967, p. 277), “Getúlio era a expressão de uma economia interna fundada particularmente no avanço das relações capitalistas”. A partir da Revolução de 1930, o presidente tratou de criar as condições para a rápida expansão do capitalismo no Brasil, entravado pelas oligarquias latifundiárias. O caráter nacionalista do seu governo fica evidente em um trecho do seu discurso, no governo provisório (1930-1934), em Belo Horizonte, no qual estabelece como “postulado cívico, o compromisso de ampliar as nossas lavouras e aperfeiçoar as nossas indústrias, de forma tal que passe a ser considerado deslize de patriotismo alimentarmo-nos e vestir-mo-nos com tecidos ou gêneros importados” (VARGAS *apud* SODRÉ, 1967, p. 277).

Brum (2011, p. 185) analisa o perfil da industrialização nesse período:

A meta de industrialização do país, para efetivar-se exigia vultosos investimentos, particularmente em infra-estrutura e na produção de insumos básicos. Não havia no país capitais privados suficientes, nem capitalistas empreendedores. Nos anos 30 não havia também disponibilidade de capitais estrangeiros, em decorrência da crise mundial desencadeada em 1929. Em consequência, a industrialização só podia ser levada adiante pela ação do Estado. Este foi assumindo progressivamente o papel de principal agente do desenvolvimento capitalista brasileiro. Portanto, um capitalismo capitaneado pelo Estado, quer exercendo a

função de produtor (Estado-empresário), quer a função de protetor da indústria nacional em face da concorrência estrangeira. Nas condições existentes na época, só empresas estatais podiam assumir a responsabilidade de investimentos de alto risco, elevado volume de capital, longo tempo de maturação e retorno lento e demorado.

O Estado, ao assumir o controle da indústria nacional, precisava criar as condições para que esta viesse a se consolidar. A qualificação da mão de obra estava entre essas condições, daí a criação dos Liceus e a verticalização do ensino nestes com a oferta de cursos em todos os ramos e graus, conforme encontramos na Lei nº 378/1937, significando um avanço no ensino profissional se comparado às EAA, que prestavam apenas formação técnica de nível primário. Nesse sentido, Fernandes (2017, p. 36, grifo nosso) comenta que a transformação das EAA efetivava “o objetivo do projeto nacional de expansão da educação, visando atender às mudanças das exigências de *formação de mão de obra do padrão artesanal para uma produção mais especializada, requerida pelo estágio do desenvolvimento industrial*”.

Nessa direção, Singer (1994) afirma que, na década de 1940, o processo de formação da classe operária brasileira entra numa nova fase, a da grande indústria, composta por estabelecimentos de grande porte, nos quais são fabricados produtos intermediários, bens de consumo duráveis e bens de capital. “Esses estabelecimentos são em sua maioria propriedade não de indivíduos ou famílias, mas de empresas multinacionais, do

Estado ou de associações de capitais estatais, estrangeiros e nacionais privados” (SINGER, 1994, p. 68).

Embora possamos ver um princípio de verticalização na transformação das EAA em Liceus Industriais, Otranto (2010, p. 2) ressalta que isso foi apenas mais uma “[...] mudança que pouco alterou os objetivos das antigas instituições”, pois as novas continuariam formando sob os mesmos ideais tecnicistas para atenderem às demandas da indústria nacional. O comentário da autora é procedente, dada a urgência pela formação de operários para as indústrias, que cresciam em número, sobretudo em decorrência da Segunda Guerra Mundial (1939-1935), quando as importações se tornaram mais difíceis de serem feitas. Aliás, foi no auge desse conflito internacional que Vargas fez acordos com os Estados Unidos para a instalação da indústria de base no Brasil, possibilitando, assim, uma aceleração da industrialização. Quanto a isso, Ianni (1977, p. 32) comenta: “o governo brasileiro estava procurando extrair vantagens econômicas da adesão às ‘nações aliadas’ [...]. As exigências da economia de guerra (defesa nacional e indústria de base) precipitaram as condições finais à instalação da ‘grande siderúrgica’”.

Os números apresentados por Sodré (1967, p. 291) atestam esse crescimento:

A produção industrial brasileira realmente cresceu em cerca de 50%, entre 1929 e 1937, e a produção primária para o mercado interno cresceu em mais de 40% no mesmo período. [...]. Entre 1920 e 1929 haviam sido criados 4.697 estabelecimentos industriais com capital realizado

de Cr\$ 6.723.093.000; entre 1930 e 1939 foram criados 12.232 estabelecimentos, com capital realizado de Cr\$ 9.783.195.000; entre 1940 a 1949 foram criados 60.682 estabelecimentos com capital realizado de Cr\$ 15.818.109”.

O autor ressalta que, em 1939, quando se realizou a primeira estimativa da renda nacional, a indústria apresentava uma participação na ordem de 13% (SODRÉ, 1967). Essa expansão econômica exigiu investimentos em políticas públicas educacionais para ampliar a oferta de ensino técnico e capacitar os trabalhadores. Segundo Gurgel (2007, p. 107), as transformações requisitadas para a educação “não significaram a instituição de um sistema escolar que atendesse às demandas sociais (principalmente quanto à diminuição do analfabetismo) e econômicas (qualificação de mão-de-obra na velocidade que o sistema queria)”. Desse modo, as políticas eram orientadas para suprir as demandas do processo de industrialização que trouxe, como efeito, o crescimento da população urbana.

A formação para o trabalho também tinha caráter dualista e assistencialista nos Liceus. Podemos fazer essa inferência ao verificarmos o que determinava o artigo 129 da Constituição Federal de 1937:

Art. 129 - À infância e à juventude, *a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares*, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus

graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público (BRASIL, 1937b, grifos nossos).

Percebe-se que a dualidade era confirmada e oficializada pela chamada “Constituição Polaca”, ao ser explicitado que a oferta do ensino pré-vocacional profissional deveria ser destinada às classes populares. Esse era o cenário educacional para os pobres que também estudavam nos Liceus Industriais, à época. Permitia-lhes uma inclusão social, possibilitando-lhes estudos e oportunidades de conseguir um emprego nas indústrias, mas, ao mesmo tempo, limitava-lhes o crescimento ao mostrar o “lugar” que lhes cabia na sociedade. Portanto, um misto, ao mesmo tempo, de inclusão e de exclusão.

A década de 1940 exigiu dos industriais uma nova postura em relação a formação profissional, haja vista que a industrialização se ampliava. Devido a esse cenário, foi promulgada, no período de 1942 a 1946, pelo então ministro Gustavo Capanema, uma nova legislação contendo um conjunto de decretos, cuja finalidade era normatizar e estruturar a educação brasileira.

As Leis Orgânicas, também conhecida como Reforma Capanema, foram implantadas gradativamente e tinham relação com os vários setores produtivos. Com relação ao objeto deste artigo, damos ênfase ao Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, a Lei Orgânica do Ensino Industrial⁵. Os artigos 3º e 4º do capítulo 1º dessa Lei demonstram o empenho do Estado em formar mão de obra para o mercado, embora não explicitasse, como nas EAA, que o ensino profissional se destinaria aos “desfavorecidos da fortuna” ou os “desvalidos da sorte”:

Art. 3º O ensino industrial deverá atender:

1. Aos interesses do trabalhador, realizando a sua preparação profissional e a sua formação humana.
2. Aos interesses das empresas, nutrindo-as, se-

5. Além da Lei Orgânica do Ensino Industrial, foram criados mais 7 Decretos-Leis: Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Secundário); Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943 (Lei Orgânica do Ensino Comercial); Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Primário); Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Normal); Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946 (Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio - SENAC) e o Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Agrícola).

gundo as suas necessidades crescentes e mutáveis, de suficiente e adequada mão de obra.

3. Aos interesses da nação, promovendo continuamente a mobilização de eficientes construtores de sua economia e cultura.

Art. 4º O ensino industrial, no que respeita à preparação profissional do trabalhador, tem as finalidades especiais seguintes:

1. Formar profissionais aptos ao exercício de ofícios e técnicas nas atividades industriais.

2. Dar a trabalhadores jovens e adultos da indústria, não diplomados ou habilitados, uma qualificação profissional que lhes aumente a eficiência e a produtividade.

3. Aperfeiçoar ou especializar os conhecimentos e capacidades de trabalhadores diplomados ou habilitados.

4. Divulgar conhecimentos de atualidades técnicas.

Parágrafo único. Cabe ainda ao ensino industrial formar, aperfeiçoar ou especializar professores de determinadas disciplinas próprias desse ensino, e administradores de serviços a esse ensino relativos (BRASIL, 1942a).

Fonseca (1961, p. 266), salienta a importância dessa Lei Orgânica, pois, com esta, o ensino industrial deixaria de pertencer ao grau primário, “situando-se no mesmo nível que o secundário. Enorme passo fôra dado, subira de categoria o ensino industrial. Esta providência permitiria a sua articulação

com outras modalidades de ensino”. O autor vê de modo muito positivo essa lei e reforça as vantagens desta ao não limitar mais o “ensino industrial”, aos pobres, pois possibilitou que estudantes egressos do curso secundário ingressassem nas escolas de engenharia. A partir disso, segundo ele, “mudou muito o ambiente social do ensino industrial [...] também, procurado pela classe possuidora de maiores possibilidades financeiras” (FONSECA, 1961, p. 270).

As Leis Orgânicas implantaram duas importantes mudanças: o deslocamento do ensino profissional para o grau médio e a criação dos Cursos Técnicos “destinados ao ensino de técnicas, próprias ao exercício de funções de caráter específico na indústria” (BRASIL, 1942a). De acordo com Fonseca (1961, p. 270):

Os cursos técnicos, que teriam currículo de três anos, constituiriam uma novidade para o Brasil. Até então não existira entre mestres e engenheiros um elemento com formação especial capaz de ligar as duas classes, servindo de auxiliar aos engenheiros na administração das oficinas, um elemento que representasse, na indústria, o papel que os sargentos desempenham no Exército. A Lei Orgânica previa essa nova função, de cuja falta, aliás, já se ressentia a indústria, aparecendo, a categoria de profissionais que receberiam a denominação de técnicos.

Embora existisse, de fato, um avanço no ensino profissional ao torná-lo de nível Secundário, como Fonseca (1961)

fez questão de enfatizar, o livre acesso a quaisquer cursos superiores não era permitido aos egressos dos cursos técnicos, mas apenas o ingresso num curso superior que tivesse relação direta com a habilitação do curso técnico que haviam concluído, ou seja, uma forma de desestimular o acesso das classes populares ao Ensino Superior (CUNHA, 2005a; CAIRES; OLIVEIRA, 2016).

Saviani (2008) frisa que esse conjunto de reformas educacionais tinha caráter dualista, centralista e burocrático, justamente por separar a formação secundária, destinada às elites, da formação profissional, ofertada às camadas populares. Nesse contexto, era concedido “apenas ao ramo secundário a prerrogativa de acesso a qualquer carreira de nível superior; corporativista, pois vinculava estreitamente cada ramo ao tipo de ensino as profissões e ofícios requeridos pela organização social” (SAVIANI, 2008, p. 269).

Importa salientar que, na década de 1950, mediante as chamadas “Leis de Equivalência” (Lei nº 1.076/1950, Lei nº 1.821/1953 e Lei nº 3.552/1959), houve uma quebra na rigidez do currículo estabelecido pela Reforma Capanema e passou a se permitir a equiparação dos estudos acadêmicos e profissionalizantes. Em 1961, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961), ficou estabelecida a completa equivalência entre os cursos técnicos e o curso secundário para efeitos de ingresso nos cursos superiores (CAMPELLO; LIMA FILHO, 2009).

A oferta do ensino técnico passou por nova mudança a partir da promulgação do Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, portanto, menos de um mês após a Lei Orgânica do Ensino Industrial. Esse Decreto-Lei era responsável por

estabelecer as bases organizacionais da Rede Federal, composta por estabelecimentos que ofertavam ensino industrial. De acordo com o artigo 1º desse Decreto, “A rede federal de estabelecimentos de ensino industrial será constituída de: a) escolas técnicas; b) escolas industriais; c) escolas artesanais; d) escolas de aprendizagem” (BRASIL, 1942b).

Nesse período, os Liceus Industriais foram transformados em Escolas Industriais ou Escolas Técnicas, conforme o ensino ofertado por cada uma delas. Fernandes (2017, p. 47) explica a distinção entre ambas: “[...] as Escolas Técnicas passaram a atuar no 2º ciclo com cursos técnicos para estudantes egressos do 1º ciclo e as Escolas Industriais a atuar no 1º ciclo com cursos industriais (ginásios) com o objetivo de receber os estudantes oriundos do curso primário”. No que se refere à formação proposta por essas instituições, Fernandes (2017) e Otranto (2010) ressaltam que as Escolas Industriais e Técnicas ofertavam formação profissional em nível equivalente ao Secundário, como já era previsto pela Lei Orgânica do Ensino Industrial.

Na década de 1950, na gestão do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), o ideal desenvolvimentista, expresso no Plano de Metas, cujo lema era avançar “Cinquenta anos em cinco”, conduziu o Brasil a um rápido crescimento econômico, apoiado em três setores essenciais da economia: indústria, transporte e energia. Para Brum (2011, p. 205), o slogan usado por JK, já na sua campanha, difundiu “[...] confiança e otimismo, aliados ao propósito de acelerar a marcha histórica do país de modo a vencer uma distância econômico e social que levaria cinquenta anos em circunstâncias normais, no espaço de cinco anos de seu governo”. Dessa forma, o autor compreende o desenvolvimentismo da era JK como um modelo de

desenvolvimento dirigido para a aceleração do crescimento econômico com vistas a reduzir as distâncias, em termos de industrialização e renda, entre o Brasil e os países considerados desenvolvidos. Para tanto,

[...] o Estado deveria desempenhar a função de principal agente indutor do processo, quer sinalizando os rumos da economia e direcionando os investimentos, quer investindo diretamente em setores fundamentais como infra-estrutura e indústria básica. O governo, atuando como instrumento deliberado e efetivo do desenvolvimento econômico, passava a utilizar, em grau acelerado, recursos adicionais, extraídos compulsoriamente da sociedade ou buscados no exterior (BRUM, 2011, p. 207-208)

A ampliação das indústrias nacionais e estrangeiras no governo JK foi extraordinária, sobretudo da indústria de bens de consumo duráveis e de bens de capital, apesar de esta ainda ter sido tímida para as necessidades da época. Entretanto, Teixeira e Totini (1989, p. 201) ressaltam que, no Brasil, não se implantou uma indústria de base autônoma, com a capacidade de produzir-se e aperfeiçoar-se tecnologicamente: “Até a década de 70, a maior parte das máquinas e equipamentos industriais, motores e turbinas, laminadores, fertilizantes e outras matérias-primas de uso industrial e agrícola continuava a ser importada”.

Para Ianni (1977), o que é essencial para a compreensão do governo JK e da sua política econômica é que se adotou uma

estratégia de desenvolvimento que acabou com consolidar o capitalismo dependente ou associado. Para esse sociólogo, o que distinguiria o governo de JK da era Vargas é o fato de ter havido uma “transição (casual ou deliberada [...]) de uma política destinada a criar um sistema capitalista nacional para uma política orientada para o desenvolvimento econômico dependente” (IANNI, 1977, p. 149-150).

Considerando que todos os povos, em todos os tempos, ao vivenciar períodos de crise profunda, terminam por idealizar o passado, procurando nele, os “anos dourados”, Gomes (2002) observa que, na memória dos brasileiros, esse período glorioso correspondeu ao governo JK. “Foi o presidente ‘bossa nova’, o presidente ‘peixe vivo’, o presidente que gostava de voar e de sonhar, e o presidente que virou nome de automóvel, o ‘JK’, uma síntese perfeita das metas do seu governo” (GOMES, 2002, p. 16).

Benevides (2002, p. 26, grifo da autora) revela as condições e os apoios que tornam não tão dourado o governo JK:

O juscelinismo representava – ao lado de uma posição inovadora quanto à industrialização e ao crescimento econômico – *uma aliança política conservadora*, que reunia os interesses da burguesia comercial, da oligarquia rural e da classe média tradicional, representada pelo PSD (Partido Social Democrático) e no PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Essa composição de forças significava o apoio da industrialização modernizadora, aliada à manutenção da “paz e tranquilidade” no campo; a criação

de empregos e a mobilização do voto urbano, e o controle sobre as reivindicações sindicais, principalmente através do vice João Goulart, que dominava o Ministério do Trabalho. Para a classe empresarial o Programa de Metas tinha evidentes atrativos, e não ordens ou proibições. Isso significava estímulos à inversão privada, à legislação favorável à obtenção de financiamentos externos, créditos a longo prazo, baixa taxa de juros e reserva de mercado interno para as produções substitutivas de importações (lembremos do êxito da indústria automobilística).

De acordo com Brum (2011, p. 213), “Decidido a implantar o Plano de Metas a ‘toque de caixa’, ou ‘às caneladas’, se necessário, JK optou pelo caminho mais fácil: recursos externos e emissões inflacionárias”. Isso explica o porquê de muitos estudos salientar as consequências trazidas pela política de JK: endividamento externo e interno, inflação, concentração econômica, ampliação do número de multinacionais (principalmente americanas), dentre outras.

Conforme Cedro (2019), para atrair o capital privado, o Estado concedeu condições fiscais, cambiais e creditícias que asseguraram a importação de equipamentos para os setores priorizados pelo Plano de Metas. Ademais, o governo garantiu ao empresariado nacional sustentar um alto nível da demanda interna e assegurar mercados competitivos aos seus produtos. Os dados da Tabela 1 expressam a economia nacional do período JK.

Tabela 1: Desempenho econômico-financeiro do governo JK (1956-1961)

Ano	Crescimento do PIB (%)	Inflação (%)	Déficit público (% da receita)	Endividamento externo (em milhões de dólares)
1955	8,8	12,15	13,7	1.445
1956	2,9	24,54	44,5	2.694
1957	7,7	6,96	38,4	2.658
1958	10,8	24,40	26,0	3.069
1959	9,8	39,42	16,8	3.392
1960	9,4	30,46	16,8	3.907

Fonte: Adaptado de Brum (2011, p. 214).

Nesse clima de confiança e otimismo, despertado por JK, não surpreende a intensificação de processos formativos de trabalhadores, desde as instruções básicas às mais qualificadas, para atender às indústrias que garantiriam o desenvolvimento. Fernandes (2017, p. 67) frisa que, no Plano de Metas, “a educação foi contemplada por meio de [...] investimentos para a formação profissional de técnicos, visando atender às necessidades emergentes do processo de expansão industrial”. Para o autor, como forma de estímulo, foi dada autonomia didática-administrativa às Escolas Industriais e Técnicas da Rede Federal, por meio da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Apesar disso, a verticalização do ensino ainda se mantinha limitada ao nível secundário, haja vista que a finalidade dessas instituições era formar mão de obra, em massa, para as indústrias.

O autor supracitado, ao se referir à primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 4.024, de

20 de dezembro de 1961, no que se tange à Educação Profissional, destaca a equiparação do nível técnico ao colegial secundário (BRASIL, 1961). Teoricamente, foi permitido que os egressos dos cursos técnicos continuassem suas formações em nível superior em qualquer área. Porém, esse instrumento normativo, que indicava o final do sistema dual de ensino ao supostamente superar o paralelismo entre a formação para as elites e a para o trabalho, não se concretizou na prática, pois não houve uma incorporação dessas modificações nos currículos escolares “[...] permanecendo os ‘científicos’ totalmente voltados para conduzir as elites ao ensino superior, enquanto os ‘profissionalizantes’ eram direcionados, sobretudo, à formação para o trabalho” (FERNANDES, 2017, p. 58).

Os primeiros anos da década de 1960 foram de crises geradas pelo modelo desenvolvimentista de JK e de mobilizações populares no campo, principalmente com a ampliação das Ligas Camponesas; e nas cidades, com manifestações organizadas pelos sindicatos e pelos partidos de esquerda. Por outro lado, as elites, a classe média e os setores da Igreja Católica, atemorizados pela “ameaça” do “perigo vermelho”, trataram de se organizar e de articular uma contraofensiva anticomunista (MOTTA, 2002).

Nesse cenário, não admira que as Reformas de Base anunciadas pelo presidente João Goulart foram vistas como ações voltadas aos interesses dos comunistas, logo trazendo uma reação desses grupos organizados contra esse “inimigo” que parecia estar à espreita. A burguesia nacional, aliada ao capital estrangeiro; setores da Igreja Católica, e com apoio dos Estados Unidos, arquitetaram e respaldaram o golpe militar desferido em 31 de março de 1964, iniciando uma série de governos

autoritários nas mãos dos presidentes militares, apoiados pelas elites nacional e internacional, que perdurou até 1985.

Paralelamente à repressão aos opositores do sistema que se organizavam de diversas maneiras (CUNHA; GÓES, 1988; FICO, 2007, 2014; NAPOLITANO, 2021; REIS FILHO; SÁ, 1985; ROLLEMBERG, 2007, dentre outros), o intervencionismo econômico do Estado tornou-se ainda mais forte, levando a uma grande concentração de capitais no setor privado. Inúmeras empresas nacionais e estrangeiras, das mais diversas áreas econômico-financeiras, associaram-se ou fundiram-se, formando grandes oligopólios. Segundo Teixeira e Totini (1989, p. 213), “[...] dos 336 bancos existentes no país em 1964, restavam apenas 165 em 1970. Destes, menos de 20 eram considerados grandes bancos, pelo seu capital e seu volume de depósitos”.

A política econômica dos primeiros governos militares elevou o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro durante vários anos seguidos, fato que ficou conhecido como “Milagre Brasileiro”, fruto de um conjunto de ações e de investimentos realizados nas presidências de Artur da Costa e Silva (1967-1969) e de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Tomando como exemplo a indústria, vamos encontrar, em síntese, os seguintes números:

Entre 1968 e 1973, o crescimento do Produto Industrial foi sempre superior ao Produto Interno Bruto. E, na composição do Produto Industrial, destaca-se o comportamento da Indústria de Transformação, que cresceu 13% ao ano [...]. Em seguida vem o crescimento da oferta de bens

de capital (18% ao ano) e bens intermediários (14% ao ano), puxados pelos gastos do governo em energia, transportes e comunicações. Finalmente vem o crescimento dos bens de consumo não duráveis, que foi de 9% ao ano, puxada pelos gastos da massa popular com alimentos e vestuário (PRADO; EARP, 2007, p. 225-226)

O “milagre” tinha como alicerces a empresa estatal, o grande capital nacional e estrangeiro. Em conformidade com Prado e Earp (2007, p. 227), “O endividamento externo, no início dos anos 1970, não era visto como um problema, pois, segundo o governo, este se destinava majoritariamente a financiar a expansão de negócios do setor privado”. Em face da alta desigualdade de renda, também percebida pelo governo, o Presidente Médici encomendou a Carlos Geraldo Langoni, economista da Fundação Getúlio Vargas, um estudo que veio a público em 1973. Langoni explicava as desigualdades na distribuição de renda como algo natural naquele momento e que seria logo resolvido. A distribuição de renda teria se agravado devido as “transferências de pessoas das regiões de baixa para alta produtividade e com o aumento da demanda por pessoas educadas, haveria um aumento provisório da desigualdade” (PRADO; EARP, 2007, p. 232). Portanto, com o aumento de mão de obra qualificada e educada, melhoraria a distribuição de renda, conforme o estudo do economista da FGV.

A educação é apresentada como a “solução” para o crescimento econômico e a redução das disparidades sociais. Nessa direção, a tentativa mais ousada do governo federal foi a sanção da Lei nº 5.692, em 11 de agosto de 1971, mediante a

qual, os antigos ensinos primário e ginásial foram unificados no curso de 1º grau de 8 anos. A lei também instituiu a profissionalização universal e compulsória no ensino de 2º grau. Para Cury *et al.* (1982, p. 23) “pela primeira vez na história da educação brasileira foi menosprezada a função propedêutica do 2º grau e se procurou explicitamente aliar a função formativa à profissionalizante”.

Nesse sentido, faz-se necessário destacar os parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 5º dessa Lei:

§ 1º Observadas as normas de cada sistema de ensino, o currículo pleno terá uma parte de educação geral e outra de formação especial, sendo organizado de modo que:

- a) no ensino de primeiro grau, a parte de educação geral seja exclusiva nas séries iniciais e predominantes nas finais;
- b) no ensino de segundo grau, *predomine a parte de formação especial.*

§ 2º A parte de formação especial de currículo:

- a) *terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau;*
- b) será fixada, quando se destina a iniciação e habilitação profissional, em *consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional*, à vista de levantamentos periódicamente renovados.

§ 3º Excepcionalmente, a parte especial do currículo poderá assumir, no ensino de 2º grau, o

caráter de aprofundamento em determinada ordem de estudos gerais, para atender a aptidão específica do estudante, por indicação de professores e orientadores (BRASIL, 1971, grifos nossos).

É possível perceber a relação direta da Lei nº 5.692/1971 com a formação para de trabalhadores com uma qualificação para o mercado. Esta já teria início no ensino de 1º grau, com a sondagem de aptidões, e se aprofundaria no 2º grau, nas habilitações profissionais. Essas últimas, consoante o artigo 6º dessa Lei, poderiam ser realizadas em regime de cooperação com as empresas.

A princípio podemos considerar que essa Lei acabava com a dualidade estrutural da educação brasileira por tornar a profissionalização compulsória nas escolas, não mais a destinando apenas aos antes vistos como os “desvalidos da sorte”. Entretanto, para Moura (2007), isso é um ledor engano, visto que, na prática, essa obrigatoriedade ficou restrita na esfera público, estadual e federal.

Nos sistemas estaduais de ensino a profissionalização compulsória foi amplamente problemática e não foi implantada completamente. Em primeiro lugar, porque a concepção curricular que emanava da Lei empobrecia a formação geral do estudante em favor de uma profissionalização instrumental para o “mercado de trabalho”, sob a alegação da importância da relação entre teoria e prática para a formação in-

tegral do cidadão. Entretanto, de forma incoerente com esse discurso, ao invés de se ampliar a duração do 2º grau para incluir os conteúdos da formação profissional de forma integrada aos conhecimentos das ciências, das letras e das artes, o que houve foi a redução dos últimos em favor dos primeiros, os quais assumiram um caráter instrumental e de baixa complexidade, uma vez que, dentre outros aspectos, não havia a base científica que permitisse caminhar na direção de conhecimentos mais complexos inerentes ao mundo do trabalho. E isto não ocorreu por acaso, pois fazia parte da própria concepção de desenvolvimento do País e da reforma educacional em questão (MOURA, 2007, p. 12-13).

Para Cunha (2005a, 2014), essa lei visava resolver também o problema da falta de vagas no Ensino Superior. Com o avanço da escolarização em nível secundário, crescia cada vez mais a procura pelas universidades, que, por serem poucas, não suportavam a demanda. Nesse sentido, acreditava-se que a Lei nº 5.692/1971, ao tornar profissionalizante o ensino de 2º grau, deixaria as vagas do Ensino Superior “livres” para as classes mais abastadas, enquanto os egressos dos cursos técnicos se contentariam com um emprego em algum setor da economia que necessitasse de mão de obra.

Entretanto, segundo Cunha (2005a, 2014), as coisas não saíram conforme o planejado. Problemas como a falta de recursos e de estrutura das escolas, a carência de professores qualificados para lecionar disciplinas técnicas, e as reações

da sociedade (tanto da classe média quanto das elites) revelaram as suas limitações, levando a uma “reforma da reforma”, em 1975, mediante o Parecer nº 76/1975, que “dizia não pretender eliminar as 130 habilitações profissionais já aprovadas pelo Parecer nº 45/72, mas agrupá-las em algumas *famílias de habilitações básicas*, como saúde, edificações, eletrônica, administração e comércio, entre outras” (CUNHA, 2005a, p. 203, grifos do autor).

Como os problemas não foram superados e continuaram as dificuldades de implantação do ensino profissionalizante nas escolas, a obrigatoriedade imposta pela Lei nº 5.692/1971 foi flexibilizada por meio da Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982, que determinou, no parágrafo 2º, do artigo 4º, que: “À preparação para o trabalho, no ensino de 2º grau, poderá ensejar habilitação profissional, *a critério do estabelecimento de ensino*” (BRASIL, 1982a, grifo nosso).

3.3 A formação de mão de obra especializada de nível superior

De acordo com Cury *et al.* (1982, p. 23), a ampliação das empresas no Brasil exigiu o aumento do número de ocupações de nível mais elevado, “[...] isso se deu em decorrência da inovação que representavam e da conseqüente carência, em termos quase absolutos, de pessoal especializado”. Logo, era necessário que as instituições de ensino profissionalizante, como eram chamadas à época, ofertassem cursos que suprissem essa demanda, daí o Decreto-Lei nº 547, de 18 de abril de 1969, autorizou o funcionamento de cursos profissionais superiores de curta duração. De acordo com o artigo 1º desse

decreto, as Escolas Técnicas Federais “poderão ser autorizadas a organizar e manter cursos de curta duração, destinados a proporcionar formação profissional básica de nível superior e correspondentes às necessidades e características dos mercados de trabalho regional e nacional” (BRASIL, 1969).

Na década seguinte, a Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, transformou as Escolas Técnicas Federais do Paraná, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET (BRASIL, 1978). Segundo Oliveira (2003), essa foi a primeira vez que oficialmente se usou o termo “Educação Tecnológica”. “A legislação, já naquela época, explicitava a necessidade de o país preparar trabalhadores capazes de enfrentar os desafios que estavam sendo postos pelos avanços da ciência e da tecnologia [...]” (OLIVEIRA, 2003, p. 20).

As novas instituições possuíam natureza jurídica de autarquias federais, com autonomia técnica, financeira, didática e de gestão asseguradas. O artigo 2º dessa Lei apresenta os objetivos estrategicamente elaborados para que as instituições ofertassem cursos superiores:

I - ministrar ensino em grau superior:

a) de graduação e pós-graduação, visando à formação de profissionais em engenharia industrial e tecnólogos;

b) de licenciatura plena e curta, com vistas à formação de professores e especialistas para as disciplinas especializadas no ensino de 2º grau e dos cursos de formação de tecnólogos;

II - ministrar ensino de 2º grau, com vistas à for-

mação de auxiliares e técnicos industriais;
III - promover cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização, objetivando a atualização profissional na área técnica industrial;
IV - realizar pesquisas na área técnica industrial, estimulando atividades criadoras e estendendo seus benefícios à comunidade mediante cursos e serviços (BRASIL, 1978).

Quatro anos depois, o Decreto nº 87.310, de 21 de junho de 1982, regulamentou a Lei nº 6.545/1978. No artigo 3º do Decreto, são apresentadas as características básicas dos CEFET:

I - integração do ensino técnico de 2º grau com o ensino superior;
II - ensino superior como continuidade do ensino técnico de 2º grau, diferenciado do sistema de ensino universitário;
III - acentuação na formação especializada, levando-se em consideração tendências do mercado de trabalho e do desenvolvimento;
IV - atuação exclusiva na área tecnológica;
V - formação de professores e especialistas para as disciplinas especializadas do ensino técnico de 2º Grau;
VI - realização de pesquisas aplicadas e prestação de serviços;
VII - estrutura organizacional adequada a essas peculiaridades e aos seus objetivos (BRASIL, 1982b).

É importante realçar que tanto no texto da Lei nº 6.545/1978 quanto no do Decreto que a regulamentou, há uma clara percepção de verticalização proporcionada pela educação tecnológica. Nesse sentido, Oliveira (2003, p. 21) afirma que “o objetivo de ofertar cursos de diferentes níveis em um mesmo estabelecimento era o de promover a integração entre os níveis de ensino, entendida pelos órgãos governamentais como a principal finalidade da educação tecnológica”.

Cunha (2005a) compreende a criação dos CEFET como uma maneira encontrada, pelo governo federal, de desviar uma parcela de candidatos ao Ensino Superior para essas instituições, disponibilizando lhes cursos de curta duração e de menor valor econômico e simbólico. Assim, ao contrário de uma valorização das escolas técnicas, esse autor afirma que a chamada “cefetização” representou “[...] um desvalor dessas instituições pela manutenção de sua situação apartada da universidade [...] mais uma forma pela qual se processa a reprodução ampliada da dualidade da educação brasileira” (CUNHA, 2005a, p. 211).

A respeito da criação dos CEFET, Ciavatta (2006, p. 912-913) tece a seguinte análise:

A discussão sobre o sentido educacional que os Centros Federais de Educação Tecnológica assumem ao se tornarem, progressivamente, instituições de ensino superior, exige que se defina que homem e que mulher se quer formar, a que finalidade se destina a educação. De outro lado, cabe uma reflexão sobre a questão da técnica, da ciência e da tecnologia e sua relação

com o trabalho e a educação. Particularmente, supõe que se considerem suas consequências para a humanização ou a realização de todo o potencial humano em um mundo dominado, material e ideologicamente, pelo lucro fácil, pelas guerras e pela destruição da natureza e a desumanização das condições de vida dos povos. O modo capitalista de produção da existência, o avanço da ciência e das tecnologias são parte dessa duplicidade de fins, tanto de preservação da vida como de sua destruição.

Mais tarde, na presidência de Itamar Franco (1992-1994), foi instituído, pela Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, o Sistema Federal de Educação Tecnológica, com a finalidade de promover uma melhor articulação da educação tecnológica, em seus vários níveis, “[...] visando o aprimoramento do ensino, da extensão, da pesquisa tecnológica, além de sua integração os diversos setores da sociedade e do setor produtivo (sic).” (BRASIL, 1994). No que diz respeito à transformação das Escolas Técnicas Federais em CEFET, destacamos os parágrafos 1º, 3º e 5º do artigo 3º dessa Lei:

§ 1º A implantação dos Centros Federais de Educação Tecnológica de que trata este artigo será efetivada gradativamente, mediante decreto específico para cada centro, obedecendo a critérios a serem estabelecidos pelo Ministério da Educação e do Desporto, ouvido o Conselho Nacional de Educação Tecnológica.

§ 3º Os critérios para a transformação a que se refere o *caput* levarão em conta as instalações físicas, os laboratórios e equipamentos adequados, as condições técnico-pedagógicas e administrativas, e os recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento de cada centro.

§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino (BRASIL, 1994).

As políticas voltadas para a Educação Profissional na década de 1990 têm relação com a penetração do modelo neoliberal no Brasil, já presente nos países europeus e no Chile, e que se aprofundou nos dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Porém, é importante frisar que no governo do Presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), já havia uma adesão clara aos princípios neoliberais evidenciados na sua política de privatização de estatais.

Martins (2000, p. 61) cita as seguintes assertivas do pensamento dos novos liberais:

a) A crença de que a desigualdade é o motor do desenvolvimento individual, que acarretaria como consequência necessária uma elevação do nível de bem-estar social para muitos outros

indivíduos, mas não para todos, já que se assim ocorresse se quebraria o próprio motor de seu desenvolvimento;

b) O combate às políticas de bem-estar social, como ação urgente a ser efetivada, uma vez que a Europa, adotando esse modelo de proteção coletiva para seus indivíduos, poderia estar comprometendo o propalado motor de desenvolvimento social – a desigualdade;

c) O combate ao movimento sindical, organizado e com forte poder de pressão, que exige a diminuição das desigualdades econômicas, bem como a manutenção e a expansão das políticas de bem-estar social,

d) O combate à presença forte do Estado em todas as instâncias sociais, sobretudo na econômica, já que a iniciativa privada, afirmavam, é mais propensa à defesa das individualidades e da liberdade para a economia.

As reformas que estavam sendo implementadas e as que estariam por vir marchavam na contramão do Estado de Bem-Estar Social e às experiências do socialismo real, adequando-se bem aos princípios defendidos por Friedrich Hayek, o “pai” do neoliberalismo, na obra “O Caminho da Servidão”, publicada em 1944. Nesse conjunto de mudanças, eram reestabelecidos os mecanismos de mercado, enfatizando a ideia de que a liberdade do mercado conduz à prosperidade, enquanto as políticas sociais, à escravidão. Para Frigotto e Ciavatta (2003, p. 95), o documento conhecido como “Consenso de Washin-

gton” “[...] balizou a doutrina do neoliberalismo ou neoconservadorismo que viria a orientar as reformas sociais nos anos de 1990. É neste cenário que emerge a noção de globalização carregada, ideologicamente, por um sentido positivo”.

Apple (2005, p. 23) chama a atenção para o fato de que “[...] as propostas incorporam algumas questões progressistas vibrantes e são expressas em uma linguagem visivelmente progressista [...]”, podendo, dessa forma, ter amplo apoio do congresso. Dando continuidade ao seu raciocínio, o autor afirma que essas propostas mantêm “uma tradição conservadora do discurso que incorpora a linguagem progressista, avançando, simultaneamente, elementos-chave das agendas neoliberais e neoconservadoras”.

Segundo Silveira (2010, p. 52), as condições políticas criadas com a eleição de Fernando Henrique Cardoso permitiram “[...] a implementação de um conjunto de reformas voltadas para uma nova ordem sociometabólica centrada no mercado. Além da ênfase nas reformas econômicas [...] desencadeia-se o processo das reformas constitucionais”.

Nesse cenário de mudanças nas políticas educacionais, merece destaque a criação da nova LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que reorganizou a oferta da EPT no Brasil, destinando-lhe um capítulo específico, separado da Educação Básica (BRASIL, 1996), mantendo, assim, novamente, a dualidade na educação brasileira, haja vista que houve uma divisão ao invés de integração, no processo de ensino e aprendizagem.

Moura (2007) ressalta que o texto da Lei nº 9.394/1996 é minimalista e ambíguo no que se refere à relação entre a EPT e o Ensino Médio, pois este está descrito no Capítulo II, destinado à Educação Básica; e aquela está no Capítulo III, limitando-

-se à sua discussão em apenas quatro artigos. O pesquisador destaca, como exemplo disso, dois trechos dessa Lei: o parágrafo 2º, do Artigo 36, alusivo ao Ensino Médio, “[...] atendida a formação geral do educando, *poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas*”; e o Artigo 40, referente à Educação Profissional: “[...] será desenvolvida *em articulação com o ensino regular* ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho” (grifos do autor).

Segundo Moura (2007, p. 16), os dispositivos legais supracitados permitem a realização de quaisquer possibilidades de articulação entre o ensino médio e a educação profissional. Ademais, há uma completa desarticulação entre eles:

Como a educação brasileira é estruturada na nova LDB em dois níveis – educação básica e educação superior, e a educação profissional não está em nenhum dos dois, consolida-se a dualidade de forma bastante explícita. Dito de outra maneira, a educação profissional não faz parte da estrutura da educação regular brasileira. É considerada como algo que vem em paralelo ou como um apêndice e, na falta de uma denominação mais adequada, resolveu-se tratá-la como modalidade, o que efetivamente não é correto (MOURA, 2007, p. 16).

Essa redação que divide as formações não é inocente e desinteressada. Ao contrário, há a explícita intenção de consolidar a separação entre a Educação Profissional e o Ensino

Médio, interesse já manifesto no Projeto de Lei nº 1.603/1996 do presidente Fernando Henrique Cardoso. Esse PL, por suscitar muitas desconfianças e mobilizações entre os servidores das instituições de EPT, foi retirado de pauta, mas, diante da possibilidade de impor o seu conteúdo sob a forma de decreto, o governo criou o Decreto nº 2.208, em 17 de abril de 1997, para regulamentar o parágrafo 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da LDB. Esse documento teve como principal característica a separação entre a formação geral e a profissional, conforme constava o seu artigo 5º: “A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este” (BRASIL, 1997)⁶.

Para Saviani (2011, p. 144), o divórcio entre o Ensino Médio e o Técnico,

[...] significou voltar atrás no tempo, não apenas em relação à Lei n. 5.692 de 1971, mas em relação à LDB de 1961, já que esta flexibilizou a relação entre os ramos do ensino médio então, permitindo a equivalência e o trânsito entre eles, quebrando, assim, a “dualidade de sistema” próprio das reformas Capanema da década de 1940, na vigência do Estado Novo. Ora, é a essa dualidade que se retornou com o Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997.

6. Um estudo detalhado do Decreto nº 2.208/1997 foi realizado por Souza e Lima (2021).

O cumprimento dessa determinação interrompeu a articulação entre a matriz curricular da formação geral, propedêutica, e da técnica-profissional. As instituições que optassem por ofertar o Ensino Médio “regular” deveriam fazê-lo com redução de vagas e desvinculando-o da base tecnológica. Os cursos técnicos de nível médio poderiam ser nas formas subsequente ao Ensino Médio (um curso com uma carga horária menor, focado nas disciplinas técnicas), e concomitante ao Ensino Médio, internamente ou em parceria com outras instituições de ensino.

Frigotto e Ciavatta (2003, p. 95) compreendem que o Decreto nº 2.208/1997 firma-se na “doutrina do neoliberalismo ou neoconservadorismo que viria a orientar as reformas sociais nos anos de 1990. É neste cenário que emerge a noção de globalização carregada, ideologicamente, por um sentido positivo”. Para esses pesquisadores, as décadas finais do século XX e o princípio do XXI foram marcadas por mudanças e reformas nos campos econômico, sociocultural, ético-político e ideológico. Os responsáveis por essas reformas são os organismos internacionais e regionais, vinculados aos mecanismos de mercado, com seus respectivos representantes com o objetivo garantir a rentabilidade do sistema capital, das corporações de grande porte, das empresas transnacionais e das poderosas nações que são suas bases e matrizes.

Se analisarmos o Governo Fernando Henrique Cardoso nos contextos social, político, econômico e educacional, concluiremos que a “Era FHC” desenvolveu suas políticas “de forma associada e subordinada aos organismos internacionais, gestores da mundialização do capital e dentro da ortodoxia da cartilha do credo neoliberal, cujo núcleo central é a ideia do

livre mercado e da irreversibilidade de suas leis” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 103). Nesse sentido, Fonseca e Ferreira (2020, p. 2) fazem uma síntese desse período:

[...] sob o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) o Brasil experimentava uma mudança de paradigma no regime capitalista de acumulação do capital. Tratava-se do advento do regime neoliberal, da reforma de administração do Estado, da descentralização das políticas públicas, da reestruturação produtiva do capital e de privatizações e parcerias com o setor privado. Com essa mudança do regime de acumulação de modo capitalista Taylorista/Fordista para o de acumulação flexível, a educação de um modo geral, seguindo essa lógica de mudança na estrutura do Estado, teve que adaptar-se a essa nova realidade para atender a novas demandas do mundo do trabalho, sofrendo influências diretas na educação em geral e na qualificação profissional em particular. Sendo assim, o trabalhador/a passou da condição de especialista (orientado para executar uma só função ou tarefa) para uma formação polivalente.

Essa situação se manteve durante o restante do governo FHC e no primeiro ano da presidência de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). Em 2004, por meio do Decreto nº 5.154, de 23 de julho, sancionado por esse presidente, o Decreto nº 2.208/1997 foi revogado. O novo decreto permitiu a articula-

ção entre a formação geral e a técnica por meio da forma Integrada, mas mantiveram-se as duas outras formas presentes no decreto de FHC: a Subsequência e a Concomitância (BRASIL, 2004). O Ensino Médio na forma Integrada (EMI) tem sido a bandeira de luta de educadores progressistas, que o veem como uma possibilidade de reduzir a dualidade da educação brasileira.

Também em 2004, todos os CEFETs foram alçados à categoria de Instituições de Educação Superior (IES) pelo Decreto nº 5.225/2004. Apesar disso, para Otranto (2012), os CEFETs não tinham o interesse de apenas usufruir de semelhante autonomia concedida às universidades, mas de passarem a ser também universidades. Foi o que ocorreu, em 2005, com o CEFET-PR, transformado em Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UFTPR), ampliando as expectativas de vários outros CEFETs.

Dentre os compromissos assumidos pelo novo governo, estava a expansão da oferta da EPT nas instituições federais de ensino. Para isso, foi necessário extinguir qualquer entrave legal a esse processo, daí a alteração no parágrafo 5º do artigo 3º da Lei nº 8.948/1994, sancionada pelo então presidente Itamar Franco. Vale salientar que esse parágrafo foi acrescido pela Lei nº 9.649/1998, sancionada pelo presidente FHC. Nesta, no seu artigo 47º, parágrafo 5º, fica estabelecido que:

A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, *somente poderá ocorrer em parceria* com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-go-

vernamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino (BRASIL, 1998, grifo nosso).

A Redação dada pela Lei nº 11.195/2005, sancionada pelo presidente Lula, substituiu a obrigatoriedade imposta por seu antecessor, como podemos ver a seguir:

§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, *preferencialmente*, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino (BRASIL, 2005, grifo nosso).

Eliminados os óbices, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (*Setec*) do MEC deu início ao processo de ampliação do número de unidades dos CEFET no interior do Brasil, o qual ocorreu em três fases. Na primeira, a prioridade foi para a construção de escolas em estados ainda desprovidas destas instituições, além da instalação dessas instituições nas periferias de grandes centros urbanos e municípios do interior (BRASIL, [2005?]).

Em 2007, mediante a Chamada Pública MEC/SETEC n.º 001/2007 (BRASIL, 2007a), foi iniciada a segunda fase da expansão e interiorização, cuja meta era a criação, em quatro anos, de mais 150 novas instituições federais distribuídas nos 26 estados e no Distrito Federal, contemplando 150 municí-

pios diferentes escolhidos pelo próprio MEC e mediante manifestação de interesse por parte das prefeituras municipais.

Também em 2007, mediante o Decreto nº 6.095, de 24 de abril (BRASIL, 2007b), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu início à implantação dos Institutos Federais (IFs). Nesse decreto, foram estabelecidas as diretrizes para o processo de reorganização e integração das instituições federais de Educação Profissional do país, com fins de criar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET) (BRASIL, 2007). Essa proposta foi vista como o fim da possibilidade de os CEFET serem transformados em universidades. Conforme Otranto (2012, p. 202):

Apesar da pressão dos dirigentes dos Cefets e das demais instituições de educação profissional, o governo pavimentava o caminho para outra proposta, que não incluía a transformação em universidade, e sim, em outra instituição “alternativa” à universidade, que tivesse custos menores, já que as universidades de pesquisa eram apontadas desde a década de 1990, pelo Banco Mundial, como muito caras para os países em desenvolvimento.

Até o final de 2008, a Rede Federal de Educação Profissional era composta por 33 CEFETs e suas 58 Unidades de Ensino Descentralizadas (UNED), 36 Escolas Agrotécnicas Federais (EAF), 32 Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (ETVUF), 1 Universidade Tecnológica Federal e 1 Escola Técnica Federal (ETF) (OTRANTO, 2010).

O Decreto nº 6.095/2007 assegurava a adesão voluntária por parte dessas instituições federais no contexto do Sistema Federal de Educação Tecnológica, ao possibilitar acordos no âmbito do processo de integração, bem como a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), de acordo com as determinações estabelecidas por esse decreto. Com relação à verticalização do ensino, realçamos que, no seu artigo 4º, esse decreto estabelecia que a nova institucionalidade se comprometia em ministrar cursos de nível superior:

- a) cursos de graduação, compreendendo bacharelados de natureza tecnológica e cursos superiores de tecnologia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- b) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas para as diferentes áreas da educação profissional e tecnológica;
- c) programas de pós-graduação *stricto sensu*, compreendendo mestrado e doutorado, preferencialmente de natureza profissional, que promovam o aumento da competitividade nacional e o estabelecimento de bases sólidas em ciência e tecnologia, com vista ao processo de geração e inovação tecnológica; e
- d) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vista à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemáti-

ca, de acordo com as demandas de âmbito local e regional (BRASIL, 2007a).

O processo de transformação das instituições federais de EPT em IFET se iniciou em julho de 2007, com o Ofício Circular SETEC nº 76/2007, que dava o prazo de 90 dias para que essas instituições se pronunciassem em relação à proposta governamental. Em dezembro de 2007, a Chamada Pública MEC/SETEC nº 002 estabeleceu esse mesmo prazo para a adesão das instituições interessadas (BRASIL, 2007c). Assim, em 31 de março de 2008, a Portaria MEC/SETEC nº 116/2008 divulgou o resultado e, em 29 de dezembro de 2008, por meio da Lei nº 11.892, foram criados 38 IFs e estabelecidos os seus objetivos, finalidades, características e estruturas organizacionais. Essa lei oficializou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), composta pelos IF, pelas Escolas Técnicas Vinculadas à Rede Federal, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná e pelos CEFET-RJ e CEFET-MG⁷ (BRASIL, 2008). Em 2012, o Colégio Pedro II foi agregado à RFEPCT.

A instalação da RFEPCT e a reorganização das instituições de EPT levou o governo a dar início à terceira fase da expansão (expansão que fora iniciada alguns anos antes). Assim, em 2011, o governo Dilma Rousseff estabeleceu um projeto de criação de 208 novas unidades até 2014, com a finalidade de superar as desigualdades regionais e a viabilização das con-

7. Os únicos CEFET que não aderiram à proposta governamental foram o CEFET-RJ e o CEFET-MG, pois preferiram aguardar uma possibilidade de serem transformados em universidades, a exemplo do CEFET-PR que, em 2005, passou a ser Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

dições para acesso a cursos de formação profissional e tecnológica, e de licenciaturas como meio de melhoria de vida da população. A maior parte dessas novas unidades eram dos IFs criados em 2008 (BRASIL, 2018a).

Conforme a Lei nº 11.892/2008, os IFs têm natureza jurídica de autarquia, autonomia didático-pedagógica e disciplinar, administrativa e financeira. São instituições pluricurriculares e *multicampi*, com autonomia para criar e extinguir cursos, equiparando-se às universidades federais em relação à autoridade de regular, supervisionar e avaliar seus cursos (BRASIL, 2008). Quanto aos objetivos e características dos IF, o incisos I-IX do artigo 6º dessa lei determinam:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos

produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008).

O artigo 7º da referida lei ressalta os objetivos para os quais os IF foram criados:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino

fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

- c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
- e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica (BRASIL, 2008).

O artigo 8º da Lei nº 11.892/2008, por sua vez, determina a divisão em termo de proporção das vagas ofertadas por cada nível de cursos e garante, no mínimo 50% das vagas para a EPT de nível médio e, no mínimo, 20% para os cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica.

A nova configuração da RFEPCT levou Pacheco (2011, p. 7) a enfatizar que: “Recusamo-nos a formar consumidores no lugar de cidadãos, a submeter a educação à lógica do capital, colocando o currículo como instrumento do simples treinamento de habilidades e técnicas a serviço da reprodução capitalista”.

Alves *et al.* (2017) endossam a afirmação de Pacheco (2011), ao considerarem que os IF se configuram como política pública criada com a finalidade de oportunizar EPT de qualidade aos menos favorecidos, formando os educandos para a vida e para atuarem em vários setores da economia. Ademais,

contribuem para o desenvolvimento sócio-político-econômico local, regional e nacional do país ao promoverem ascensão social, principalmente por meio da verticalização do ensino que possibilita formação e capacitação em vários níveis e modalidades.

Aguiar e Pacheco (2017) associam as origens dos IF à retomada do crescimento econômico e à recuperação dos setores produtivos e de serviços, na primeira década deste século.

[...] o desafio que permeou a Educação Profissional e Tecnológica naquele estágio do desenvolvimento brasileiro foi dimensioná-la a partir do reconhecimento de uma demanda que resultava da exclusão dos processos de formação básica de milhares de pessoas, oferecendo-as oportunidades, sem iludi-las a partir de pressupostos e projeções irreais. Assim, nasceram os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com a concepção de Educação Profissional e Tecnológica - EPT focada na formação omnilateral da pessoa, unindo ensino, pesquisa e extensão. Essa concepção tem como centralidade o indivíduo e seu coletivo e não o mercado de trabalho (AGUIAR; PACHECO, 2017, p. 13-14).

Os autores em tela frisam que os IFs não são a velha escola técnica, tampouco são universidades, visto que têm como alicerce a “[...] matriz marxista da indissociabilidade entre os compromissos de ordem prática e a compreensão teórica, são um ponto de convergência dos estudos teóricos, políticos e

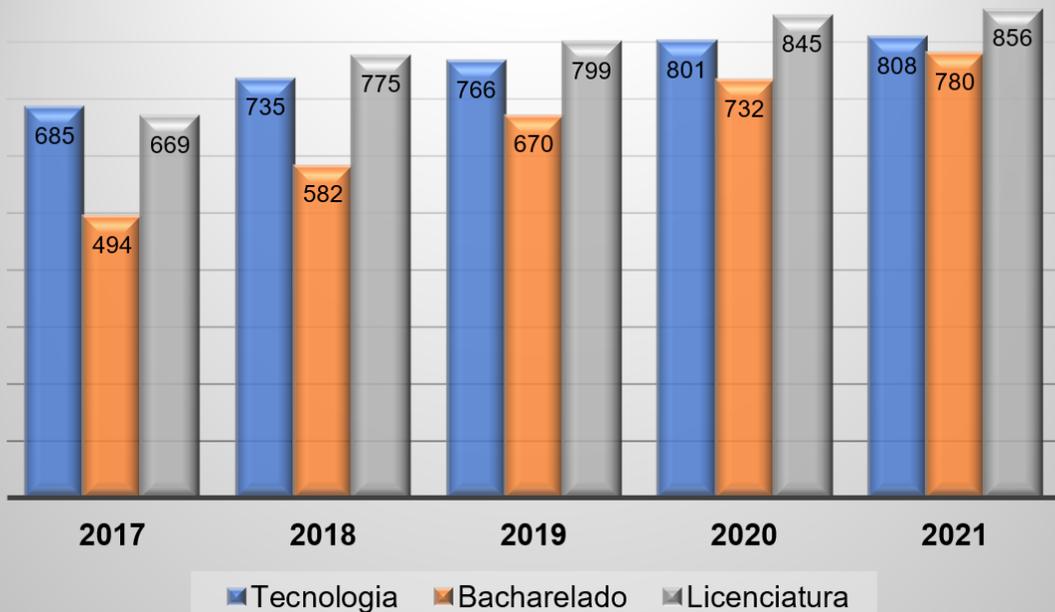
tecnológicos, com o claro objetivo de interpretar o mundo e transformá-lo” (AGUIAR; PACHECO, 2017, p. 15).

Paralelamente às mudanças que ocorriam na primeira década do atual século, deu-se, em três fases, o processo de expansão e interiorização das instituições federais de EPT ao longo dos governos dos presidentes Luis Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016). Baseados em dados do Portal do MEC, vemos que, em 2002, a RFEPCT era composta por 144 unidades, e, em 2019, eram 661 unidades “vinculadas a 38 Institutos Federais, 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), a 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e ao Colégio Pedro II” (BRASIL, 2019a).

Tomando como base os dados apresentados pela Plataforma Nilo Peçanha⁸ (BRASIL, 2018b, 2019b, 2020, 2021, 2022), podemos constatar o crescimento e expansão da RFEPCT, no período de 2017 a 2021, quanto ao número de matrículas, ofertas e quadro de servidores. No que tange às matrículas, estas, em 2017, eram 1.031.798, passando, em 2021, para 1.523.346. Destas, 326.451 matrículas eram em cursos de nível superior de tecnologia, licenciatura e bacharelado, cujas ofertas têm crescido anualmente, como podemos constatar no Gráfico 1.

8. A Plataforma Nilo Peçanha, criada em 2017, é um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação de estatísticas oficiais da RFEPCT. Para não correremos o risco de incoerência entre dados de outras fontes, preferimos usar apenas os encontrados nessa plataforma.

Gráfico 1: Ofertas de cursos superiores na RFEPCT (2017-2021)



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (BRASIL, 2018, 2019b, 2020, 2021, 2022).

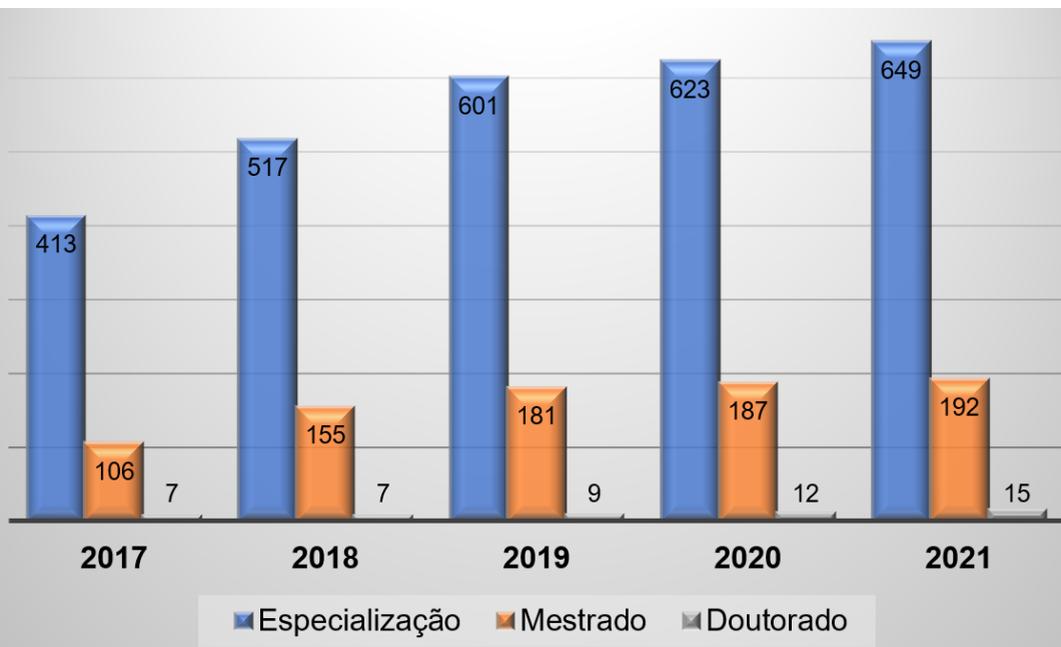
O gráfico 1 exibe uma realidade impensável há algumas décadas, quando essas instituições eram vistas apenas como formadoras de mão de obra para o mercado de trabalho. O crescimento de 28% nas ofertas das licenciaturas no período de 2017 a 2021 demonstra o compromisso institucional com a formação de professores, conforme consta na Lei nº 11.892/2008, e em atendimento ao Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), no tocante às Metas 12 (elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos) e 15 (assegurar que todos os professores e as professoras da educação bási-

ca possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam) (BRASIL, 2015).

Vale salientar que, seguindo orientação da lei de criação da Rede, a maior parte dessas licenciaturas é na área das Ciências Exatas e da Natureza, haja vista a carência de professores dessas disciplinas atestada pelo relatório produzido por uma comissão do Conselho Nacional de Educação, em 2007. Baseado em dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), os relatores destacam uma necessidade de cerca de 235 mil professores para o Ensino Médio no país, particularmente nas disciplinas de Física, Química, Matemática e Biologia. “Precisa-se, por exemplo, de 55 mil professores de Física; mas, entre 1990 e 2001, só saíram dos bancos universitários 7.216 professores nas licenciaturas de Física, e algo similar também se observou na disciplina de Química” (RUIZ; RAMOS; HINGEL; 2007, p. 11). O crescimento da oferta de cursos de licenciatura dessas disciplinas vai ao encontro da Meta 15 do Plano Nacional de Educação, mas essa escassez de docentes leva muitos a ministrarem aulas fora de sua área de formação inicial.

No que diz respeito às ofertas em nível de pós-graduação, também a RFEPCT tem demonstrado um crescimento dessas ofertas, como podemos observar no gráfico 2.

Gráfico 2: Oferta da Pós-graduação *lato* e *stricto sensu* na RFEPC



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (BRASIL, 2018, 2019b, 2020, 2021, 2022).

Da mesma forma que o gráfico 1, o 2 aponta uma realidade surpreendente quando comparada àquela que vemos no decorrer da história da EPT no século XX. Há uma ampliação anual das ofertas da pós-graduação, com destaque para a *lato sensu*, mais fáceis de serem criadas, visto que a aprovação dos seus projetos não depende de uma avaliação da Capes, o que não significa dizer que tenham baixa qualidade. Eram, em 2021, 49.583 matrículas em 649 cursos, ou seja, 57,14% a mais se comparado a 2017, quando havia 413 cursos e 32.453 matrículas.

Já os cursos de mestrado apresentaram um crescimento de 81,13% entre 2017 e 2021 e, segundo os dados da Plataforma Nilo Peçanha, destacam-se por serem, em sua maioria, programas profissionais: dos 192 existentes em 2021, 148 eram mestrados profissionais, correspondendo a 77% do total. A soma das matrículas entre os dois tipos de mestrado era 8.763 (BRASIL, 2018, 2022).

É possível relacionarmos o crescimento do número de mestrados profissionais às orientações do Plano Nacional de Pós-graduação (2011-2020). Neste documento, ao se considerar que o Brasil, na segunda década do século XXI, enfrentaria o desafio de formar e educar pessoas especializadas e qualificadas para atender a vários tipos de demandas, a seguinte diretriz foi estabelecida:

[...] o apoio à difusão de modalidades de pós-graduação em educação profissional considerando critérios de equalização de ofertas nos diferentes pólos de desenvolvimento do país: com este propósito, deverão ser incentivados a criação e o desenvolvimento de programas profissionais para formar especialistas, mestres e doutores que respondam às necessidades de desenvolver competências profissionais requeridas (BRASIL, 2010, p. 301).

Quanto aos cursos de doutorado, o gráfico 2 evidencia uma ampliação das ofertas, visto que, em 2017 e 2018, eram apenas 7, elevando-se para 15, em 2021, com 696 matrículas (BRASIL, 2018, 2022).

Novamente, vemos um alinhamento na oferta desses cursos de pós-graduação com a Lei nº 11.892/2008, ao se comprometer com a formação superior e a continuada, e com o atual Plano Nacional de Educação, no que diz respeito às metas 13 (elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores), 14 (elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores) e 16 (formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica e garantir-lhes formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino) (BRASIL, 2015).

Os dados apresentados acima evidenciam um forte crescimento da Rede, mesmo em uma época em que as instituições federais de EPT, como também as Universidades Federais, vêm sofrendo cortes orçamentários decorrentes da política econômica assumida pelo governo a partir de meados da segunda década deste século. Em novembro de 2021, o *Jornal Extra Classe* fez um balanço dessa situação:

Devido aos cortes feitos pelo governo federal no orçamento para diversas áreas, menos da metade dos recursos previstos para a educação pública será executada pelo Ministério da Educação em 2021. A previsão orçamentária era de R\$ 145,70 bilhões, mas a execução dos créditos, isto é, aquilo que foi efetivamente repassado às instituições, não passa de R\$ 90,29 bilhões.

Descontada a folha de pagamento dos servidores, restam R\$ 70,6 bilhões para cobrir todas as despesas correntes e as políticas públicas de educação até dezembro deste ano. Isso equivale a 2,78% dos gastos públicos, a menor taxa desde a década passada. A partir de 2015, o setor que já sonhou com as verbas do Pré-Sal perdeu 38% dos recursos, ou mais de R\$ 30 bilhões (LAMPERT, 2021, não paginado).

Em contraposição, *pari passu* vemos o crescimento de matrículas nas instituições privadas, demonstrando a mercantilização da formação profissional (SOUZA; ALBANO, 2019) e do ensino superior (PAULA *et al.*, 2018) e a precarização planejada das IES por meio de cortes nos seus orçamentos. Um exemplo disso foi a redução de R\$ 3,2 bilhões no orçamento do MEC, anunciado pelo governo Bolsonaro em 27 de maio de 2022. Entre as críticas a essa medida, a Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) e representante do Conselho Nacional dos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), Luciana Massukado, comentou:

Os gastos discricionários da educação superior no Brasil eram de R\$ 14,9 bilhões em 2014, atingiu R\$ 15,67 bilhões em 2015 e de lá para cá ele vem caindo em queda livre. Em 2021, foi R\$ 5,5 bilhões. Veja, *eu estou falando de R\$ 15 bi para R\$ 5,5 bi*, uma queda de mais de 60% do orçamento discricionário (PROFESSORES..., 2022, grifo nosso).

Esse cenário nos mostra o quanto ainda é preciso lutar em defesa de uma educação pública, de qualidade e inclusiva. Com relação à EPT, além dessas frentes de lutas, é necessário apresentar essas instituições, tanto interna quanto externamente aos seus espaços, não como simples qualificadoras de mão de obra para servir às demandas do mercado de trabalho, mas como comprometidas com a formação humana na sua integralidade e com a justiça social. Daí a nossa responsabilidade enquanto docentes de promover uma educação para a libertação, numa luta contra uma educação comprometida com a desumanização, o anonimato e a coisificação dos educandos (FREIRE, 2021a, 2021b, 2022,).

2

Programa de
Pós-Graduação em
Educação Profissional
(PPGEP): Origens,
Trajetória e Formação
no Campo Trabalho-
Educação

O PPGEP, sediado na Diretoria Acadêmica de Ciências (DIAC) do *Campus* Natal-Central, foi recomendado pelo Comitê Técnico-Científico (CTC) da Capes em 13 de dezembro de 2012. A elaboração da proposta foi realizada por uma comissão composta por professores e técnico-administrativos em educação constituída pela Portaria nº 247, de 4 de março de 2011⁹, emitida pelo então reitor Belchior de Oliveira Rocha (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2011).

De acordo com informações obtidas em entrevista com o Professor Dante Henrique Moura¹⁰, os primeiros diálogos acerca da criação de um programa de pós-graduação *stricto sensu* no IFRN se deram com o desenvolvimento do curso de especialização em Educação Profissional e Tecnológica e Especialização em Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, sobre o qual trataremos adiante.

Em entrevista, Moura informou que, em 2008, o diretor de pesquisa do CEFET-RN, José Yvan Pereira Leite, demandou ao Núcleo de Pesquisa em Educação (NUPED) do atual *campus* Natal Central, à época Unidade Sede, em nome da gestão do CEFET-RN, a elaboração de uma proposta de curso de mestrado profissional em Educação Profissional, que veio a ser, mais tarde, um dos 8 projetos estratégicos submetidos pela gestão

9. Fizeram parte dessa comissão: Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares, Ana Lúcia Sarmiento Henrique, Andrea Gabriel Francelino Rodrigues, Dante Henrique Moura, Eulália Raquel Gusmão de Carvalho Neto, Francisca Carneiro Ventura, Márcio Adriano de Azevedo, Pauleany Simões de Moraes e Maria das Graças Baracho. Posteriormente, a comissão se ampliou com outros servidores que foram convidados a compor o grupo.

10. Entrevista realizada em 27 de julho de 2022.

do CEFET-RN ao Ministério da Educação. Entretanto, na oportunidade, o grupo de pesquisadores do NUPED compreendeu que o projeto deveria ser de mestrado acadêmico ao invés de profissional, posto que o avanço da oferta de educação profissional dos últimos anos não estava sendo acompanhado da produção de conhecimentos sobre essa esfera educacional. Portanto, mais do que aplicação de conhecimentos e elaboração de produtos acadêmicos, era necessário produzir conhecimentos sobre a Educação Profissional. Após diálogos com a gestão, ficou decidido que a proposta seria de mestrado acadêmico. O projeto, intitulado “Construindo o mestrado acadêmico em Educação Profissional do IFRN”, juntamente com os outros sete submetidos ao MEC, foi aprovado em 2010 e recebeu recursos financeiros que permitiram a sua execução a partir de 2011.

De acordo com o projeto de criação do PPGEP, alguns elementos justificavam a necessidade de um Programa de Pós-graduação em Educação Profissional:

1. A expansão dessa modalidade de ensino na primeira década deste século, ampliando o número de alunos e de docentes.
2. A formação continuada de professores para a Educação Profissional (39,5% destes, no IFRN, em 2012, possuíam titulação inferior à de mestrado).
3. A experiência da instituição no ensino superior, com vários cursos de licenciatura e de tecnologia, e na pós-graduação *lato sensu*, tanto presencial quanto à distância.
4. A deficiência de quadros habilitados, no Rio Grande do Norte, para a docência e para a elaboração de projetos curriculares na Educação Profissional, constituindo-se

numa limitação para a implantação do Programa Brasil Profissionalizado, criado pelo governo federal em 2007.

5. A execução do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (Proeja), que abrange articulações entre o ensino médio e o ensino fundamental com a educação profissional (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012).

Os argumentos usados pela equipe de elaboradores do projeto são totalmente válidos quando consideramos que, em 2005, o governo federal revogou, por meio da Lei nº 11.195, a proibição de criação de novas unidades de ensino profissional federais previstas no parágrafo 5º do Artigo 3º da Lei nº 8.948/1994 (BRASIL, 2005). Em seguida, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) apresentou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, cuja execução se deu em três fases, como vimos no capítulo anterior. Desse modo, em 2019, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica contava com 661 unidades distribuídas entre os 27 estados da federação (BRASIL, 2019a).

À época da escrita do projeto que seria submetido à Capes, o crescimento das instituições de EPT no Brasil era evidenciado ao se comparar os números de matrículas apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) nos anos de 2007 (780.162) e 2012 (1.362.200), ou seja, um aumento de 74,6% em 6 anos. Caso se considere apenas a Rede Federal, veremos uma similaridade nessa ampliação: em 2007, a Rede possuía 109.777 matrículas e, 6 anos depois, 210.785, ou seja, um crescimento de 92%. (BRASIL, 2013, p. 31).

Dentre as justificativas apresentadas na proposta submetida à Capes, também destacamos a implementação do Proeja. Esse programa teve suas origens com o Decreto nº. 5.478, de 24 de junho de 2005, demonstrando a decisão governamental de “atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual, em geral, são excluídos, bem como, em muitas situações, do próprio ensino médio” (BRASIL, 2007d, p.12).

Em 2006, o Decreto nº 5.478/2005 foi revogado pela promulgação do Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, que ampliou a abrangência do Proeja no que diz respeito ao nível de ensino, às instituições que podem ser proponentes, admitindo-se os sistemas de ensino estaduais e municipais e entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional (BRASIL, 2007d).

No IFRN, foram ofertadas 14 turmas do curso de especialização em Educação Profissional e Tecnológica e Especialização em Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, nos *campi* Natal Central, Natal Zona Norte, Mossoró, Ipanguaçu, Apodi, Currais Novos, Macau e Pau dos Ferros (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012a).

A atenção assumida por essa instituição quanto à execução do Proeja pode ser atestada pela publicação de livros acadêmicos e didáticos (impressos e digitais) pela Editora IFRN¹¹, e um número expressivo de Trabalhos de Conclusão de Cur-

11. O acesso a esses livros pode ser feito pelo Memoria, o repositório institucional da produção acadêmica do IFRN. Ver: <https://memoria.ifrn.edu.br/>

so (TCC). Em 2013, foi aprovado o projeto de pesquisa “Especialização PROEJA-IFRN (2006-2009): contribuições para a formação e a prática profissional dos egressos”, financiado pelo CNPq¹², cuja investigação deu origem a dissertações de mestrado e a publicação de livros¹³. A pesquisa teve o objetivo de refletir acerca da função social e pedagógica da formação continuada nos cursos de Especialização em Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, promovidos pelo CEFET-RN e IFRN no período de 2006 a 2009.

Os elaboradores da proposta do PPGEp também tiveram suas atenções voltadas aos princípios, características, finalidades e objetivos do IFRN, presentes no Estatuto dessa instituição, aprovado pela Resolução nº 66, de 31 de agosto de 2009¹⁴ (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2009). Baseados nesse documento, a equipe considerou que: “[...] é pertinente e, mais do que isso, *é imperativo institucionalizar e avançar na direção da produção de conhecimentos na esfera da educação profissional e tecnológica por meio de Programas e Cursos de pós-gra-*

12. Projeto submetido à Chamada Universal - MCTI/CNPq N° 14/2013 sob a coordenação do Prof. Dr. José Mateus do Nascimento. O relatório final do projeto está disponível no Portal do IFRN (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2017a).

13. Destaco as obras “Especialização Proeja em foco: cenários e interfaces” (NASCIMENTO; HENRIQUE, 2017) e “Sujeitos da especialização Proeja em foco: entre concepções e práticas” (NASCIMENTO; HENRIQUE, 2019).

14. À época, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do IFRN estava em processo de reconstrução, haja vista a criação do IFRN, em 2008, a partir do CEFET-RN. Porém, os elaboradores do projeto do PPGEp ressaltam que o PPP, em elaboração, reafirma os princípios, características, finalidades e objetivos presentes no Estatuto do IFRN destacados no texto do documento submetido à Capes.

duação stricto sensu”. Frisou ser “[...] *fundamental associar esses cursos à formação de professores na perspectiva da integração entre a educação básica e a educação profissional, inclusive, na modalidade educação de jovens e adultos*” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012a, p. 41, grifos nossos).

Desse modo, enfatizava-se, novamente, o que já havia sido escrito em páginas anteriores do documento submetido à Capes:

O PPGE do IFRN situado nesse contexto se propõe a trilhar caminhos com o propósito de contribuir para formar docentes-pesquisadores visando consolidar na educação pública a concepção de formação humana integral, omnilateral e politécnica, tendo como eixo estruturante a integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura na perspectiva do rompimento da dualidade entre formação técnica e formação científica, formação acadêmica e formação profissional, cultura técnica e cultura geral, ciência e tecnologia, trabalho manual e trabalho intelectual. Procura-se, com essa proposta de pós-graduação *stricto sensu*, ocupar um espaço na esfera educacional do Rio Grande do Norte e do Nordeste com possibilidades de atender também aos outros estados da federação (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012a, p. 37).

O projeto de criação do PPGEP deu-se em uma época em que esse tipo de oferta ainda era pequena na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). De acordo com Franco e Pereira (2017, p. 105), quando essa Rede foi criada, possuía 18 cursos de pós-graduação *stricto sensu* vinculados a dez instituições, ou seja, “24,4% das instituições participantes da RFEPCT atuavam no Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG). Esses cursos concentravam-se na modalidade acadêmica, sendo quatorze mestrados acadêmicos e quatro profissionais”. Os autores salientam que não existia ainda nenhum curso de doutorado ofertado pela Rede Federal.

Diante dessa realidade, o PPGEP foi gestado gradual e cautelosamente mediante um conjunto de atividades voltadas para o debate acerca da Educação Profissional em seus vários aspectos. Como parte desse processo foi desenvolvido, entre 2010 e 2012, o projeto de pesquisa “Construindo o mestrado acadêmico em Educação Profissional do IFRN”¹⁵, ao qual já fizemos menção, coordenado pelo Prof. Dr. Dante Henrique Moura, com financiamento do Ministério da Educação (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010).

O aludido projeto estava vinculado ao Núcleo de Pesquisa em Educação (NUPED), cujas atividades tiveram início em abril de 2004, com atuação em três linhas de pesquisa: Formação Docente; Currículo; e Gestão e Avaliação. Em 2007, acrescentou-se a estas uma quarta linha, denominada “Edu-

15. Não encontramos esse projeto em sua versão final submetido ao MEC nem o seu relatório de prestação de contas. Os detalhes apresentados adiante estão em um texto com revisões e que foi gentilmente cedido pela Prof^a Dr^a Maria das Graças Baracho.

cação de Jovens e Adultos integrada à educação profissional”. No texto do Projeto, encontramos uma síntese da trajetória do IFRN e da ampliação dos seus *campi* na primeira década do atual século, resultando na expansão das ofertas não só de cursos técnicos de nível médio, mas também de nível superior e de pós-graduação *lato sensu* que, à época, já eram 7 nessa instituição. Esses cursos de especialização em Educação Profissional são apresentados como uma das bases a partir das quais se instituirá a pós-graduação *stricto sensu* no IFRN. Em face do exposto:

[...] o projeto de pesquisa em desenvolvimento visa contribuir para a criação, a institucionalização e a consolidação do programa e de cursos de pós-graduação *stricto* e *lato sensu* em educação profissional do IFRN, os quais estarão voltados à produção de conhecimentos associados à formação de professores, tendo como principais destinatários, inicialmente, os servidores do próprio IFRN, os concluintes dos cursos de licenciatura proporcionados pelo IFRN e os servidores das redes públicas do Estado do Rio Grande do Norte, sem excluir outros segmentos da sociedade interessados nesse campo de conhecimentos. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010, p. 5).

O projeto teve como objetivo geral “Elaborar uma proposta de criação e institucionalização do programa de pós-

-graduação em educação profissional do IFRN e contribuir para o desenvolvimento das condições institucionais necessárias à sua implementação” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010, p. 13). Quanto aos objetivos específicos, foram apresentados:

Identificar as condições institucionais necessárias à implementação do programa de pós-graduação em educação profissional do IFRN.

Identificar e analisar os cursos de mesma natureza e/ou afins existentes no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e em outras instituições de educação superior do país.

Propor as medidas necessárias à materialização do Programa.

Contribuir na construção dessas condições institucionais.

Elaborar a proposta curricular, de organização e de regulamentação do programa, definindo, inclusive, suas respectivas linhas de pesquisa.

Elaborar uma proposta de curso de pós-graduação *lato sensu* em educação profissional, em nível de especialização, a ser oferecido a todos os profissionais detentores de diploma de nível superior que venham a ingressar no quadro efetivo do IFRN (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010, p. 13).

No cronograma de execução do projeto, descobrimos vários encontros formativos que seriam realizados entre os anos de 2010 e 2011. Além disso, no orçamento, planejou-se contratar bolsistas de iniciação científica e adquirir recursos para despesas com passagens e diárias necessárias à participação em eventos e ao financiamento da vinda de pesquisadores com a finalidade de contribuir para a construção da proposta do mestrado. Dentre os eventos programados e executados, encontramos o Colóquio “A Produção do Conhecimento em Educação Profissional”, realizado no período de 19 a 20 de maio de 2011, no *Campus* Cidade Alta do IFRN.

No Memorando nº 15, de 11 de abril de 2011, enviado para o diretor do *Campus* Mossoró, o coordenador do projeto, professor Dante Henrique Moura, explica que:

Nesse evento objetiva-se dialogar com a comunidade acadêmica dos campos *Trabalho e educação* e *Educação de Jovens e Adultos* sobre os temas que nos exigem produzir conhecimentos que possam contribuir para consolidar a concepção de formação humana integral, bem como obter subsídios para a definição das linhas de pesquisa do mencionado Programa. Assim sendo, o Colóquio além de contribuir como parte importante do processo de construção do mestrado em educação profissional do IFRN é, ao mesmo tempo, uma excelente oportunidade de formação continuada para os docentes, gestores e técnicos administrativos da instituição (MOURA, 2011, grifos do autor).

A programação do evento consistiu em mesas-redondas com a participação de pesquisadores de renome no Grupo de Trabalho 9 (GT 9) da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) (Figura 1). Dada a importância das discussões, esse evento, que se tornaria bianual, foi um espaço para o recebimento de contribuições importantes dos pesquisadores convidados, cooperações estas decisivas para debater e definir acerca das linhas de pesquisa do Programa que seria proposto à Capes.

Figura 1: Folder do Colóquio “A Produção do Conhecimento em Educação Profissional” (2011).



Este Colóquio é uma das atividades inerentes ao projeto Construindo o mestrado acadêmico em educação profissional do IFRN, que visa elaborar a proposta de criação do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do IFRN. Assim, nesse evento objetiva-se dialogar com a comunidade acadêmica dos campos Trabalho e Educação e Educação de Jovens e Adultos sobre os temas que nos exigem produzir conhecimentos que possam contribuir para consolidar a concepção de formação humana integral, bem como obter subsídios para a definição das linhas de pesquisa do mencionado Programa.

Portanto, o Colóquio se constitui em um caminho possível para o exercício coletivo de reflexão sobre a produção histórica, social e cultural do conhecimento em educação profissional e tecnológica. Aborda a complexidade do trabalho, da educação profissional e da educação de jovens e adultos no contexto da sociedade contemporânea por meio das seguintes temáticas:

- ↳ Trabalho e educação: implicações para a produção do conhecimento em educação profissional.
- ↳ A formação em cursos superiores de tecnologia: perspectivas e limites.
- ↳ Ensino médio integrado aos cursos técnicos de nível médio (regular e EJA).
- ↳ Formação inicial e continuada de professores para a educação profissional.

19 de maio

9h	Abertura
9h30min	Conferência de abertura - Trabalho e Educação: implicações para a produção do conhecimento em Educação Profissional Marise Nogueira Ramos EPSJV-Fiocruz e UERJ
12h	Almoço
14h	1ª Mesa temática A formação em cursos superiores de tecnologia: perspectivas e limites Maria Ciavatta - UFF Marisa Rocha Brandão - CEFET-RJ
16h	Intervalo
16h30min	Debate

20 de maio

8h30min	2ª Mesa temática Ensino médio integrado aos cursos técnicos de nível médio (regular e EJA) Marise Nogueira Ramos - EPSJV-Fiocruz e UERJ Maria Margarida Machado - UFGJ Domingos Leite Lima Filho - UTFPR
10h30min	Intervalo
11h	Debate
12h	Almoço
14h	3ª Mesa temática Formação inicial e continuada de professores para a educação profissional Acácia Zeneida Kuenzer - UFPR Lucília Regina de Souza Machado - UNA Maria Rita Neto Sales Oliveira - CEFET-MG
16h	Intervalo
16h30Min	Debate
17h30min	Encerramento

Fonte: Arquivo da Profª. Drª Maria das Graças Baracho.

Toda a programação desse evento foi registrada em vídeo e está disponível em 4 DVDs. Um dos momentos mais importantes desse colóquio foi a elaboração da Carta de Natal, em 20 de maio de 2011. O debate teve a participação dos professores Dante Henrique Moura, Domingos Leite Filho e das professoras Maria Ciavatta, Lucília Machado, Maria Margarida Machado, Maria das Graças Baracho, dentre outros que se incumbiram da elaboração do documento apresentando ponderações e críticas quanto ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) lançado poucos dias antes, em 28 de abril de 2011, pela Presidenta Dilma Rousseff⁶.

Além desse evento, foram constantes as reuniões com docentes do IFRN e de convidados de outras instituições, como a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), que pudessem socializar suas experiências e, assim, colaborar para a redação do documento Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN). Desses encontros, também participaram membros da equipe técnico-pedagógica, estudantes bolsistas e participantes de grupos de pesquisa aos quais os docentes estavam vinculados (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012a).

A partir dessas discussões, a equipe apresentou como objetivo geral do PPGE:

16. O discurso da Presidenta Dilma Rousseff quando do lançamento do Pronatec está disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-lancamento-do-programa-nacional-de-acesso-ao-ensino-tecnico-e-ao-emprego>. Acesso em: 31 out. 2022.

Contribuir para a elevação da qualidade social da educação profissional, considerando as suas inter-relações com a educação básica, em espaços escolares e não escolares, por meio da produção do conhecimento do campo de estudo das políticas, da formação docente e das práticas pedagógicas em Educação Profissional (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012a, p. 54).

Acerca dos objetivos específicos, assim apresenta-se o texto do documento:

- a) Formar profissionais, em nível de pós-graduação *stricto sensu*, para o exercício de atividades de ensino e de pesquisa no campo da educação profissional e da educação básica, respaldando-se nos princípios institucionais da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão e da formação humana integral por meio da educação profissional, articulando trabalho, ciência, tecnologia e cultura.
- b) Desenvolver pesquisas centradas em objetos referentes à área da Educação Profissional, focalizando os processos formativos primordialmente integrados à educação básica pública.
- c) Fortalecer e consolidar os grupos e núcleos de pesquisa e fomentar a cultura e as práticas de investigação por meio dos diferentes programas desenvolvidos no IFRN.

d) Ampliar a cooperação com outras instituições acadêmico-científicas em nível local, regional, nacional e internacional, articulando estudos, pesquisas e outras estratégias que convirjam para a produção do conhecimento na Educação Profissional (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012a, p. 54).

No projeto do PPGEP, também encontramos os princípios formativos nos quais esse programa se basearia: trabalho, ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da formação humana; trabalho como princípio educativo; realidade concreta como uma totalidade, síntese de múltiplas relações; homens e mulheres como seres histórico sociais capazes de transformar a realidade; relação teoria e prática na perspectiva da práxis, logo, elementos presentes em documentos oficiais do IFRN, como o Projeto Político-Pedagógico (2012b), o documento base do Proeja (2007d) e o da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio (BRASIL, 2007e), além de outros.

Coerentes a esses princípios, o projeto do PPGEP apresentou duas linhas de pesquisa: 1- Políticas e práxis em Educação Profissional; e 2- Formação docente e práticas pedagógicas¹⁷. A primeira se ancorava na análise crítica da educação

17. Da linha 1 faziam parte os professores doutores Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares, Dante Henrique Moura, Lenina Lopes Soares Silva e Márcio Adriano de Azevedo; a linha 2 era composta pelos docentes doutores Ana Lúcia Sarmiento Henrique, Francisco das Chagas Silva Souza, Ilane Ferreira Cavalcanti, José Mateus do Nascimento e Olívia Moraes de Medeiros Neta.

profissional, “situando-a no contexto da política educacional brasileira e das mudanças socioeconômicas e políticas em desenvolvimento na sociedade contemporânea”, enquanto a segunda tinha como eixos de investigação os processos de formação inicial e continuada de docentes, e as práticas pedagógicas desenvolvidas no campo da educação profissional, “situando-as no contexto de desenvolvimento da sociedade e da política educacional brasileira com ênfase nas relações entre a educação profissional e a educação básica” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012a, p. 55-56).

O PPGE, conforme o projeto submetido à Capes, deveria dar continuidade à formação científica de profissionais em nível superior vindos das diversas áreas das ciências, capacitando-os para profissão docente e para a pesquisa na Educação Profissional, sem esquecer as suas relações com a Educação Básica. Desse modo, o projeto traçou um perfil do profissional que desejava formar:

- a) com conhecimento teórico-prático para atuar como docente-pesquisador no campo da educação profissional em todos os níveis, modalidades e formas, considerando suas inter-relações com a educação básica;
- b) crítico, reflexivo, autônomo e ético;
- c) investigador de sua própria prática, sendo capaz de problematizar e redimensionar as ações educativas nos espaços onde atua;
- d) comprometido com a produção e a difusão dos conhecimentos científico e

tecnológico em diferentes contextos;
e) comprometido com a educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada para todos, privilegiando a formação humana integral, emancipatória, articulada à ciência, à tecnologia, ao trabalho e à cultura (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012a, p. 57).

Assim, esse projeto também contribuiria, mais tarde, para o atendimento das metas do novo Plano Nacional de Educação, a Lei nº 13.005/2014, no que diz respeito às diretrizes IV (Melhoria da qualidade da educação), V (Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade), IX (Valorização dos(as) profissionais da educação), VI (Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública) e VII (Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País) (BRASIL, 2015).

Em maio de 2012, o projeto do PPGEP foi submetido à apreciação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPEX) sendo aprovado, via *ad referendum*, devido ao caráter de urgência, pela Deliberação nº 19/2012. Em seguida, em 15 de junho de 2012, mediante as Resoluções nº 54 e 55 do Conselho Superior do IFRN (CONSUP), foram aprovados respectivamente o funcionamento do curso e Regimento Interno do PPGEP (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012c, 2012d, 2012e).

Os cuidados antes e durante a elaboração do projeto surtiram efeito positivo na avaliação feita pela área de Educação da Capes, publicada em 12 de setembro de 2012:

Recomenda-se a aprovação da proposta do Instituto Federal do Rio Grande do Norte. A estrutura curricular é orgânica e a composição do corpo docente atende às exigências da Área. A designação de espaço físico para implantação do Programa é adequada. Todos os docentes atendem aos critérios mínimos de publicação exigidos pela área para o triênio e estão envolvidos em projetos de pesquisa como coordenadores e/ou participantes. O curso conta com projetos de pesquisa financiados por agências de fomento (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2012a, p. 4).

Entretanto, apesar do parecer favorável da área de Educação, o Comitê Técnico-Científico (CTC), em 27 de setembro de 2012, decidiu não seguir essa recomendação e rejeitou a projeto com um parecer curto e pouco esclarecedor: “A proposta apresentada não tem perfil de mestrado acadêmico e sim de mestrado profissional” (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2012a, p. 4)

A decisão do CTC logo foi questionada pela equipe de elaboradores da proposta em um recurso no qual se comparavam as características de um mestrado acadêmico com as de um profissional, tendo por base os textos elaborados e disponíveis no portal da Capes. No recurso, argumentou-se que nenhum

dos traços presentes na APCN tinha perfil de um Programa de Pós-graduação profissional. Diante disso, em 13 de dezembro de 2012, por decisão do CTC tomada na 142ª reunião, foi emitido o seguinte parecer: “Levando-se em consideração as justificativas apresentadas pela Instituição e o parecer favorável da área, o CTC aprova a criação do curso de mestrado acadêmico em Educação Profissional do IFRN com nota 3¹⁸” (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2012b, p. 5).

Mesmo não tendo sido convincente na sua argumentação, ao relacionar um projeto de mestrado acadêmico às características de um profissional, o CTC provavelmente queria incentivar a criação de PPG profissionais, haja vista que estes estavam previstos para a RFEPCT segundo o Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG) 2011-2020. Após mencionar a relevância social da educação profissional, devendo esta ser “valorizada como um eixo de formação com forte singularidade e identidade” (BRASIL, 2010, p. 266), o PNPG considera que “o mestrado profissional e o futuro doutorado profissional serão ressignificados como componentes das políticas e estratégias de educação profissional e articulados em um eixo de formação” (BRASIL, 2010, p. 267). Entre as recomendações, o documento propõe a indução de “programas estratégicos de pós-graduação que articulem os cursos de especialização, mestrado profissional e doutorado para profissionais como um eixo estruturante de formação, com identidade própria e avaliação adequada” (BRASIL, 2010, p. 268).

18. À época, a nota 3 era a mínima para que um PPG fosse aprovado. Era a nota mais comum dada aos novos PPGs.

É importante destacar que, mesmo com a negativa do CTC, a equipe de responsável pela proposta submetida à Capes continuou se mobilizando enquanto aguardava o resultado do pedido de reconsideração. Uma dessas ações foi a divulgação do projeto como uma forma de pôr em debate o impasse que estava ocorrendo na Capes. É o que fica evidente em uma notícia publicada no portal do IFRN, em 17 de outubro de 2012:

Na tarde de hoje (17), pesquisadores, alunos e servidores do IFRN se reuniram na Sala de Videoconferências do Câmpus Natal-Central para assistir ao II Seminário de Socialização do Projeto do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional do Instituto (PPGEP). Os demais *campus* acompanharam a apresentação através de transmissão ao vivo. O objetivo foi compartilhar, com toda a comunidade acadêmica, o processo de criação do programa de pós-graduação *Strictu Sensu* (mestrado) do IFRN, esclarecendo os principais detalhes do programa que, após implantado, deverá funcionar no Câmpus Natal-Central. Toda a sociedade poderá concorrer às vagas. O responsável pela apresentação do Seminário foi o professor Dante Henrique Moura, da Comissão responsável pelo PPGEP (SEMINÁRIO..., 2012).

Com a revisão do parecer, recomendando a criação do programa, foram dados os passos iniciais para o seu funcionamento. A ata da primeira reunião do colegiado, realizada

em 25 de janeiro de 2013, registra a eleição do coordenador, o Prof. Dr. Dante Henrique Moura; do vice coordenador, o Prof. Dr. José Mateus do Nascimento e das coordenações das linhas de pesquisa 1 (Pesquisa Políticas e Práxis em Educação) e 2 (Pesquisa Formação Docente e Práticas), respectivamente, às Prof^{as} Dr^{as} Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares e Olívia Morais de Medeiros Neta (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2013a).

Em 18 de fevereiro de 2013, após reunião extraordinária do colegiado, o Edital nº 01/2013-PPGEP/IFRN foi aprovado pela Resolução 02/2013, com 15 vagas para as 2 linhas de pesquisa do Programa. A divulgação do resultado final da seleção ocorreu por meio da Resolução nº 03/2013 – PPGEP, em 30 de julho de 2013 (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2013b, 2013c).

A aula inaugural da primeira turma do PPGEP foi ministrada pela Prof^a Dr^a Dalila Andrade Oliveira (UFMG), com o tema “A Pós-graduação no Brasil hoje”, e fez parte da programação do II Colóquio Nacional “A Produção do Conhecimento em Educação Profissional” (Figura 2), ocorrido no período de 6 a 9 de agosto de 2013, conforme o quadro 1.

Figura 2: Cartaz do II Colóquio Nacional “A Produção do Conhecimento em Educação Profissional” (2013).

PPGEP
PROGRAMA DE
PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
IFRN

II COLÓQUIO NACIONAL

*A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO
EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL*

Natal, RN - 06 a 09 de agosto de 2013 - Câmpus Natal Central

II Colóquio Nacional - A Produção do Conhecimento em Educação Profissional é um evento organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Ele oferece 500 vagas em nível nacional e é destinado a todos aqueles interessados nas políticas e na formação de professores sob o foco dos campos trabalho e educação,

educação profissional e educação de jovens e adultos em qualquer nível de ensino, principalmente, aos pesquisadores e estudantes da pós-graduação em educação ou de áreas afins.

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO RIO GRANDE DO NORTE**

Mais informações em: <http://portal.ifrn.edu.br/ppgep>

Fonte: <https://eventosdesociologia.blogspot.com/2013/03/2-coloquio-nacional-de-educacao.html>. Acesso em: 13 maio 2022.

Quadro 1: Programação do II Colóquio Nacional “A Produção do Conhecimento em Educação Profissional” (2013).

DATA	PROGRAMAÇÃO	
06/08/2013	Conferência de abertura Tema: A dimensão teórico-metodológica na produção do conhecimento em Educação Profissional.	
	Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto (UERJ)	
	1ª Mesa Temática	
	Projetos societários em disputa no Brasil contemporâneo, a universalização da Educação Básica e a Educação Profissional.	
	Prof. Dr. Ramon de Oliveira (UFPE)	
07/08/2013	Profª. Drª. Marise Ramos (UERJ)	
	2ª Mesa Temática	3ª Mesa Temática
	Formação de professores: integração entre a Educação Básica e a Educação Profissional.	Projeja: da compensação à formação humana integral.
	Profª. Drª. Lucília Machado (Centro Universitário UNA)	Profª. Drª. Maria Margarida Machado (UFG)
	Profª. Drª. Acácia Zeneida Kuenzer (UFPR).	Prof. Dr. Domingos Leite de Lima Filho (UTFPR).
08/08/2013	4ª Mesa Temática	5ª Mesa Temática
	Ensino Médio Integrado: da concepção às práticas integradoras.	Desafios e dilemas teórico-metodológicos da pesquisa em Educação.
	Prof. Dr. Ronaldo Marcos Lima de Araújo (UFPA)	Prof. Dr. Eugénio Silva (UMinho/Portugal)
	Profª. Drª. Mônica Ribeiro da Silva (UFPR)	Profª. Drª. Maria Ciavatta (UFF)

09/08/2013	Conferência de Encerramento Tema: Política educacional e formação docente: contextos e perspectivas da educação brasileira
	Palestrante: Prof. Dr. Antonio Cabral Neto (UFRN).
	Aula inaugural do PPGE Tema: A Pós-graduação no Brasil hoje.
	Palestrante: Prof ^a . Dr ^a . Dalila Andrade Oliveira (UFMG).

Fonte: Adaptado dos DVD (01 a 08) do II Colóquio Nacional “A Produção do Conhecimento em Educação Profissional” (2013)¹⁹.

Consoante o quadro 1, o evento contou com a participação de pesquisadores reconhecidos no campo de pesquisa Trabalho e Educação. Nessa edição do Colóquio, estiveram presentes professores de várias instituições de Educação Profissional e estudantes de graduação e pós-graduação, muitos dos quais apresentaram comunicações orais nos três eixos do evento²⁰.

A programação constou de conferências e mesas temáticas que trataram de temas importantes para os profissionais e estudantes da Educação Profissional, sobretudo dos que estavam iniciando seus projetos de mestrado. Podemos destacar a atenção dada à dimensão teórico-metodológica na produção do conhecimento em Educação Profissional; aos projetos societários em disputa no Brasil; a formação docente para a

19. Todas as mesas redondas e conferências desse evento estão disponíveis em: <https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/publicacoes/videos-2013/> Acesso em: 6 out. 2022.

20. Foram apresentados 77 trabalhos nos três eixos do evento: Políticas em Educação Profissional, Práticas integradoras em Educação Profissional e Formação de professores para a Educação Profissional. Os trabalhos completos estão disponíveis para download no site do II Colóquio (<https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/publicacoes/anais-2013/>).

Educação Profissional; o Proeja; o Ensino Médio Integrado; as políticas educacionais e Pós-graduação no Brasil hoje.

Nesse evento, também foi elaborada a segunda Carta de Natal²¹, com uma crítica contundente ao Pronatec, instituído pelo Governo Federal por meio da Lei nº 12.513/2011. Conforme os elaboradores do documento:

O PRONATEC tangencia ou desconsidera problemas fundamentais da EPT, tais como a formação integral dos estudantes, a integração com a educação básica com compromisso de elevação de escolaridade dos trabalhadores, a formação inicial e continuada de professores, o financiamento e a pesquisa. A expansão “desenhada” ou “prometida” pelo PRONATEC induz a uma real expansão da rede privada de EPT, com financiamento público, mediante formas precárias e não integradas à educação básica. O PRONATEC ainda contribui para desresponsabilizar os Estados da constituição de seus quadros docentes da EP – grande barreira à materialização do Brasil Profissionalizado –, pois, ao realizar as *parcerias* com o sistema “S” visando à concomitância, tende a diminuir as pressões sobre esses entes subnacionais por melhorias significativas na qualidade do EM [Ensino Médio] proporcionado às classes populares. O Estado delega às

21. Em setembro de 2013, na 36ª Reunião da ANPEd, em Goiânia, foi articulada uma moção de apoio à Carta de Natal, aprovada nos GT 9 e 18.

entidades patronais a formação dos estudantes das redes públicas de ensino – e financia o processo –, concedendo-lhes o direito sobre a concepção de formação a ser materializada. Assim, também é ideia central a submissão da formação humana à pedagogia das competências e às necessidades imediatas do mercado de trabalho (CARTA DE NATAL, 2013).

Um fato academicamente relevante para o PPGEF, em 2013, foi ter assumido a editoria da Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, um periódico criado em 2008 pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério de Educação (MEC). Suas origens estão ligadas às mudanças de rumos nas políticas educacionais para a Educação Profissional na primeira década do século XXI, não deixando estas de influenciar o espaço da produção acadêmica. Souza e Oliveira (2021), em um mapeamento das publicações nessa revista, verificaram que, até o primeiro semestre de 2021, havia sido publicados 293 artigos com autorias de pesquisadores de 77 instituições de todas as regiões brasileiras e algumas estrangeiras.

Em 10 de outubro de 2013, mediante a Portaria nº 1.009, o então Ministro da Educação Aloizio Mercadante Oliva reconheceu os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, recomendados em dezembro de 2012, dentre os quais estava o PPGEF (BRASIL, 2013).

A seleção para a entrada da segunda turma do PPGEF teve início em 10 de janeiro de 2014, a partir do lançamento do Edital nº 01/2014-PPGEF/IFRN, com a oferta de 15 vagas. O

resultado final do processo foi divulgado em 27 de maio mediante a Resolução nº 01/2014-PPGEP (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2014).

As informações encontradas no site do PPGEP, correspondentes a 2014, evidenciam uma atenção da coordenação e dos docentes com atividades formativas para além das disciplinas ministradas. A finalidade era possibilitar uma formação sólida, coerente com os objetivos do Programa. O quadro 2 traz uma síntese desses eventos.

Quadro 2: Eventos realizados pelo PPGEP em 2014.

EVENTOS	DATA	PARTICIPANTES/ INFORMAÇÕES
Palestra: "A formação de professores para educação profissional".	31/01/2014	Prof. Dr. Dante Henrique Moura (IFRN).
Mesa redonda: "Professor reflexivo: conceito e implicações para a prática docente".	07/02/2014	Atividade da disciplina "Formação de Professores para a Educação Profissional", ministrada pelas Prof ^{as} Dr ^{as} Ana Lúcia Sarmento Henrique e Ilane Ferreira Cavalcante (IFRN).
Aula inaugural do semestre 2014.1. Tema: "A cultura da pós-graduação".	05/06/2014	Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UFRN).

Palestra: "A crise estrutural do capitalismo e a reestruturação sistêmica das sociedades contemporâneas".	17/09/2014	Prof. Dr. João Emanuel Evangelista (UFRN).
Exposição "Olhares sobre a ciência: Da Vinci - o homem e o cientista na obra de Capra".	26/09/2014	Atividade de encerramento da disciplina "Ciência e Produção do Conhecimento", ministrada pela Prof ^a Dr ^a Lenina Lopes Soares Silva e pelo Prof. Dr. José Mateus do Nascimento.
Aula inaugural do semestre 2014.2. Tema: "A pergunta pela técnica na modernidade".	06/11/2014	Prof ^a Dr ^a Ângela Luzia Miranda (UFRN).

Fonte: Portal do PPGEF.

Em dezembro de 2014, foi lançado o Edital nº 02/2014-PPGEP/IFRN, com 15 vagas para a seleção dos novos mestrandos para a turma de 2015. O resultado final foi divulgado em 17 de março de 2015, por meio da Resolução nº 01/2015-PPGEP (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2015).

Baseados nas notícias que tivemos acesso no portal do PPGEP, o ano de 2015 também foi muito produtivo para o Programa, visto que ocorreram várias atividades formativas (palestras, mesas redondas e outros eventos), e as primeiras defesas de dissertações da turma cuja entrada se deu em 2013. O quadro 3 elenca esses eventos e o 4 relaciona as defesas ocorridas em 2015.

Quadro 3: Eventos realizados pelo PPGE em 2015.

EVENTOS	DATA	PARTICIPANTES/ INFORMAÇÕES
Aula inaugural do semestre 2015.1. Tema: “Plano Nacional de Educação (2014-2024): ranços e avanços”.	15/05/2015	Prof. Dr. Luiz Fernandes Dourado (UFRG).
Seminário Regional de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas: “Diversidade, Memória e Literatura”.	13/07/2015	Organizado pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena do IFRN - Campus Santa Cruz (NEABI). Contou com a participação de docentes e discentes do PPGE.
Palestra: “Reflexões sobre a atual crise do capitalismo mundial”.	29/07/2015	Prof. Dr. José Antonio Spinelli (UFRN).
Aula inaugural do semestre 2015.2. Tema: “Ética na Pesquisa em Educação”.	03/11/2015	Prof. Dr. João Batista Carvalho Nunes (UECE).
Palestra: “As recomendações do Banco Mundial para a educação profissional na América Latina”.	06/11/2015	Prof ^a . Dr ^a Antonia de Sousa Abreu (IFCE).
Palestra: “Para além da formação politécnica”.	13/11/2015	Prof. Dr. Paolo Nosella (UFSCAR).
III Colóquio Nacional - A Produção do Conhecimento em Educação Profissional.	04 a 07/08/2015	Conferências, mesas redondas e apresentações de trabalhos.
Palestra: “O papel do professor no desenvolvimento do currículo: entre a conformidade e a mudança”.	03/12/2015	Prof. Dr. José Carlos Morgado (UMinho – Portugal).

Fonte: Portal do PPGE.

Quadro 4: Defesas de dissertações do PPGEPI em 2015.

MESTRANDO(A)	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO	ORIENTADOR(A)	DATA
Sandra Maria Assis	Práticas pedagógicas de docentes de Ciências Humanas no Curso Técnico Integrado em Informática do IFRN - <i>Campus</i> Caicó.	Prof ^a . Dr ^a . Olívia Moraes de Medeiros Neta.	11/06/2015
João Paulo de Oliveira	Tecnologia social na Educação Profissional e Tecnológica: perspectivas da formação do Curso Técnico Integrado em Informática do IFRN – <i>Campus</i> Mossoró.	Prof ^a . Dr ^a . Ilane Ferreira Cavalcante.	08/07/2015
Marcos Torres Carneiro	Avaliação do processo de implementação do Projovem Urbano em Natal/RN: o que dizer da dimensão qualificação profissional?	Prof. Dr. Márcio Adriano de Azevedo.	14/07/2015
Silvia Helena dos Santos Costa e Silva	Quando engenheiros tornam-se professores: trajetórias formativas de docentes do curso de engenharia elétrica (IFPB/João Pessoa).	Prof. Dr. Francisco das Chagas Silva Souza.	16/07/2015
Aline Cristina da Silva Lima	Ensino de História no Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Turismo: do CEFET/RN ao IFRN- <i>Campus</i> Natal-Central (2005-2011).	Prof ^a . Dr ^a . Olívia Moraes de Medeiros Neta.	24/07/2015
Luzinete Moreira da Silva	Práticas pedagógicas significativas no Curso de Edificações PROEJA do IF Sertão-PE, <i>Campus</i> Petrolina.	Prof. Dr. José Mateus do Nascimento.	04/08/2015
Antônio Marcos da Conceição Uchoa	Avaliação de impacto do PROEJA no <i>Campus</i> Petrolina – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (2006-2013).	Prof. Dr. Márcio Adriano de Azevedo.	06/08/2015

Cybele Dutra da Silva	Implementação das políticas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio: estudo de caso da Escola Técnica Estadual Cícero Dias- Recife/PE (2010-2014).	Prof ^a . Dr ^a . Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares	28/08/2015
Érika Roberta Silva de Lima	Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: um estudo exploratório das políticas educacionais dos anos 1990 à 2010.	Prof ^a . Dr ^a . Lenina Lopes Soares Soares	02/09/2015
Ticiane Gonçalves Sousa de Melo	O Pronatec e o processo de expansão e privatização da Educação Profissional no Brasil.	Prof. Dr. Dante Henrique Moura	04/12/2015
Ana Lúcia Braga Melo Cunha	O Programa TEC NEP e sua implementação na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: ressonâncias acadêmicas, limites e Desafios.	Prof ^a . Dra. Lenina Lopes Soares Silva	17/12/2015

Fonte: Caderno de resumos das dissertações defendidas em 2015 no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2016a).

Também em 2015, merece realce a organização do III Colóquio Nacional “A produção do conhecimento em Educação Profissional”, realizado no período de 4 a 7 de agosto, com o objetivo de discutir as diretrizes da Educação Profissional no país. Nessa edição, foi dada ênfase ao Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014 para uma vigência de 10 anos. (Figura 3).

Figura 3: Folder de divulgação do III Colóquio Nacional “A produção do conhecimento em Educação Profissional” (2015)

Local:
IFRN/Campus Natal Central

Período:
04 a 07/08/2015.

Público alvo e vagas:

O evento oferece 500 vagas destinadas aos interessados nas políticas e na formação de professores sob o foco dos campos trabalho e educação, educação profissional e educação de jovens e adultos e aos pesquisadores e estudantes da pós-graduação em educação ou de áreas afins.

Eixos temáticos para submissão de comunicações orais:

1. Políticas em Educação Profissional
2. Práticas Integradoras em Educação Profissional
3. Formação de Professores para a Educação Profissional

INSCRIÇÕES

De 10 de abril a 17 de maio de 2015 (com submissão de trabalhos):	
Estudantes de graduação e de pós-graduação	R\$ 50,00
Professores da educação básica	R\$ 50,00
Professores da educação superior	R\$ 80,00
Professores/Pesquisadores	R\$ 100,00
Profissionais Liberais	R\$ 120,00

RESULTADO DOS TRABALHOS SUBMETIDOS:
12 de junho de 2015

CONTATOS
E-mail: ifrn.coloquio@hotmail.com
Site: ead.ifrn.edu.br/coloquio

III COLÓQUIO NACIONAL
A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL:
RELATO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024

Natal, RN - 04 a 07 de agosto de 2015
Campus Natal Central

PROGRAMAÇÃO		
TERÇA-FEIRA, DIA 04/08/2015		
4h	Credenciamento	
9h	Atividade cultural e cerimônia de abertura	
<p>Conferência de Abertura: A Educação da Classe Trabalhadora e o PNE (2014-2024) Marise Ramos (UERJ) e EPSV/Fiocruz Coord. Dante Moura (IFRN)</p>		
QUARTA-FEIRA, DIA 05/08/2015		
3h	<p>Sessões simultâneas de comunicações orais:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Políticas em Educação Profissional 2. Práticas Integradoras em Educação Profissional 3. Formação de Professores para a Educação Profissional 	
9h	<p>Primeira Mesa Temática Uma Década do Decreto nº 5.154/2004 e do Projeção: balanço e perspectivas Gaudêncio Frigotto (UERJ) Edna Castro Oliveira (UFES) Debateador: Márcio Azevedo (IFRN)</p>	
12h	INTERVALO PARA ALMOÇO	
QUINTA-FEIRA, DIA 06/08/2015		
14h	<p>Sessões simultâneas de comunicações orais:</p> <ol style="list-style-type: none"> 4. Políticas em Educação Profissional 5. Práticas Integradoras em Educação Profissional 6. Formação de Professores para a Educação Profissional 	<p>Sessões simultâneas de comunicações orais:</p> <ol style="list-style-type: none"> 10. Políticas em Educação Profissional 11. Práticas Integradoras em Educação Profissional 12. Formação de Professores para a Educação Profissional
18h	<p>Segunda Mesa Temática A Formação de Professores para a Educação Profissional e o PNE: quais as perspectivas? Maria Rita Neto Sales Oliveira (CEFFT-MG) Filomena Lucia Gostler Rodrigues da Silva (IFC) Debateador: Andreza Tavares (IFRN)</p>	<p>Quinta Mesa Temática Financiamento da Educação Profissional Pública e Privada e o Novo PNE Gabriel Grabowski (Fevale) Magna França (IFRN) Debateador: Maria Aparecida dos Santos Ferreira (IFRN)</p>
30	<p>Terceira Mesa Temática Reformulação do Ensino Médio e Base Nacional Comum: interrelações com a educação profissional Célio Ferretti (UFPR) Mônica Ribeiro da Silva (IFPR) Debateador: Dante Moura (IFRN)</p>	<p>Sexta Mesa Temática Ensino Médio Integrado: o que se pensa, o que se faz e o que se faz Ronaldo Marcos de Lima Araújo (UFPA) Domingas Leite Lima Filho (UFPR) Debateador: Ramon Oliveira (UFPE)</p>
SEXTA-FEIRA, DIA 06/08/2015		
8h	<p>Sessões simultâneas de comunicações orais:</p> <ol style="list-style-type: none"> 7. Políticas em Educação Profissional 8. Práticas Integradoras em Educação Profissional 9. Formação de Professores para a Educação Profissional 	<p>Sessões simultâneas de comunicações orais:</p> <ol style="list-style-type: none"> 13. Políticas em Educação Profissional 14. Práticas Integradoras em Educação Profissional 15. Formação de Professores para a Educação Profissional
10h	<p>Quarta Mesa Temática A Produção do Conhecimento e a Configuração do Campo da Educação Profissional Maria Ciavatta (UFF) Acácia Kuenzer (UFPR) Debateador: Olívia Neta (IFRN)</p>	<p>Conferência de Encerramento A Pós-Graduação em Educação e o PNE Maria Margarida Machado (UFG) Coordenador: José Mateus do Nascimento (IFRN)</p>

Fonte: Disponível em: <https://docplayer.com.br/7098264-Programacao-geral-04-de-agosto-de-2015-terca-feira.html> Acesso em: 12 abr. 2022.

Conforme ocorreu nas edições anteriores do colóquio, esse também contou com sessões de comunicação, mesas temáticas e conferências ministradas por profissionais da educação de várias partes do Brasil. Houve mais de 500 inscritos e a apresentação de 102 trabalhos sob a forma de comunicações orais (COLÓQUIO..., 2015).

O Edital nº 01/2015-PPGEP/IFRN, lançado em 04 de dezembro de 2015, abriu o processo seletivo para a quarta turma do PPGEP, cujo resultado final foi homologado pela Resolução nº 01/2016, que elencou os 15 alunos classificados para compor a nova turma (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2016b).

Como nos anos anteriores, os eventos promovidos em 2016 (Quadro 4) demonstraram a atenção do corpo docente e da coordenação do PPGEP com a formação dos mestrandos, dos docentes e do público envolvido com a Educação Profissional, de modo a não tornar esse tema restrito às disciplinas em sala de aula. Nessa direção, vemos a participação significativa de intelectuais de outras instituições e regiões, demonstrando a troca de conhecimentos e experiências nesse campo de pesquisa.

Quadro 4: Eventos realizados pelo PPGEP em 2016.

EVENTOS	DATA	PARTICIPANTES/ INFORMAÇÕES
Exposição virtual: “Estado e políticas educacionais e as suas interfaces com a Educação Profissional” ²² .	23/03/2016	Atividade da disciplina “Estado e políticas educacionais”, ministrada pelas Prof ^{as} . Dr ^{as} . Antonia de Abreu Silva e Lenina Lopes Soares Silva.

22. Essa exposição gerou um *e-book* com os 14 pôsteres apresentados (SOUSA; SIL-

Aula inaugural do semestre 2016.1. Tema: "O Direito à Educação no Brasil".	18/04/2016	Prof. Dr. Miguel Arroyo (UFMG).
Palestra: "O Estado como cliente: interesses empresariais na educação".	20/05/2016	Profª Drª Eneida Shiroma (UFSC).
Painel Integrado (apresentações, por professores doutores, da metodologia utilizada em suas pesquisas de doutorado).	07/07/2016	Atividade da disciplina "Ciência e Produção do Conhecimento", ministrada pela Profª Drª Lenina Lopes Soares Silva.
Palestra: "O conceito de tecnologia na concepção da formação humana integral".	17/07/2016	Prof. Dr. Domingos Leite Lima Filho (UTFPR).
Palestra: "Reflexões sobre a crise do capitalismo mundial".	27/07/2016	Prof. Dr. José Antonio Spinelli (UFRN).
Aula inaugural do semestre 2016.2. Tema: "O atual contexto político brasileiro e a ameaça aos direitos sociais: organização da resistência".	03/10/2016	Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto ²³ (UERJ).
Palestra: "A precarização do trabalho na contrarrevolução de Temer"	09/12/2016	Prof. Dr. Ricardo Antunes (Unicamp).

Fonte: Portal do PPGEF.

Também é importante frisar que, em 2016, mais 15 mes-trandos do PPGEF defenderam suas dissertações, conforme apresentamos no quadro 5.

VA, 2016). Também informamos que essa data corresponde à da notícia divulgada no portal do PPGEF, portanto, não sabemos se corresponde à data exata do evento.

23. Essa aula inaugural está disponível no link <https://www.youtube.com/watch?v=0dl8DI0s9oU> Acesso em: 6 out. 2022.

Quadro 5: Dissertações do PPGEF defendidas em 2016.

MESTRAN- DO(A)	TÍTULO DA DISSERTA- ÇÃO	ORIENTA- DOR(A)	DATA
Radyfran Nascimento de Franca	As condições do trabalho docente na Rede Estadual Cearense de Escolas de Educação Profissional: uma investigação na região metropolitana do Cariri.	Prof. Dr. Dante Henrique Moura	28/01/2016
Iaponira da Silva Rodrigues	Trajetórias acadêmica e profissional de professores licenciados do <i>Campus</i> Parnamirim (IFRN): saberes e práticas docentes do Ensino Médio Integrado.	Prof. Dr. Francisco das Chagas Silva Souza	28/01/2016
Maria Adilina Freire Jeronimo de Andrade	O currículo do Curso de Comércio – PROEJA no IFRN/ <i>Campus</i> Natal Zona Norte: Identificando avanços, analisando dificuldades.	Prof. Dr. José Mateus do Nascimento	16/03/2016
Vanessa Oliveira de Macedo Cavalcanti	A produção do conhecimento sobre Educação Profissional no Portal de Periódicos da CAPES: a configuração do campo científico.	Prof ^a . Dr ^a . Olivia Moraes de Medeiros Neta	14/04/2016
Wigna Eriony Aparecida de Moraes Lustosa	O currículo da Licenciatura em Espanhol – do CEFET-RN ao FRN: (des) nexos com a Educação Profissional.	Prof. Dr. Francisco das Chagas Silva Souza.	18/04/2016
Priscila Tiziana Seabra Marques da Silva	O caminho feito ao andar: itinerários formativos do professor bacharel no Ensino Médio Integrado.	Prof. Dr. Francisco das Chagas Silva Souza	25/04/2016

Joaracy Lima de Paula	Educação ambiental como elemento necessário à formação humana integral: trilhando caminhos possíveis na Educação Profissional.	Prof ^a . Dr ^a . Ana Lucia Sarmiento Henrique	20/05/2016
Caroline Stephanie Campos Arimateia Magalhaes	Trabalho educativo do técnico-administrativo do IFRN/CNAT: consensos e dissensos.	Prof. Dr. Dante Henrique Moura	23/05/2016
Mylenne Vieira Cacho	O Curso de Especialização em PROEJA - CEFET/RN (2007) e suas relações na vida profissional e acadêmica dos concludentes.	Prof. Dr. Dante Henrique Moura	13/06/2016
Francisca Natalia da Silva	Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: a implementação do Programa Brasil Profissionalizado em Mossoró/RN.	Prof ^a . Dr ^a . Lenina Lopes Soares Silva	24/06/2016
Dayvyd Lavanery Marques de Medeiros	Políticas de formação inicial de professores com vistas à Educação Profissional: um estudo sobre as licenciaturas e o PIBID oferecidos pelo IFRN-CNAT.	Prof ^a . Dr ^a . Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares	20/06/2016
Ricardo Rodrigues Magalhaes	A formação política dos estudantes do Ensino Médio Integrado no IFRN - CNAT Natal-RN.	Prof ^a . Dr ^a . Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares	01/07/2016
Eloisa Varela Cardoso de Arruda	Avaliação de implementação do Curso de Graduação Tecnológica em Gestão de Cooperativas – UFRN/PRONERA.	Prof. Dr. Marcio Adriano de Azevedo	12/08/2016

Maria de Lourdes Teixeira da Silva	A leitura do texto literário na formação dos sujeitos da Educação Profissional: circulação, uso e a formação leitora de alunos do Ensino Médio Integrado do IFRN – <i>Campus</i> Natal Central.	Prof. Dr. José Mateus do Nascimento	26/08/2016
Maria do Socorro da Silva	Políticas para a formação de professores no Brasil: em busca de indícios de sua articulação com a Educação Profissional.	Prof ^a . Dr ^a . Lenina Lopes Soares Silva	30/11/2016

Fonte: Caderno de resumos das dissertações defendidas em 2016 no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2017b).

A seleção de alunos para a turma de 2017 teve início com o lançamento do Edital nº 03/2016-PPGEP/IFRN, em 16 de novembro de 2016, com 15 vagas. O processo seletivo foi concluído em 12 de abril de 2017, com a homologação do resultado final pela Resolução 02/2017-PPGEP (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2017c).

O PPGEP, em 2017, além de promover palestras e atividades de relevância para a formação dos seus alunos, egressos e corpo docente, realizou mais uma edição do colóquio “A produção do conhecimento em Educação Profissional”, dessa vez com a participação de convidados de instituições estrangeiras. O IV Colóquio Nacional e I Internacional “A produção do conhecimento em Educação Profissional”, cuja programação encontra-se no Quadro 6, ocorreu no período de 24 a 27 de julho de 2017.

Quadro 6: Programação do IV Colóquio Nacional e I Internacional “A produção do conhecimento em Educação Profissional” (2017).

24/07/2017	Atividade cultural e cerimônia de abertura	
	Local: Auditório Pedro Silveira e Sá Leitão	
	Conferência de Abertura - Circunstância da educação à transformação das circunstâncias	
	José Barata-Moura (Universidade de Lisboa)	
	Coord. Prof. Dr. Márcio Azevedo (IFRN)	
	Pró-Reitor de Pesquisa	
25/07/2017	1ª Mesa Temática	
	PROEJA e PRONATEC: para quê e para quem?	
	Prof. Dr. Domingos Leite Lima Filho (UTFPR)	
	Prof. Dr. Marcelo Lima (UFES)	
	Prof. Dr. José Mateus do Nascimento (IFRN)	
	2ª Mesa Temática	3ª Mesa Temática
	Formação e Trabalho Docente na Educação Profissional diante da Nova Reforma do Ensino Médio: Adaptação e/ou Resistência?	Reforma do Ensino médio: Implicações para a Educação Profissional.
	Profª. Drª. Filomena Lúcia G. R. da Silva (IF Catarinense)	Prof. Dr. Celso João Ferretti (CEDES)
	Profª. Drª. Maria Ciavatta (UFF)	Prof. Dr. Ronaldo Lima Araújo (UFPA)
	Profª. Drª. Andrezza Maria Batista do N. Tavares (IFRN)	

26/07/2017	4ª Mesa Temática	
	Avaliação de política pública como pesquisa social	
	Prof. Dr. Lincoln Moraes de Souza (UFRN)	
	Prof. Dr. Almerindo Afonso (Universidade do Minho)	
	Prof. Dr. Márcio Adriano Azevedo (IFRN)	
	5ª Mesa Temática	6ª Mesa Temática –
	Educação de Adultos em Portugal e no Brasil: aproximações e distanciamentos.	Ensino Médio na Rede Federal e nas Redes Estaduais: por que os estudantes alcançam resultados diferentes nas avaliações de larga escala?
	Profª. Drª. Rosanna Barros (Universidade do Algarve/Portugal)	Profª. Drª. Marise Ramos (UERJ e EPSJV/Fiocruz)
Profª. Drª. Maria Margarida Machado (UFG)	Profª. Drª. Antonia de Abreu Souza (IFCE)	
Profª. Drª. Ana Lúcia Henrique Sarmiento (IFRN)	Prof. Dr. Dante Henrique Moura (IFRN)	
27/07/2017	Conferência de Encerramento	
	A produção do conhecimento em educação num contexto de estado de exceção e interdição dos direitos	
	Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto (UERJ)	
	Coord.: Prof. Dr. José Moisés Nunes da Silva (IFRN)	

Fonte: Adaptado da programação completa do evento disponível em: <https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/programacao-geral/> acesso em: 29 jan. 2022.

O quadro 6 traz apenas uma síntese da programação do evento, visto que, em todos os dias do evento, houve apresentações culturais, e nos dias 25 e 26 de julho ocorreram as sessões de comunicações orais. Foram 130 trabalhos apresentados nos três eixos destinados a esse fim: Políticas em Educação Profissional, Práticas integradoras em Educação Profissional e Formação de professores para a Educação Profissional²⁴.

Nessa edição, foi elaborada mais uma Carta de Natal, na qual se analisa a reforma do ensino médio e seus efeitos para a educação profissional, tema do evento naquele ano. O teor do documento é de forte denúncia às mudanças implementadas pelo governo federal e que repercutem em toda a sociedade.

Manifestamos publicamente nossa crítica radical ao golpe em curso contra a sociedade brasileira que foi planejado, perpetrado e vem sendo executado pelo atual governo federal, seus patrocinadores e apoiadores por meio de conjunto articulado de medidas em implementação ou em gestação. Com relação às medidas já em curso, nos referimos, de forma específica:

1. à Emenda Constitucional nº 95/2016, que congelou os gastos sociais por 20 anos, com im-

24. Os anais do IV Colóquio Nacional e I Internacional "A produção do conhecimento em Educação Profissional" (2017) estão disponíveis em: <https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/trabalhos-por-eixo-tematico/>. Os vídeos das mesas temáticas e conferências podem ser assistidos pelo link: <https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/videos-das-palestras/caessados>. Acesso em: 7 maio 2022.

plicações diretas na redução dos recursos destinados à saúde e à educação que, em consequência, inviabiliza o Plano Nacional de Educação 2014-2024;

2. à Lei nº 13.365/2016 (Lei do Pré-sal), que altera as regras para a exploração de petróleo e gás natural em águas profundas, extinguindo a atuação obrigatória da Petrobras em todos os consórcios formados para a produção nessas áreas, o que, na prática, visa transferir o patrimônio do povo brasileiro ao grande capital internacional;

3. à Reforma Trabalhista, danosa aos direitos históricos arduamente conquistados pela classe trabalhadora;

4. à Reforma do ensino médio aprovada por meio da Lei nº 13.415/2017, a qual impõe aos filhos da classe trabalhadora deste país, que estudam nas escolas públicas, a redução do direito de acesso aos conhecimentos historicamente produzidos e acumulados pela humanidade. (CARTA DE NATAL, 2017, p. 1).

Além do IV Colóquio, o PPGEP realizou outros eventos importantes para a formação dos mestrandos, egressos e docentes ao longo de 2017, com a participação de pesquisadores locais e de outras regiões, como podemos constatar no quadro 7.

Quadro 7: Eventos realizados pelo PPGEPI em 2017.

EVENTOS	DATA	PARTICIPANTES/ INFORMAÇÕES
Aula inaugural do semestre 2017.1. Tema: "O direito à educação e ao trabalho no Brasil em tempos de regressão social".	03/05/2017	Prof. Dr. Zéu Palmeira (UFRN).
Palestra: "A profissão docente no Brasil hoje: desafios para as instituições formadoras".	21/06/2017	Profª Drª Dalila Andrade Oliveira (UFMG).
Palestra: "Reflexões sobre a atual crise do capitalismo".	28/06/2017	Prof. Dr. Giovanni Alves (Unesp).
Aula inaugural do semestre 2017.2. Tema: "Reforma do Ensino Médio: economicismo e exclusão educacional".	05/09/2017	Profª Drª Mônica Ribeiro da Silva (UFPR).
Palestra: "Integração entre bases de pesquisa e gerenciamento de referências usando Endnote".	15/09/2017	Prof. Ms. José Yvan Pereira Leite (IFRN).

Fonte: Portal do PPGEPI.

O trabalho realizado pelo PPGEF no período de 2013 a 2016 logrou êxito na avaliação quadrienal feita pela Capes, em 2017. Assim, em 20 de setembro desse ano, o programa recebeu nota 4, considerado um bom desempenho para um PPG apenas com mestrado.

[...] o PPGEF recebeu conceito 4 em sua primeira avaliação realizada pela CAPES (quadriênio 2013-2016). Dos cinco quesitos avaliados, o Programa obteve 3 conceitos Muito Bom (Corpo Docente; Corpo Discente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual) e 2 conceitos Bom (Proposta do Programa; Inserção Social), sendo que a Proposta do Programa não tem peso na nota atribuída aos Programas de Pós-graduação em Educação. Na verdade, o resultado da avaliação do PPGEF se aproximou muito do conceito 5, como sintetiza o próprio texto da mencionada avaliação [...] (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2018a, p. 33).

Com o novo conceito e já tendo iniciado uma ampliação no seu quadro de docentes, o PPGEF lançou, em 20 de novembro de 2017, o Edital nº 03/2017 - PPGEF/IFRN, oferecendo 20 vagas para novos mestrandos, distribuídas entre as duas Linhas de Pesquisa. O resultado final foi homologado pelas Resoluções nº 01 e 02/2018-PPGEF, ambas em abril de 2018²⁵

25. Nessa seleção e nas próximas, houve reserva de vagas para pessoas com defi-

(INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2018b, 2018c).

Ainda com relação às atividades acadêmicas desenvolvidas no PPGEF no ano de 2017, destacamos 18 defesas de dissertações (Quadro 8).

Quadro 8: Dissertações do PPGEF defendidas em 2017.

MESTRANDO(A)	TÍTULO	ORIENTADOR(A)	DATA
Marcela Rafaela Gomes de Souza	Pedagogia da literatura e Ensino Médio Integrado: um caminho para a formação humana integral.	Prof ^a . Dr ^a . Ilane Ferreira Cavalcante.	17/02/2017
Rita de Cássia Rocha	O Programa Nacional Mulheres Mil no contexto das políticas públicas de Educação Profissional no Brasil.	Prof ^a . Dr ^a . Lenina Lopes Soares Silva.	20/02/2017
Karla Katielle Oliveira da Silva	O Ensino Profissional do Rio Grande do Norte: indícios da ação do Estado de 1908 a 1957.	Prof ^a . Dr ^a . Olivia Moraes de Medeiros Neta	21/02/2017
Ivickson Ricardo de Miranda Cavalcanti	Educação do Campo como práxis educacional no IFRN Campus Canguaretama (2014-2016).	Prof ^a . Dr ^a . Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares	06/03/2017

ciência (PCD) e para pretos, pardos e indígenas (PPI). Dessa forma, nos casos em que essas vagas não foram preenchidas, foi necessário a publicação de uma outra resolução.

Frankilei de Carlos	O Programa de Apoio à Formação Estudantil no Ensino Médio Integrado do IFRN/CNAT: vivenciando transformações pelo trabalho como princípio educativo.	Prof ^a . Dr ^a . Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares	07/03/2017
Karla da Silva Queiroz	A Unidade de Ensino Descentralizada da ETFRN em Mossoró/RN: contextualização histórica e práticas de formação	Prof. Dr. Francisco das Chagas Silva Souza	31/03/2017
Antônio Max Ferreira da Costa	Ensino técnico profissionalizante no Centro de Ensino de 2º Grau Professor Anísio Teixeira: uma análise histórica das práticas pedagógicas (1974 a 1985)	Prof. Dr. José Mateus do Nascimento	10/04/2017
Ligyanne Karla de Alencar	Políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiência na Educação profissional: ações e possibilidades no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.	Prof ^a . Dr ^a . Lenina Lopes Soares Silva	18/05/2017
Pollyanna de Araújo Ferreira	A representação de tecnologia na Educação Profissional do IFRN: uma análise das práticas pedagógicas dos professores do Ensino Médio Integrado.	Prof ^a . Dr ^a . Illane Ferreira Cavalcante	12/06/2017

João Kaio Cavalcante de Moraes	Os Saberes docentes necessários ao trabalho do professor de Biologia no Ensino Médio Integrado.	Profª. Drª. Ana Lúcia Sarmento Henrique	24/07/2017
Etiene Figueiredo Ferreira	Avaliação política da política de assistência estudantil: repercussões frente à expansão da Educação Profissional no IFRN.	Prof. Dr. Márcio Adriano de Azevedo	24/08/2017
Samara Yonete de Paiva	Início da carreira e saberes da docência na Educação Profissional e Tecnológica.	Profª. Drª. Ana Lucia Sarmento Henrique	28/08/2017
Jaciaria de Medeiros Moraes	A formação de professores para a Educação Profissional: investigando as práticas docentes no Curso de Licenciatura em Química no IFRN Campus Ipangaçu.	Profª. Drª. Illane Ferreira Cavalcante	31/08/2017
Gizelle Rodrigues dos Santos	Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar na Educação Profissional: triangulando indicadores no IFRN e no IFSULDEMINAS Natal – RN.	Prof. Dr. Márcio Adriano de Azevedo	29/08/2017

Christine Meyrelles Felipe	Processos formativos de docentes que atuaram na Educação Profissional do Sistema S- RN.	Prof. Dr. José Mateus do Nascimento	31/08/2017
Walkyria de Oliveira Rocha Teixeira	A Educação Profissional na Campanha de Pé No Chão Também se Aprende a Ler: de pé no chão também se aprende uma profissão.	Profª. Drª. Lenina Lopes Soares Silva	30/11/2017
Allana Manuela Alves Dos Santos	Formando pintores sem ter tintas: uma investigação acerca da implementação do PRONATEC na Rede Estadual de Ensino do Rio Grande Do Norte	Prof. Dr. Dante Henrique Moura	24/11/2017
Márcia Frota Fernandes	Formação continuada de professores nas Escolas Estaduais De Educação Profissional No Estado Do Ceará (2008 a 2017)	Profª. Drª. Illane Ferreira Cavalvante	13/12/2017

Fonte: III Caderno de resumos das dissertações defendidas em 2017 no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2018d).

Em 2018, à maneira dos anos anteriores, no PPGEF, foram realizados encontros, palestras e formação continuada para os professores do Programa e demais interessados, e para os mestrandos, em especial (Quadro 9).

Quadro 9: Eventos realizados pelo PPGEF em 2018.

EVENTOS	DATA	PARTICIPANTES/ INFORMAÇÕES
Aula inaugural do semestre 2018.1. Tema: “O Ensino Médio em retrocesso”.	09/04/2018	Prof ^a Dr ^a Nora Krawczvk (Unicamp).
Palestra: “Pesquisa qualitativa em educação”.	08/06/2018	Prof. Dr. José Carlos Morgado (UMinho – Portugal).
Aula inaugural do semestre 2018.2. Tema: “Dualidade estrutural e desigualdades na educação brasileira”.	10/08/2018	Prof. Dr. Ramon de Oliveira (UFPE).
IV Intercâmbio Nacional dos Núcleos de Pesquisa em Trabalho e Educação (IV INTERCRÍTICA).	26 a 28/11/2018	GT Trabalho e Educação (GT09 – Anped).

Fonte: Portal do PPGEF.

A avaliação com conceito 4 na quadrienal da Capes abriu a possibilidade da criação de um doutorado acadêmico, então houve a elaboração do documento “Projeto de ampliação do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (PPGEP) por meio da criação do curso de doutorado” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2018a). Como ocorreu em 2012, quando da elaboração do projeto do mestrado, a proposta do doutorado foi também estruturada por professores do PPGEF e colaboradores, conforme consta na Portaria nº 761, de 14 de maio de 2018 (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2018e).

No projeto submetido à Capes, em 2018, foi justificada a criação do doutorado a partir de argumentos já apresentados no projeto de 2012, mas a estes somam o crescimento que teve o PPGEF, no período de 2013 a 2017. Um exemplo disso foi o financiamento de três pesquisas cujos projetos foram aprovados em editais, a saber: “Ensino médio: políticas, trabalho docente e práticas educativas nas múltiplas formas da etapa final da educação básica”, aprovado no âmbito do Edital FAPERN/CAPES nº 01/2013; “Licenciaturas oferecidas pelos Institutos Federais na Região Nordeste e o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: buscando nexos”, aprovado mediante o Edital MCT/CNPQ nº 014/2013 – Universal; “Especialização Proeja-IFRN (2006-2009): contribuições para a formação e a prática profissional dos egressos”, aprovado no âmbito do Edital MCT/CNPQ nº 014/2013 – Universal. O envolvimento de alguns alunos do PPGEF nessas pesquisas deu-lhes subsídios para as suas dissertações de mestrado, algumas das quais resultantes dessas investigações (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2018a).

Ademais, no documento, foi salientada a organização do Colóquio Nacional “A produção do conhecimento em Educação Profissional” que, em 2017, internacionalizou-se. Até esse ano, o evento bianual já havia passado por quatro edições (2011, 2013, 2015 e 2017). O projeto enfatizou a importância do evento:

O evento vem se consolidando como espaço privilegiado para a produção e a difusão do conhecimento em Educação Profissional, tendo

contado em suas edições com a participação de importantes pesquisadores em suas conferências e mesas temáticas; professores-pesquisadores da área; mestrandos e doutorandos; estudantes de graduação e profissionais da educação básica, com sessões temáticas de apresentações de comunicações orais e de pôsteres. Diante disso, a IV edição do evento, realizada em 2017.1 teve seu escopo ampliado e assumiu o caráter internacional, tendo sido denominado IV Colóquio Nacional e I Colóquio Internacional A Produção do Conhecimento em Educação Profissional (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2018a, p. 32).

No que tange aos princípios formativos, aos objetivos e ao perfil dos egressos, o projeto manteve o texto elaborado em 2012, quando foi submetido à Capes para a criação do PPGEP. Entretanto, a comissão de elaboração da nova proposta considerou a necessidade de acrescentar mais uma linha de pesquisa às existentes: História, historiografia e memória da Educação Profissional. A inclusão dessa terceira linha se justifica pela produção intelectual de alguns docentes do programa e ao fato de estes terem orientado dissertações que dialogaram com a História da Educação Profissional. Ao descrever essa linha, o projeto observa que:

Os estudos desenvolvidos no âmbito dessa linha de pesquisa priorizam as seguintes dimen-

sões de investigação: a) história de instituições educativas, sobretudo na esfera do mundo do trabalho; b) agentes e sujeitos da Educação Profissional (gestores, docentes, técnico-administrativos e discentes); c) práticas educativas, representações, cultura e saberes institucionalizados. d) processos de produção, circulação e adoção de memórias em experiências relacionadas ao campo da Educação Profissional; e) estudos historiográficos sobre a educação de natureza profissional ou que com ela dialoguem (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2018a, p. 50).

O projeto da ampliação do PPGEF foi submetido à Capes após a Deliberação nº 09, de 30 de maio de 2018, do CON-SEPEX (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2018f). Como parte da apreciação da proposta, foi realizada uma visita de avaliadores da área de Educação da Capes ao *Campus* Natal Central, os quais se reuniram com os gestores do IFRN e com o colegiado do PPGEF. Meses depois, ao obter parecer favorável na 181ª reunião do CTC, o doutorado acadêmico em Educação Profissional teve o seu funcionamento autorizado mediante a Resolução nº 48-CONSUP, de 18 de dezembro de 2018 (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2018g).

A aprovação do doutorado do PPGEF levou o colegiado desse Programa a iniciar o processo de seleção. Para tanto, lan-

çou o Edital nº 03/2018 – PPGEPIFRN, em 21 de dezembro de 2018, com 10 vagas, cujo resultado final foi homologado pelas Resoluções nº 01/2019 e 02/2019, respectivamente nos dias 27 de março de 2019 e 2 de abril de 2019 (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2019a, 2019b).

Vale salientar que enquanto aguardava o resultado do projeto submetido à Capes, o PPGEPI realizou a seleção da sétima turma de mestrado, com o lançamento do Edital nº 02/2018-PPGEPIFRN, em 10 de agosto de 2018, com a oferta de 20 vagas para novos mestrandos, cujo resultado final foi divulgado pelas Resoluções nº 04/2018 e 05/2018, do PPGEPI, respectivamente nos dias 12 e 17 de dezembro de 2018. Vinte novos mestrandos iniciaram suas formações a partir de 2019 (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2018h, 2018i).

Ainda em 2018, o PPGEPI diplomou 16 novos mestres em Educação Profissional (Quadro 10).

Quadro 10: Dissertações do PPGEPI defendidas em 2018.

MESTRANDO(A)	TÍTULO	ORIENTADOR(A)	DATA
Dediane Cristina de Sá Mororó	Tecnologias da informação e comunicação nas práticas docentes no PROEJA do Centro Estadual de Educação Profissional Senador Jessé Pinto Freire (CENEP): limites e possibilidades para formação humana integral.	Prof. Dr. José Mateus do Nascimento	23/03/2018

Crislaine Cassiano Drago	Concepções de formação humana nas políticas de educação profissional e sua materialidade no ensino médio integrado do Instituto Federal do Amapá.	Prof. Dr. Dante Henrique Moura	26/03/2018
Rafael Moreira da Silva	A reunião pedagógica como espaço-tempo de formação continuada de professores do IFRN – <i>Campus Nova Cruz</i> (2014-2016).	Prof ^a . Dr ^a . Ana Lúcia Sarmento Henrique	26/03/2018
Bernardino Galdino de Sena Neto	Educação Profissional e conselho de classe: a experiência no curso de Informática do IFRN/ Caicó.	Prof ^a . Dr ^a . Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares	28/03/2018
Fabiana Teixeira Marcelino	O acesso de estudantes quilombolas no IFRN: análise da Lei nº 12.711/2012.	Prof. Dr. Márcio Adriano de Azevedo	27/03/2018
Lanuzia Tércia Freire de Sá	Práticas pedagógicas no ensino médio integrado do Centro Estadual de Educação Profissional Senador Jessé Pinto Freire (CENEP): aproximações e distanciamentos de uma formação humana integral.	Prof ^a . Dr ^a . Ana Lúcia Sarmento Henrique	28/03/2018
Shilton Roque dos Santos	Avaliação participativa de resultados sociais do PRONATEC Campo.	Prof. Dr. Márcio Adriano de Azevedo	28/03/2018

Nara Lidiana Silva Dias Carlos	O ensino de 2º grau no estado do Rio Grande do Norte: uma história da implantação da Lei nº 5.692/1971 (1971-1996).	Profª. Drª. Ilane Ferreira Cavalcante	06/04/2018
Thais Paulo Teixeira Costa	O Centro de Formação de Pessoal para os Serviços de Saúde Dr. Manoel da Costa e suas contribuições à educação profissional em saúde.	Profª. Drª. Lenina Lopes Soares Silva	06/04/2018
Maria Judivanda da Silva	Educação Profissional e formação continuada de professores/supervisores: relações entre o PIBID IFRN/MACAU e a SEEC/RN.	Profª. Drª. Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares	06/04/2018
Antônio Henrique Nepomuceno Coelho	A formação docente para a educação profissional no IFRN: um estudo de caso sobre o curso superior de Licenciatura em Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional e Tecnológica.	Prof. Dr. José Mateus do Nascimento	09/11/2018
Juliana Kelle da Silva	O professor da educação básica, técnica e tecnológica e seu desenvolvimento profissional docente: um estudo no IFRN <i>Campus</i> Natal – Central.	Profª. Drª. Olívia Morais de Medeiros Neta	06/12/2018
Yossonale Viana Alves	Educação Profissional e força de trabalho da Juventude: dilemas e perspectivas.	Prof. Dr. Márcio Adriano de Azevedo	06/12/2018

Sueli Rodrigues da Rocha	Narrativas de si: Memórias entrecruzadas da Pós-graduação e da prática pedagógica de professores de Língua Portuguesa e Literatura.	Prof ^a . Dr ^a . Ana Lúcia Sarmento Henrique Prof ^a . Dr ^a . Ilane Ferreira Cavalcante (co-orientadora).	20/12/2018
Alyne Campelo da Silva	Docentes não licenciados e sem dedicação exclusiva no IFRN: Caminhos discursivos entre o trabalho e a educação	Prof ^a . Dr ^a . Ana Lúcia Sarmento Henrique Prof ^a . Dr ^a . Olívia Moraes de Medeiros Neta (co-orientadora).	20/12/2018
Eva Lúcia Maniçoba de Lima	Inclusão educacional de pessoas com deficiência visual no Instituto Federal de Educação, ciência e tecnologia do Rio Grande do Norte: Ações institucionais e vozes docentes	Prof ^a . Dr ^a . Olívia Moraes de Medeiros Neta	21/12/2018

Fonte: IV Caderno de resumos das dissertações defendidas em 2018 no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2019c).

Em 2019, no PPGEP, *pari passu* às aulas, realizaram-se novamente eventos voltados para a formação dos seus mes-trandos, doutorandos, egressos, docentes e público em ge-ral interessado no campo de pesquisa trabalho e educação (Quadro 11).

Quadro 11: Eventos realizados pelo PPGEPI em 2019.

EVENTOS	DATA	PARTICIPANTES/ INFORMAÇÕES
Aula inaugural do semestre 2019.1. Tema: “O direito à educação da classe trabalhadora em tempos de regressão”.	15/04/2019	Profª Drª Acácia Ze- neida Kuenzer (Uni- versidade Feevale).
Aula inaugural do semestre 2019.2. Tema: “As contribuições de Paulo Freire para a educação do século XXI”.	15/08/2019	Prof. Dr. Afonso Cel- so Scocuglia (UFPB).
Palestra: “Ensino Médio, juventude e mundo do trabalho”.	07/11/2019	Prof. Dr. Ramon de Oliveira (UFPE).

Fonte: Portal do PPGEPI.

Além desses eventos, destacamos o V Colóquio Nacional e II Colóquio Internacional “A Produção do Conhecimento em Educação Profissional” (Figura 4), que teve como tema central regressão social e resistência da classe trabalhadora, uma alusão aos retrocessos políticos causados pela ascensão da extrema direita no Brasil, a partir da eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da república, cuja posse ocorreu em 1º de janeiro de 2019.

Figura 4: Folder de divulgação do V Colóquio Nacional e II Colóquio Internacional “A produção do conhecimento em Educação Profissional” (2019)

LOCAIS:

Conferência de Abertura:
Auditório Pedro de Sá Leitão

Apresentações orais e pôstêres:

Sessões 1, 4, 7, 10, 13:
Auditório 1 Ead

Sessões 2, 5, 8, 11, 14:
Auditório 2 Ead

Sessões 3, 6, 9, 12, 15:
Auditório 3 Ead

Mesas Temáticas:

2ª, 3ª, 4ª e 6ª Mesas Temáticas:
Auditório Pedro de Sá Leitão

1ª, 5ª Mesas Temáticas:
Miniáudatório bloco C

Exposição das editoras Cortez e IFRN:
Hall do Auditório Pedro de Sá Leitão

Lançamento de Livros e Exposição Fotográfica:
Auditório Pedro de Sá Leitão

INSCRIÇÕES

De 1 de Junho a 04 de Agosto de 2019
(com submissão de trabalhos):

Professores/Pesquisadores	R\$ 100,00
Estudantes de Pós-Graduação	R\$ 50,00
Estudantes de Graduação	R\$ 50,00
Profissionais da Educação Básica	R\$ 50,00
Estudantes de Licenciatura - IFRN	R\$ 10,00

CATEGORIAS DE TRABALHO

Trabalho completo com apresentação de comunicação oral

Pôsteres

Período de inscrições sem submissão de trabalhos: de 01/06 a 04/09 de 2019

CONTATOS
E-mail: ifrn.coloquio@hotmail.com
Site: <http://coloquioep.com.br>



V COLÓQUIO NACIONAL E II COLÓQUIO INTERNACIONAL
A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL:
REGRESSO SOCIAL E RESISTÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA



Natal, RN - 04 a 06 de Setembro de 2019
Campus Natal Central








PROGRAMAÇÃO

QUARTA-FEIRA, DIA 04/09/2019

8h Atividade cultural (orquestra IFRN - Valdir)
Cerimônia de abertura

10h30 Conferência de Abertura
Regresso social e resistência da classe trabalhadora
Justino de Sousa Júnior- UFC

12h30 Intervalo para almoço

14h Sessões simultâneas de comunicações orais:
1 Políticas e Práticas em Educação Profissional
2 Formação Docente e Práticas Pedagógicas em Educação Profissional
3 História, Historiografia e Memória da Educação Profissional

16h Café

16h30 1ª Mesa temática **Formação docente para a Educação Profissional:** limites da emergência e possibilidades de institucionalização
Lucília Machado - UNA Francisco das Chagas Silva Souza - IFRN

2ª Mesa temática **Articulações perigosas:** Lei nº 13.415/2017, BNCC e Diretores Curriculares para o Ensino Médio e para a Educação Profissional
Ronaldo Marcos de Lima Araújo - UFPA Domingas Lelie Lima Filho - UTFPR

18h30 Apresentação e avaliação dos pôsteres

QUINTA-FEIRA, DIA 05/09/2019

8h Sessões simultâneas de comunicações orais:
4 Políticas e Práticas em Educação Profissional
5 Formação Docente e Práticas Pedagógicas em Educação Profissional
6 História, Historiografia e Memória da Educação Profissional

10h Café

10h30 3ª Mesa temática **Formação dos trabalhadores e lista de classes**
Paolo Novella - UFSCAR Celso Ferretti - CEDES/Unicamp

12h30 Intervalo para almoço

14h Sessões simultâneas de comunicações orais:
7 Políticas e Práticas em Educação Profissional
8 Formação Docente e Práticas Pedagógicas em Educação Profissional
9 História, Historiografia e Memória da Educação Profissional

16h Café

16h30 4ª Mesa temática **Políticas e História da Educação Profissional:** onde estamos, como chegamos e para onde vamos?
Maria Cavatta - UFF Marise Ramaz - EPSJV e UERJ

5ª Mesa temática **Projeto PFC Fundamental e Projeto Ensino Médio:** se ampliar e preciso, por que estão sendo abafados?
Maria Margarida Machado - UFC José Manoel Nunez da Silva - IFRN

18h30 Lançamento de livros
Exposição Fotográfica: Trabalho, educação profissional e sociedade

SEXTA-FEIRA, DIA 06/09/2019

8h Sessões simultâneas de comunicações orais:
10 Políticas e Práticas em Educação Profissional
11 Formação Docente e Práticas Pedagógicas em Educação Profissional
12 História, Historiografia e Memória da Educação Profissional

10h Café

10h30 6ª Mesa temática **Formação profissional da classe trabalhadora:** Brasil, França e Portugal
Julie Thomas - Universidade Jean Monnet - Saint-Etienne
Maria Natália de Carvalho Alves - Universidade de Lisboa (Portugal)
Dante Henrique Moura - IFRN (Brasil)

12h30 Intervalo para almoço

14h Sessões simultâneas de comunicações orais:
13 Políticas e Práticas em Educação Profissional
14 Formação Docente e Práticas Pedagógicas em Educação Profissional
15 História, Historiografia e Memória da Educação Profissional

16h Café

16h30 Pós-graduação e não neutralidade da produção do conhecimento: conflitos de interesse
Andrea Gouvêa - UFPR - Presidente da Anpied

Fonte: Site do IFRN. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/campus/natalcentral/arquivos/programacao-coloquio-educacao-profissional> Acesso em: 12 maio 2022.

Consoante à figura 4, a programação do evento constou de conferências e mesas redondas sobre o tema específico do evento, mas também acerca de outros que também são urgentes como a formação de professores para a Educação Profissional e para o cenário atual da pós-graduação no Brasil. Ademais, foram apresentados 182 comunicações orais e 32 pôsteres nas três linhas temáticas do PPGEP, cujos trabalhos completos encontram-se disponíveis no *site* do evento²⁶.

Como tem sido comum em todas as edições desse evento, em 2019 também foi elaborada uma Carta de Natal. Esta, coerente ao tema do evento, denuncia e repudia o conjunto de mudanças e projetos preconizados e efetivados pelo governo federal que se chocam frontalmente com a construção de uma sociedade justa, igualitária e democrática, além de ferir a liberdade de cátedra dos professores. Nesse documento, afirma-se que:

Diante desse cenário, é fundamental construir nas instituições públicas de educação, especialmente nas Universidades e Institutos Federais, a convergência entre dirigentes, professores, técnico-administrativos, estudantes e entidades representativas dos dirigentes e das categorias em torno de uma luta comum: o fortalecimento e a constituição de espaços de resistência a essas políticas de desmonte do Estado de Direito e da Educação Pública, laica, gratuita e de qualidade social para todos e todas. Essa unidade

26. Disponível em: <https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/trabalhos-2019/> Acesso em: 12 maio 2022.

de propósito possibilitará um diálogo mais amplo com a sociedade, essencial para exercermos pressão sobre o Congresso Nacional, instância decisória dessas medidas em trâmite e, também, onde poderá haver a revogação daquelas medidas já aprovadas e que vêm produzindo danos irreparáveis à sociedade brasileira, especialmente à classe trabalhadora mais empobrecida deste país (CARTA DE NATAL, 2019, p. 2-3).

A nova turma do PPGEP, para 2020, foi criada com o lançamento do Edital nº 04/2019-PPGEP/IFRN, no qual foram ofertadas 20 vagas para novos mestrandos e 10 vagas para o doutorado. O processo seletivo deu-se no segundo semestre de 2019 e o resultado final foi divulgado em 6 de dezembro de 2019, por meio da Resolução nº 6/2019-PPGEP²⁷ (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2019d).

Além disso, no ano de 2019 também ocorreram 15 novas defesas de dissertações (Quadro 12).

27. Dado ao fato de o número de vagas para o mestrado não haver sido preenchido, foi lançado o Edital nº 06/2019-PPGEP/IFRN, cujo resultado final foi homologado também nessa Resolução.

Quadro 12: Dissertações do PPGEF defendidas em 2019.

MESTRAN- DO(A)	TÍTULO	ORIENTA- DOR(A)	DATA
Suerda Maria Nogueira do Nascimento	Os centros estaduais de educação profissional no Rio Grande do Norte: desafios e possibilidades	Prof. Dr. José Moisés Nunes da Silva	21/02/2019
Sanielle Katarine Rolim de Oliveira	Educação a Distância e Educação Profissional: um olhar sobre o curso técnico de segurança do trabalho.	Prof. Dr. José Moisés Nunes da Silva	21/02/2019
Sebastiana Estefana Torres	As percepções de gênero das docentes no curso de licenciatura em química do Instituto Federal do Rio Grande do Norte.	Prof ^a . Dr ^a . Ilane Ferreira Cavalcante	22/02/2019
Silvânia Francisca Dantas	A formação continuada dos professores no ProJovem Urbano em Natal/RN, no Centro Municipal de Referência em Educação Aluizio Alves – Cemure.	Prof. Dr. José Mateus do Nascimento	28/03/2019
Mônica de Lima Pereira	Memórias e histórias de professores: os percursos pessoais e profissionais entrelaçados nas identidades de docentes de educação física do IFRN.	Prof ^a . Dr ^a . Ilane Ferreira Cavalcante	22/03/2019

Josanilda Mafra Rocha de Morais	Políticas de Formação de professores para educação profissional das pessoas com deficiência: um estudo exploratório no Instituto Federal do Rio Grande do Norte	Prof ^a . Dr ^a . Lenina Lopes Soares Silva	29/03/2019
Juliane Kelly de Figueiredo Freitas	Políticas públicas para pessoas com deficiência na educação profissional: Entre o direito e sua garantia	Prof ^a . Dr ^a . Lenina Lopes Soares Silva	29/03/2019
Janilson Gomes da Fonseca	O plano nacional de qualificação do trabalhador e a noção de empregabilidade nas políticas de capacitação para o trabalho a partir de 1990	Prof ^a . Dr ^a . Maria Aparecida dos Santos Ferreira	29/03/2019
Vandernubia Gomes Cadete Nunes	Docentes não licenciados e pedagogos que atuam na educação profissional e tecnológica: Diálogos possíveis na perspectiva da formação continuada	Prof ^a . Dr ^a . Ana Lúcia Sarmiento Henrique	27/06/2019
Paloma Freitas da Silva	O estágio supervisionado na construção da identidade dos docentes em formação: um estudo de caso dos licenciandos do IFRN/ Campus Natal-Central.	Prof ^a . Dr ^a . José Mateus do Nascimento	28/06/2019

Emmanuel Felipe de Andrade Gameleira	Ensino médio integrado e bolsa família: Um estudo sobre a confluência de duas políticas sociais na vida de estudantes do CENEP/SJPF (Natal/RN).	Prof. Dr. Dante Henrique Moura	25/09/2019
Lúcia Xavier Gonçalves	As políticas de formação do Técnico de Enfermagem em Natal/RN: Expansão e Diversificação (1970-2000).	Prof. Dr. Dante Henrique Moura Prof ^a . Dr ^a . Adriana Aparecida de Souza (co-orientadora).	27/09/2019
Ana Luísa Fonseca Faustino	O Profuncionário: tecendo os fios da história da profissão de técnico em educação no Rio Grande do Norte.	Prof ^a . Dr ^a . Ilane Ferreira Cavalcante	13/09/2019
Hélio Teodósio de Melo Filho	Leituras históricas acerca de Educação Profissional na imprensa do Rio Grande do Norte (1877-1947).	Prof ^a . Dr ^a . Lenina Lopes Soares Silva	09/10/2019
Heriberto Silva Nunes Bezerra	Concepções de professores sobre práticas pedagógicas vivenciadas na educação profissional de nível médio - curso técnico em mineração - IFRN/CNAT.	Prof. Dr. José Mateus do Nascimento	01/11/2019

Fonte: V Caderno de resumos - dissertações defendidas em 2019 no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2020a).

Os anos letivos de 2020 e 2021 não ocorreram conforme o previsto em função da pandemia de uma nova doença respiratória viral, a SARS-CoV-2 (covid-19), cujos primeiros casos ocorreram em Wuhan, na China, em fins de 2019. O vírus, inicialmente, não encontrou barreiras para se disseminar, dado o grande fluxo de pessoas e mercadorias, comum em uma sociedade globalizada. O crescente número de infectados e de óbitos levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a classificar a doença como uma pandemia em 11 de março de 2020.

No IFRN, por meio da Portaria nº 501/2020, as atividades acadêmicas foram suspensas, por tempo indeterminado, a partir do dia 17 de março de 2020 (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2020b). Nessa mesma data, o MEC, por meio da Portaria nº 343/2020, determinou “em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor [...]” (BRASIL, 2020a).

Menos de um mês depois, o MEC emitiu a Medida Provisória nº 934, de 1 de abril de 2020, que estabeleceu normas excepcionais de substituição de aulas presenciais no ensino superior (BRASIL, 2020b). Essa normativa foi reiterada pela Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que destacou a utilização das tecnologias de informação e comunicação como alternativa para desenvolvimento de atividades pedagógicas a fim de integralizar a carga horária exigida (BRASIL, 2020c).

Dessa forma, tornou-se comum o ensino remoto emergencial, mas é necessário que o distinga de Educação a Distância (EaD) pelo fato de esta ser prevista na Lei de Diretrizes

e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e regulamentada pelo MEC. Para Hodges et al (2020, p. 6):

O Ensino Remoto de Emergência [...] é uma mudança temporária para um modo de ensino alternativo devido a circunstâncias de crise. Envolve o uso de soluções de ensino totalmente remotas para o ensino que, de outra forma, seriam ministradas presencialmente ou como cursos híbridos, e, que, retornarão a esses formatos assim que a crise ou emergência diminuir ou acabar. O objetivo nessas circunstâncias não é recriar um sistema educacional robusto, mas fornecer acesso temporário a suportes e conteúdos educacionais de maneira rápida, fácil de configurar e confiável, durante uma emergência ou crise.

Portanto, foi dentro dessa nova realidade que se deram as aulas²⁸, reuniões, orientações e os eventos promovidos pelo PPGEP. Como podemos ver no quadro 13, com exceção de apenas uma palestra, todas as demais ocorreram no formato on-line. É importante ressaltar que várias outras atividades se deram paralelamente a esses eventos no formato de lives, das quais participavam professores e docentes do Programa e alguns convidados.

28. As aulas da turma de 2020, que, segundo o Edital nº 04/2019-PPGEP/IFRN, teriam início no primeiro semestre daquele ano, ficaram suspensas até o retorno das atividades letivas, no formato remoto, em 5 de outubro de 2020.

Quadro 13: Eventos realizados pelo PPGEF em 2020.

EVENTOS	DATA	PARTICIPANTES
Palestra: “Politecnia: um conceito na sua origem e na atualidade”.	27/02/2020	Prof ^a . Dr ^a . Lucília Regina de Souza Machado (UFMG).
Palestra: “A Rede Federal e sua função social na atual conjuntura de pandemia”	29/05/2020	Prof. Dr. Dante Henrique Moura (IFRN). Evento <i>online</i> .
Palestra: “O setor público e os direitos sociais: para onde iremos?”	05/06/2020	Prof. Dr. Fabiano Mendonça (UFRN). Evento <i>online</i> .
Palestra: “A Reforma do Ensino Médio em tempos de Pandemia”	12/06/2020	Prof ^a . Dr ^a . Mônica Ribeiro da Silva (UFPR). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lg6PDSytkpE . Acesso em: 12 maio 2022.
Palestra: “Os ‘bons usos do corpo’ para mulheres na Educação Profissional: o exemplo do curso técnico em Cuidados e Serviços à Pessoa e aos Territórios”.	19/06/2020	Prof ^a . Dr ^a . Séverine Depoilly (Universidade de Poitiers – França). Evento <i>online</i> . Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=sp_Dj8z3vCA . Acesso em: 12 maio 2022.
Palestra: “Discurso político sobre a Educação Profissional”.	26/06/2020	Prof. Dr. Irlen Gonçalves (CEFET/MG). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=GH2wGJbPsZs . Acesso em: 12 maio 2022.
Palestra: “Ao encontro de si e do outro - Pesquisa, ação e formação que (des)envolvem”.	03/07/2020	Prof ^a . Dr ^a . Conceição Leal da Costa (Universidade de Évora – Portugal). Evento <i>online</i> .

Palestra: "A gestão democrática em espaços escolares em tempos de retrocesso".	10/07/2020	Prof. Dr. Antônio Cabral Neto (UFRN). Evento <i>online</i> . Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6X-j1pjBbc-Y . Acesso em: 12 maio 2022.
Palestra: "Desafios da Educação Profissional e Tecnológica para a Valorização da Diversidade".	17/07/2020	Prof. ^a Dr. ^a Jaqueline Gomes de Jesus (IFRJ). Evento <i>online</i> .
Aula inaugural do semestre 2020.1. Tema: "Financiamento da educação e os desafios para a Educação Profissional em 2021".	17/10/2020	Prof. Dr. Nelson Amaral (IFGO). Evento <i>online</i> . Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0j-7WTrhhoco . Acesso em: 12 maio 2022.

Fonte: Portal do PPGEF.

Em função da paralização das aulas presenciais e da incerteza quanto ao seu retorno, o edital de seleção para a nova turma que ingressaria em 2021 (Edital N° 02/2021-PPGEF/IFRN) foi adaptado quanto ao formato do processo seletivo que, diferentemente dos anos anteriores, não foi presencial. O resultado do processo seletivo foi homologado pela Resolução n° 03/2021-PPGEF/IFRN, de 20 de abril de 2021 (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2021a).

Nesse ano, também foram realizadas 16 defesas de mestrado, conforme exhibe o quadro 14.

Quadro 14: Dissertações do PPGEF defendidas em 2020.

MESTRANDO(A)	TÍTULO	ORIENTADOR(A)	DATA
Cristiane de Brito Cruz	O trabalho como princípio educativo no Programa de Apoio Institucional à Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (2012-2018).	Prof ^a . Dr ^a . Olívia Morais de Medeiros Neta	20/02/2020
Paulo Henrique de Mendonça	O financiamento do programa Brasil profissionalizado na rede estadual de educação do RN	Prof ^a . Dr ^a . Maria Aparecida dos Santos Ferreira	06/03/2020
Maria José Fernandes Torres	A formação do técnico de enfermagem em Natal-RN: um estudo sobre a experiência da escola de saúde da UFRN.	Prof ^a . Dr ^a . Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares Prof. Dr. José Mateus do Nascimento (co-orientador)	13/03/2020
João Paulo da Costa Soares	O curso de cooperativismo do Proeja no IFRN campus João Câmara: inclusão educacional e produtiva no território do Mato Grande?	Prof. Dr. José Moisés Nunes da Silva.	27/07/2020

Elizeu Costacurta Benachio	Concepções de formação humana em disputa no século XXI e a reforma do ensino médio (Lei N° 13.415/2017): ações em desenvolvimento na rede estadual do Rio Grande do Norte (2016-2019).	Prof. Dr. Dan- te Henrique Moura	29/07/2020
Waleska Barroso dos Santos Kramer Marques	A permanência no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos na perspectiva dos estudantes.	Profª. Drª. Ana Lúcia Sarmente Henrique Profª. Drª. Francinaide de Lima Silva Nascimento (co-orienta- dora).	31/07/2020
Regina Celly Clemente Silva	O programa mulheres mil: uma avaliação no IFPE – <i>Campus</i> Caruaru.	Prof. Dr. José Moisés Nunes da Silva	04/08/2020
Judithe da Costa Leite Albuquerque	Formação docente e inclusão: desafios à prática pedagógica com estudantes com deficiência nos cursos técnicos do Instituto Metrópole Digital da Universidade Federal do RN.	Profª. Drª. Ilane Ferreira Cavalcante	05/08/2020
Jean Carlos Dias Ferreira	A permanência dos estudantes surdos como fatores de inclusão escolar no Instituto Federal do Rio Grande do Norte, <i>Campus</i> Natal Central, no curso de informática para internet	Profª. Drª. Ilane Ferreira Cavalcante	07/08/2020

Roseane Idalino da Silva	A educação profissional na rede estadual do Rio Grande do Norte: uma análise da implementação do currículo integrado no Centro Estadual de Educação Profissional Doutor Ruy Pereira dos Santos.	Profª. Drª. Francinaide de Lima Silva Nascimento	11/08/2020
Erika Moreira Santos	Representações sociais de docentes do IFRN sobre o projeto integrador.	Profª. Dra. Francinaide de Lima Silva Nascimento	13/08/2020
João Daniel de Lima Simeão	Sociologia no currículo do ensino médio integrado dos Campi de Natal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte: desafios e possibilidades da formação humana integral e cidadã.	Profª. Dra. Francinaide de Lima Silva Nascimento	18/08/2020
Adda Kesia Barbalho da Silva	Atividades de aprendizagem e a formação humana integral: um estudo nas disciplinas técnicas do curso técnico de nível médio segurança do trabalho na forma subsequente na modalidade EaD do IFRN.	Profª. Drª. Ana Lúcia Sarmento Henrique Profª. Drª. Ilane Ferreira Cavalcante (co-orientadora).	29/09/2020
Dalvanira Domingos Faustino de Souza	Avaliação da implementação do curso técnico em cooperativismo (PROEJA) na região do Mato Grande: o caso do IFRN <i>Campus</i> João Câmara	Prof. Dr. Márcio Adriano de Azevedo	30/09/2020

Amanda Raphaela Pacheco de Melo	Educação profissional técnica de nível médio: uma análise da produção acadêmica e da matematisação de seus indicadores de matrículas de 2007 a 2017.	Prof ^a . Dr ^a . Lenina Lopes Soares Silva Prof. Dr. José Moisés Nunes da Silva (co-orientador)	30/09/2020
Marla Sarmiento de Oliveira	O financiamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte: a execução orçamentária no período de 2009 a 2018.	Prof ^a . Dr ^a . Maria Aparecida dos Santos Ferreira	02/10/2020

Fonte: VI Caderno de resumos dissertações defendidas em 2020 no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2021b).

A seleção dos novos mestrandos e doutorandos para o ano letivo de 2021 deu-se mediante o Edital nº 07/2021-PPGEP/IFRN²⁹, que ofertou 30 vagas, sendo 20 para mestrado e 10 para doutorado. O resultado da seleção foi homologado pela Resolução nº 02/2022 – PPGEP/IFRN, de 08 de abril de 2022 (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2022a).

Apesar de as aulas ocorrerem de forma remota durante os anos de 2020 e 2021, em função da pandemia da Covid-19, o PPGEP, como outros PPG, buscou soluções para que o processo de formação de docentes e discentes não fosse interrompido. Nessa direção, esses encontros tornaram-se mais frequentes

29. Esse edital foi lançado em 20 de dezembro de 2021 e passou por uma retificação quanto ao período de inscrições e o processo seletivo, provavelmente em função da pandemia da covid-19.

e mais abertos ao público em geral mediante as diversas *lives* que continuaram sendo promovidas por professores e discentes. Em face da dificuldade de elencarmos todas essas ações midiáticas, destacaremos o VI Colóquio Nacional e III Internacional “A produção do conhecimento em Educação Profissional”, ocorrido entre 23 e 26 de novembro de 2021, com toda programação transmitida *on-line*, conforme podemos constatar no quadro 15.

É importante frisar que a quinta edição do Colóquio “A produção do conhecimento em Educação Profissional”, teve como foco os retrocessos no campo dos direitos sociais no Brasil, em Moçambique e na França, de forma geral e, especificamente, suas consequências para a formação da classe trabalhadora no que diz respeito ao ensino médio e sua relação com a educação profissional

Quadro 15: Programação VI Colóquio Nacional e III Internacional “A produção do conhecimento em Educação Profissional” (2021).

DATA	CONTEÚDO	TRANSMISSÃO
	Conferência de abertura	Link do Youtube
23/11/2021	Em defesa do projeto de formação humana integral para a classe trabalhadora. Conferencista: Prof. Dr. Dermeval Saviani (UNICAMP).	https://www.youtube.com/watch?v=9ND-6qloswLA&ab_channel=CANALDOPPGPIFRN

24/11/2021	1ª Mesa Temática	Link do Youtube
	O cenário contemporâneo da EJA/ EPT: diálogos internacionais (Brasil e Moçambique). Convidados: Prof. Dr. Dionísio Tumbo (Moçambique) e Profª. Drª. Maria Margarida Machado (UFG).	https://www.youtube.com/watch?v=yrbymjnAiw&ab_channel=CANALDOPPGEPFRN
	2ª Mesa Temática	Link do Youtube
	A Reforma do Ensino Médio (Lei n. 13.415/2017 e normas complementares): possibilidades de resistência nas redes estaduais e federal? Convidados: Prof. Dr. Ronaldo Marcos de Lima Araujo (UFPA) Prof. Dr. Celso João Ferretti (PUC-SP).	https://www.youtube.com/watch?v=68j-IVNOycc&ab_channel=CANALDOPPGEPFRN
	Sessão Conversa 1	Link do Youtube
	Avaliação de políticas públicas e educação profissional: articulando campos. Debatedores: Prof. Dr. Marcos Torres Carneiro (UFRN) e Profª. Drª. Raquel Maria da Costa Silveira (UFRN). Coordenadores: Prof. Dr. Márcio Adriano de Azevedo (IFRN).	Transmissão no Youtube: https://www.youtube.com/watch?v=tjNFDIkkbl&ab_channel=CANALDOPPGEPFRN
	3ª mesa temática	Link do Youtube
	Diversidade na EPT: obstáculos à formação humana integral? (Brasil e França). Convidados: Profª. Drª. Julie Thomas (Universidade de Lion) e Profª. Drª. Natália Cavalcanti (IFPA).	https://www.youtube.com/watch?v=V1P-VRf7S_G0&ab_channel=CANALDOPPGEPFRN
	4ª mesa temática	Link do Youtube
Materialismo histórico-dialético e pesquisa em educação profissional. Convidados: Profª. Drª. Maria Ciavatta (UFF) e Profª. Drª. Lucília Machado (UFMG).	https://www.youtube.com/watch?v=qbz45K_7o7c&ab_channel=CANALDOPPGEPFRN	

25/11/2021	Sessão Conversa 2	Link do Youtube
	Relações Étnico-Raciais na Educação Profissional. Debatedores: Prof. Dr. Carlos Benedito (UFMA) e Prof.ª. Dr.ª. Izanete Marques Souza (IFBaiano).	https://www.youtube.com/watch?v=nFKXAYbB-mao&ab_channel=CANAL-DOPPGEPIFRN
26/11/2021	5ª mesa temática	Link do Youtube
	História da Educação Profissional. Convidados: Prof.ª. Dr.ª. Fabienne Mailard (Universidade Paris-8) Prof. Dr. Irlen Antônio Gonçalves (CEFET/MG).	https://www.youtube.com/watch?v=21Uz169g-MJo&ab_channel=CANALDOPPGEPIFRN
	6ª mesa temática	Link do Youtube
	O projeto de formação humana do ensino médio integrado e o atual contexto da política educacional: o que (não) fazer? Convidados: Prof. Dr. Domingos Leite Lima Filho (UTFPR) Prof. Dr. Ramon de Oliveira (UFPE).	https://www.youtube.com/watch?v=x2Dm0FY-53JA&ab_channel=CANALDOPPGEPIFRN
	Sessão Conversa 3	Link do Youtube
	A Produção do Conhecimento na Educação Profissional e Tecnológica. Debatedores: Prof. Dr. Francisco das Chagas Silva Souza (IFRN) e Prof.ª. Dr.ª. Michele Waltz Comarú (IFRJ).	https://www.youtube.com/watch?v=2emZUft-4ZqY&ab_channel=CANALDOPPGEPIFRN
	7ª mesa temática	Link do Youtube
	Crise do capitalismo e regressão social para a Classe Trabalhadora. Convidados: Prof. Dr. Ricardo Antunes (Unicamp) Prof. Dr. João Evangelista (UFRN).	https://www.youtube.com/watch?v=DHs68arAegE&ab_channel=CANALDOPPGEPIFRN
	8ª mesa temática	Link do Youtube
	Os ataques em curso contra a RFEPECT: por quê? Convidados: Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto (UERJ) Prof. Dr. Marcelo Lima (UFES).	https://www.youtube.com/watch?v=h4AOjInec94&ab_channel=CANAL-DOPPGEPIFRN
	Conferência de encerramento	Link do Youtube
	Políticas de formação de professores da educação básica e profissional em uma perspectiva histórica. Convidada: Prof.ª. Dr.ª. Acácia Zeneida Kuenzer (IFRN).	https://www.youtube.com/watch?v=PWz_ZA-qSw5s&ab_channel=CANALDOPPGEPIFRN

Fonte: VI Colóquio Nacional e III Internacional “A produção do conhecimento em Educação Profissional”. Disponível em: <https://www.even3.com.br/vicoloquionacionaleiicoluquiointernacional/> Acesso em: 13 maio 2022.

Além da programação exposta no quadro 14, ocorreram, no evento, sessões de apresentação oral de 149 trabalhos, apresentados no formato remoto, sendo os resumos expandidos publicados nos anais do Colóquio. De acordo com o site do evento, este também abrigou o I Simpósio Franco-Brasileiro de Educação Profissional, com o tema “Diversidade e Bem-Estar na Educação Profissional”, como parte das ações do projeto de pesquisa “Corpo, gênero e sexualidade na Educação Profissional”, financiada pela chamada universal 2018 do MCTI/CNPq. (COLÓQUIO ... 2021).

No decorrer de 2021, 10 novos mestrandos concluíram os seus trabalhos e realizaram suas defesas, obtendo o título de mestres em Educação Profissional, conforme o quadro 16.

Quadro 14: Dissertações do PPGEP defendidas em 2021.

MESTRANDO(A)	TÍTULO	ORIENTADOR(A)	DATA
Eusâmia Penha dos Passos	O PROEJA na Rede Estadual do Rio Grande do Norte Passado, Presente e o Futuro?	Prof. Dr. José Moisés Nunes da Silva	15/04/2021
Alanderson Maxson Ferreira do Nascimento	“Nesse Tempo Falava-se Muito de Música”: práticas pedagógicas do Instituto de Música do Rio Grande do Norte (1933-1961) em três movimentos.	Prof. Dr. Avelino Aldo de Lima Neto	30/04/2021

Ana Kamilly de Souza	A formação do técnico de enfermagem em Natal-RN: um estudo sobre a experiência da escola de saúde da UFRN.	Prof. Dr. Avelino Aldo de Lima Neto	25/06/2021
Jéssica Souza Martins	A Constituição do Campo Científico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (2008-2019).	Profª Drª Francinaide de Lima Silva Nascimento Profª Drª Olivia Moraes de Medeiros Neta (co-orientadora)	03/07/2021
Raiana Marjorie Amaral de Oliveira	Políticas de Educação Para o Trabalho de Mulheres e as Ações do Programa Mulher e Ciência no Brasil: dos espaços domésticos aos acadêmicos.	Profª Drª Lenina Lopes Soares Silva	13/08/2021
Lúcia de Fátima Monteiro	A Formação Contínua de Professores Propiciada Pelo Instituto de Corresponsabilidade Pela Educação no Centro Estadual de Educação Profissional Professor João Faustino Ferreira Neto – RN.	Profª Drª Ana Lúcia Sarmento Henrique.	23/08/2021
Luciano Francisco dos Santos	Formação Continuada de Professores Licenciados dos Ceep's do Rio Grande do Norte (2017-2019).	Profª Drª Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares	10/09/2021

Max Alexandre da Silva	Ensino Médio Integrado no Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP) Professora Lourdinha Guerra: concepções e condições de funcionamento.	Prof. Dr. Dante Henrique Moura Profª Drª Adriana Aparecida de Souza (co-orientadora)	01/10/2021
Larissa Maia de Souza	Formar para o cuidado: a formação humana integral das mulheres no curso técnico em enfermagem da escola de saúde da UFRN.	Prof. Dr. Avelino Aldo de Lima Neto Prof. Dr. Jacques Gleyse (co-orientador).	05/10/2021
Antonio Leoni Santos Júnior	Diversidade de Gênero no Curso Técnico de Nível Médio em Programação de Jogos Digitais: a ótica dos docentes e discentes do campus Ceará Mirim/IFRN.	Profª Drª Ilane Ferreira Cavalcante	30/11/2021

Fonte: VII Caderno de resumos - dissertações defendidas em 2021 no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2022b).

Conforme informações da vice coordenação do PPGEP, até outubro de 2022, foram realizadas 112 defesas de mestrado e 6 de doutorado. Algumas dessas defesas tiveram que ser adiadas em função da pandemia.

A partir de 2020, com a oferta de doutorado e a ampliação do quadro de professores do PPGE, algumas disciplinas e linhas passaram a promover eventos direcionados para o seu escopo. Nessa direção, destaca-se as duas edições do Colóquio Internacional/Nacional de História da Educação Profissional (COHEP), a primeira realizada nos dias 8 e 9 de setembro de 2020; e o II COHEP, ocorrido no período de 27 a 29 de setembro de 2022³⁰. Esse evento, promovido pela Linha de Pesquisa 3 (História, historiografia e memória da Educação Profissional) tem por finalidade não apenas consolidar as pesquisas e produções internas, mas também ampliar a discussão acerca da História da Educação Profissional, pois, em face do preconceito que sofreu a formação para o trabalho no Brasil, sempre associada à miséria e à escravidão (CUNHA, 2005b), esse tipo de educação ainda carece de mais estudos.

Em 2021, a Linha de Pesquisa 2 (Formação de professores e práticas pedagógicas em Educação Profissional) promoveu o I Simpósio Docência e Práticas Pedagógicas na Educação Profissional: dilemas da contemporaneidade, no período de 29 de setembro a 01 de outubro. A programação constou de mesas redondas e cinco rodas de conversas com a participação de docentes, alunos e convidados externos³¹.

Quanto à Linha de Pesquisa 1 (Políticas e Práxis em Educação Profissional do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional), em 17 de março de 2022, professores da linha de

30. As programações das duas edições do COHEP encontram-se disponíveis nos sites dos eventos, respectivamente, <https://doity.com.br/cohep>, e <https://www.even3.com.br/cohep2022/>

31. Programação disponível no site <https://www.even3.com.br/isimpodiocenciaepraticas/>

pesquisa realizaram o Simpósio de Gestão e Avaliação da Educação Profissional (SIGAEP), com palestras e apresentações de trabalhos.

Um elemento que não podemos esquecer nessa trajetória histórica do PPGEp são os itinerários formativos construídos nos dez anos de funcionamento desse PPG. A bem da verdade, um itinerário que vinha sendo tecido antes da constituição desse programa quando os docentes fizeram o seu doutoramento em IES diversificadas, algumas estrangeiras, e participavam de eventos em diversas áreas, merecendo destaque as reuniões da Anped, sobretudo no Grupo de Trabalho (GT) 9 (Trabalho e educação).

Relacionada a esses itinerários está a formação de redes de sociabilidades, algumas já existentes entre os convidados para a participação dos eventos promovidos pelo PPGEp ou em outras atividades formativas. É importante frisar o fortalecimento das discussões acerca do campo de pesquisa trabalho e educação, visto que, para Sirinelli (2003, p. 248): “Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver”. Sem esquecer que a academia também é um espaço de disputas pessoais e ideológicas, o autor observa que, entre os intelectuais, “a hostilidade e a rivalidade, a ruptura, a briga e o rancor desempenham também às vezes um papel decisivo” (SIRINELLI, 2003, p. 250).

Realizado esse percurso histórico do PPGEp, no próximo capítulo são apresentadas cartas de mestrandos e doutorandos (egressos ou matriculados) no PPGEp. Todos foram convidados a relatar suas experiências e perspectivas que no Programa.

3

Cartas ao PPGEP:
Relatos de Experiências
de Alunos e Egressos

Desde o início do seu funcionamento, em 2013, até o fechamento da escrita desse livro, em novembro de 2022, no PPGEF, havia sido formados 112 mestres e 6 doutores. Além disso, o programa possuía 77 alunos matriculados, sendo 41 no mestrado e 36 no doutorado³².

O PPGEF tem sido procurado por professores, licenciados e bacharéis, e por recém egressos de cursos superiores do IFRN e de outras IES com o objetivo de dar continuidade à sua formação acadêmica. Muitos destes se matriculam como alunos especiais no Programa para que, assim, possa melhor conhecer a proposta e os docentes do Programa.

Considerando que esta obra aborda a trajetória de uma década de “vida” do PPGEF, resolvi convidar egressos e alunos matriculados para a escrita de um texto autobiográfico no qual narrassem acerca das suas expectativas no PPGEF e as suas memórias. Pelas redes sociais e com colaboração de colegas docentes, todos os alunos foram convidados a enviar um texto no formato de uma carta a esse Programa. A seguir, o texto do convite:

Caro(a) egresso(a) do PPGEF³³

Em 2021, fui homenageado pela Editora IFRN para a série *Professus Litteratus*, a qual, conforme o site da Editora, “contempla obras de caráter singular que contribuem para o conhecimento

32. Números informados pela vice coordenação do PPGEF.

33. A ideia inicial era que essas cartas fossem escritas apenas pelos alunos egressos. Depois, ponderei sobre a importância de os alunos matriculados também expressassem suas trajetórias e expectativas com relação ao PPGEF.

da história do Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Com essas publicações, busca-se valorizar e socializar a qualidade da produção acadêmica, além de prestar o devido reconhecimento àqueles servidores e/ou colaboradores cuja atuação é relevante para o desenvolvimento institucional”. Considerando que o Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (PPGEP) completará uma década de funcionamento em 2023, resolvi escrever uma obra que tratará da trajetória desse programa ao longo desses dez anos. O livro está em processo de escrita e desejo finalizar com um capítulo trazendo cartas de egressos do mestrado do PPGEP dirigidas a esse programa. Acredito que a escrita dessas cartas será relevante para ponderarmos a respeito do PPGEP, de nossas pesquisas, dos nossos desafios e dos impactos sociais desse Programa.

Sou ciente que um relato dessa natureza é algo subjetivo e que nem sempre estamos dispostos ou podemos “falar tudo”. Também sei que, muitas vezes, o grande problema nesse tipo de escrita é “por onde começar?”. Pensando nisso, deixo aqui algumas perguntas que podem lhes orientar. Tendo em conta que o método autobiográfico propõe um “caminhar para si”, talvez uma boa estratégia para isso seja perguntar e responder para vocês mesmos/as:

Por que eu fiz a seleção do PPGEP? Foi uma escolha pela área ou só mais uma oportuni-

de de fazer um mestrado?

Quais as perspectivas que eu tinha com relação ao PPGEP? Elas foram supridas?

Com relação às sociabilidades e à cultura escolar, quais as minhas memórias sobre o tempo de formação no PPGEP?

O que o PPGEP acrescentou na minha formação?

O que poderia melhorar no Programa?

Terminei o mestrado, que caminhos eu segui ou seguirei?

Compreendo que algumas dessas perguntas não serão respondidas nas cartas por várias razões. Por isso, fiquem à vontade para escrever sobre as questões que se sintam mais “livres” para relatar. Não se sintam constrangidos. Deixo claro que, mesmo considerando que essas cartas estarão em uma obra comemorativa, não se sintam obrigados a escrever textos laudatórios, elogiosos. Caso queiram, podem fazer críticas que possam contribuir para melhorar o Programa.

Caso não queiram fazer esse relato, não se preocupem, vocês têm o direito de escolher. Aos que puderem me ajudar, destaco que tomarei todos os cuidados com as questões éticas. Todos/as que puderem contribuir assinarão termos de consentimento livre e esclarecido e opção pela omissão ou não de sua identidade.

Por fim, não se preocupem com o número de páginas. Escrevam, sonhem, desabafem. Expressem suas emoções.

A opção pela escrita autobiográfica se explica pela minha paixão pela memória, mesmo ciente que, como diz o adágio popular: “quem conta um conta, acrescenta um ponto”. Sempre admirei a sabedoria que carregam os “ditados do povo” e que parecem estar em extinção em uma sociedade na qual os saberes dos mais velhos são substituídos pelas informações das redes sociais. O dito que mencionei é popular e reproduz o que filósofo judeu alemão Walter Benjamin nos ensina sobre a relação intrínseca entre a narrativa e o narrador. Para ele: a narrativa “mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim *se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso*” (BENJAMIN, 1994, p. 205, grifo nosso). Em outras palavras: está aí o ponto acrescido no conto, não existe relato desprovido de emoções, de neutralidade.

Para não pensarmos a trajetória do PPGEP apenas pelo olhar de quem ajudou a construí-lo, foi dada a oportunidade de os alunos e egressos também refletirem sobre suas experiências no Programa, visto que, segundo Barbosa e Passeggi (2011, p. 11), por meio da escrita autobiográfica, “Seus autores não somente registram seus itinerários, mas analisam suas escolhas, investigam os elos entre seus tempos de formação e atuação profissional e re.significam (sic.) suas trajetórias, a partir das diferentes dimensões”. As autoras acrescentam, em seguida, que

Analisar essa fonte autobiográfica é, portanto, tarefa imensamente significativa para a compreensão dos processos educativos, sociais, políticos e históricos protagonizados no seio das

universidades. E, ainda mais: permite o acesso a essas dimensões pela voz dos que a fazem, mediante discursos construídos na e para a academia, mas, nem por isso, divorciados de suas singularidades e subjetividades (BARBOSA; PASSEGGI, 2011, p. 11).

Endossando Barbosa e Passegi (2011), chama-nos atenção as observações de Souza (2006, p. 143) no que tange à importância do texto narrativo para o processo de formação do sujeito:

Na escrita da narrativa a arte de evocar e de lembrar remete o sujeito a eleger e avaliar a importância das representações sobre sua identidade, sobre as práticas formativas que viveu, de domínios exercidos por outros sobre si, de situações fortes que marcaram as escolhas e questionamentos sobre suas aprendizagens, da função do outro e do contexto sobre suas escolhas, dos padrões construídos em sua história e de barreiras que precisam ser superadas para viver de forma mais intensa e comprometida consigo próprio.

Partindo desses pressupostos, escolhi o gênero epistolar como o meio pelo qual os alunos e egressos fariam as suas experiências. Devo esclarecer que, como Josso (2009, p. 136-137), entendo a experiência como “[...] produzida por uma vivência que escolhemos ou aceitamos como fonte de aprendizagem particular ou formação de vida”. Por isso, “[...] temos

de fazer um trabalho de reflexões sobre o que foi vivenciado e nomear o que foi aprendido. Todas as experiências são vivências, mas nem todas as vivências tornam-se experiências”.

Conforme Foucault (2004, p. 154-155), a carta é, a um só tempo, um “[...] adestramento de si próprio pela escrita” e “[...] uma certa maneira de cada um se manifestar a si próprio e aos outros”. Para esse filósofo, por meio de uma missiva, o escritor se faz “presente” para o destinatário, “[...] não simplesmente pelas informações que ele lhe dá sobre sua vida, suas atividades, seus sucessos e fracassos, suas venturas e desventuras; presente com uma espécie de presença imediata e quase física [...]” (FOUCAULT, 2004, p. 155). Nesse sentido, esse autor frisa que:

Escrever é, portanto, “se mostrar”, se expor, fazer aparecer seu próprio rosto perto do outro. E isso significa que a carta é ao mesmo tempo um olhar que se lança sobre o destinatário (pela missiva que ele recebe, se sente olhado) e uma maneira de se oferecer ao seu olhar através do que lhe é dito sobre si mesmo. A carta prepara de certa forma um face a face (FOUCAULT, 2004, p. 155).

Portanto, o caráter introspectivo e de exposição que a carta gera no remetente e no destinatário me levou a fazer essa escolha e 18 alunos e egressos atenderam meu convite. Foi dada a todos a oportunidade de fazer revisões no texto, no sentido de acréscimos e/ou exclusões. Considerando a importância dessas colaborações, resolvi publicar todas as cartas na

íntegra, com os ajustes linguísticos necessários, mas mantendo as ênfases nas palavras escritas em caixa alta, entre aspas ou outra maneira de expressar seus sentimentos em uma redação. As cartas estão em ordem alfabética e todos assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido para a publicação dos seus textos.

* * *

Parnamirim (RN), 20 de junho de 2022.

Meus votos de satisfação a todas e todos que galgaram o percurso formativo no PPGEP. A vocês, que assim como eu, passaram a compreender e ler, situações e acontecimentos no mundo, de uma forma menos alienada, mais realista e materialista.

Escrever sobre nós, sobre nossa trajetória, é sempre um exercício de resgatar memórias, de vínculos afetivos ou não. Por vezes, é reviver momentos de crises, de frustrações. É refletir acerca dos processos de conquistas, lutas, desafios e avanços. De revisitar cenários de decisões que foram necessárias. Penso, a decisão mais assertiva é ousar em nosso desenvolvimento humano cuja apropriação de fundamentos epistemológicos podem possibilitar à compreensão das problemáticas socioeconômicas nos processos históricos da humanidade.

Desse modo, acredito que tomei a decisão certa ao buscar ingressar no PPGEP. Inicialmente conheci o Programa quando atuava na Secretaria de Estado da Educação e da Cultura do Rio Grande do Norte (SEEC/RN) na Subcoordenadoria de Ensino Médio (SUEM). Na implementação de uma política de Formação para Professores do Ensino Médio – O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio. A consecução da implementação se daria por meio de parcerias da SEEC/RN com Instituições Públicas de Ensino Superior do RN. Dentre essas, o IFRN. No diálogo, IFRN e SUEM, em busca de traçar um perfil do Ensino Médio do RN acerca dos principais desafios e problemáticas para a elaboração da proposta formati-

va do PACTO, conheci a professora Olivia Medeiros de Moraes Neta, a qual externava, nessas discussões formativas, seu interesse, preocupação e compromisso social com o ensino médio e a educação profissional de nosso estado do RN.

Então, por meio da professora Olivia e do professor Dante Moura (em diálogo com a SUEM) me foi apresentado o Núcleo de Pesquisa em Educação (NUPED/PPGEP/IFRN), seus interesses, perspectivas e projetos de pesquisas – Educação Profissional e Ensino Médio. O NUPED foi minha “porta de entrada” ao PPGEP. Comecei a participar dos estudos em 2014 (as reuniões ocorriam as quintas-feiras a tarde). Inicialmente, fui movida pela necessidade de me constituir pesquisadora sobre as problemáticas do Ensino Médio e assim, na relação teoria-prática, fortalecer meu exercício profissional. O projeto de pesquisa em desenvolvimento que participei era: Ensino médio: políticas, trabalho docente e práticas educativas nas múltiplas formas da etapa final da educação básica. Assim fui me aproximando das discussões sobre Educação Profissional.

Diante desse primeiro passo, em 2015, me submeti ao processo de seleção para ingressar no mestrado do PPGEP. Embora não tenha conseguido aprovação, fui classificada, porém não dentro do número de vagas disponíveis. De acordo com regimento do Programa, comecei a cursar as disciplinas como aluno especial. Acredito que essa iniciativa de possibilitar acesso, como aluno especial às disciplinas, tem se constituído em um chamamento para o ingresso de estudantes, pesquisadores e continuidade no campo da Educação Profissional – como pesquisador e como profissional. Posso dizer que essa possibilidade foi decisiva para meu acesso e permanência no PPGEP.

Procurei o PPGEF pela minha *insistência* em pesquisar (cursar Mestrado) sobre o Ensino Médio e Educação Profissional – Trabalho. Vim do interior do estado (Jardim de Piranhas-RN), em busca desse objetivo. Até tentei em outra Instituição Pública de Ensino Superior. Conseguia aprovação na prova, porém meus projetos esbarravam (acredito eu) pela carência de pesquisas acerca do que pretendia estudar (a relação ensino médio e educação profissional).

Em 2016, ingressei no PPGEF como aluna regular. Posso dizer que a participação nas disciplinas e no NUPED me fizeram continuar no PPGEF. Pela aproximação/relação estabelecida Ensino Médio, Educação Profissional, Educação Básica, Formação Docente. Em 2017, como elo desse investimento, ingressei como Pedagoga Efetiva na rede federal de educação no Instituto Federal de Educação da Paraíba.

Nessa trajetória e como parte dela, quero enaltecer *minha* orientadora, a professora Olivia Morais de Medeiros Neta. Se existem anjos na terra, posso dizer que ela é o meu. Além de orientadora, é um exemplo de ser humano no sentido mais amplo e digno da palavra. É uma das maiores inspirações em minha vida. Pela sua sabedoria, humildade, encantamento com o conhecimento e como consegue atrair seus alunos pelo amor que dedica à pesquisa, ao saber; e na relação dos conhecimentos às práticas promover transformações das realidades sociais. EU SOU A PROVA VIVA!!

Acreditou em minha evolução e eu fiz dessa crença uma ousadia, embora admita as imensas fragilidades em minha formação. Porém, como pedagoga que sou, reconheço que a aprendizagem é processual e antes que complete, ele é preencher-se, é uma construção diária.

Ressalto ainda a valiosa contribuição de todos os professores do PPGEF. Mesmo os autodeclarados “carrascos” – professora Lenina... A sua sabedoria nos inquieta! Fazer ciência é movimento e romper o “universo das certezas”. Aos demais professores que cursei disciplinas: Dante, Ana Lúcia, Ilane, Márcio, Chagas, meus agradecimentos.

Para finalizar, preciso dizer que nessa travessia, meus sonhos foram se tornando realidade! O horizonte aproximava-se por meio do acesso da educação pública da rede federal em todas as dimensões (pessoal, profissional e social).

Não quero romantizar o processo formativo. Sempre comunico em minhas falas, principalmente, no exercício profissional (com os alunos do EMI) que estudar/aprender é um processo de resistência, de disciplina, de enfrentamento entre o desconhecido e o conhecer; o revelar-se. É desafiador, principalmente para aqueles que tiveram acesso a uma formação básica precária. Com diversas lacunas nos processos de aprendizagens.

Porém, perceber nossos avanços/desenvolvimento crítico, reflexivo no que concerne a ler o mundo, é muito gratificante e nos FAZ CONTINUAR!

ANA CRISTINA BATISTA

Ana Cristina Batista possui Licenciatura em Pedagogia (UFRN), Especialização em Educação Infantil (UFRN), Especialização em Linguagens e Educação (UnP), Mestrado em Educação Profissional (PPFEP/IFRN) e atualmente é doutoranda em Educação Profissional (PPFEP/IFRN). É servidora do IFRN, onde exerce a função de pedagoga.

João Pessoa, 20 de junho de 2022.

Olá, professor Chagas

Escrever esta carta me transportou para um túnel do tempo de um passado recente e importante da minha história pessoal e acadêmica. Fazer o mestrado sempre fez parte do meu desejo pessoal e profissional. Contudo, ao finalizar a graduação em Pedagogia na UFPE, estava ansiosa para ingressar no mundo do trabalho e passei a deixar o sonho acadêmico para depois. Sai da graduação, fui fazer uma especialização, concursos públicos e trabalhar.

Com o passar dos anos, o desejo de voltar a estudar e investir na produção acadêmica retornou com força. A vontade veio associada à uma experiência de tutora no Curso de Pedagogia da UFRPE. Voltei a participar de eventos acadêmicos e pagar disciplinas como aluna especial nos mais diferentes programas de Pós-graduação. Como aluna especial na UFRN, na disciplina de Educação Especial, fiz muitas amigas e foi por meio de uma delas que soube da seleção para o PPGEF.

No momento que soube da seleção, comecei a pesquisar o currículo *lattes* dos professores e passei a me interessar pelo programa. As temáticas e as linhas de pesquisa me interessavam, por ter vindo da iniciação científica da área de políticas públicas. Era um programa novo e eu estava cheia de vontade de voltar para os estudos acadêmicos e com o sonho de ir morar em Natal. Foram muitas expectativas em um único programa. Daí em diante, planejei a transição da vida de professora para a vida de estudante, plano de estudo para seleção e montagem de projeto.

As expectativas para ingressar no PPGEF foram as melhores e estas foram superadas ao conhecer a estrutura do Instituto

Federal e a qualidade dos professores do programa. A experiência do mestrado no PPGEP foi a maior escola pra vida que pude ter. Foram tantas vidas envolvidas, tantas histórias entrelaçadas na turma dos PIONEIROS. Eram tantos sonhos, tantas lutas, em busca de um objetivo comum ser mestre em Educação.

Nossa turma era composta por pessoas de diversos estados, que foram unidas pelo objetivo de uma oportunidade acadêmica. A nossa turma se manteve unida por laços que superavam os estudos. Trago até hoje boas lembranças de cada um deles que cruzaram o meu caminho no PPGEP. Escrever para você professor Chagas, reativou cada memória adormecida, cada sorriso dos motivos mais tolos, cada choro mais sentido no fundo da alma, cada conquista, cada aperreio e cada pedacinho de vida que conheci de forma tão próxima no período que fiz parte da família PPGEP.

A participação nos seminários e o acompanhamento do passo a passo da construção da pesquisa dos amigos do curso foram importantes para a retomada de rota e para ter mais empatia pelo processo de cada um e em cada pesquisa. A experiência me fez crescer muito como pesquisadora e compreender melhor os percursos de uma pesquisa. O aprendizado foi consolidado e hoje os utilizo para vida nos meus espaços de trabalho.

O mestrado no PPGEP trouxe para mim o título de mestre, uma bagagem acadêmica com publicações em diversos eventos e revistas, participação em um livro, um coração cheio de boas lembranças e uma memória afetiva viva com as lembranças do que vivi no Instituto Federal do Rio Grande do Norte.

Um abraço,
ANA LÍDIA.

Ana Lídia Braga Melo Cunha possui graduação em Pedagogia (UFPE) e mestrado em Educação Profissional (PPGEP/IFRN). É professora da Prefeitura Municipal de João Pessoa e educadora de apoio do Governo do Estado de Pernambuco.

Apodi/RN, 23 de junho de 2022.

Ao professor Francisco das Chagas.

Professor, diante o desafio de narrar a minha experiência com/no PPGEF, encontrei-me submersa em um mar de lembranças as quais trazem à tona quem eu me tornei e a influência das instituições de ensino nesse processo.

Desse modo, em um primeiro momento pensei: o que dizer acerca das instituições de ensino? Grosso modo, são espaços que, observados superficialmente, não passam de tijolos amontoados. Entretanto, ao refletir sobre elas, percebemos outros elementos igualmente relevantes que dão forma e sentido a sua razão de existir – as pessoas.

Assim, professor, ao narrar sobre as minhas lembranças com/no PPGEF, estou dizendo dos homens e mulheres responsáveis por dar o colorido a essas instituições, que nos permite estar mais próximos do conhecimento, ou seja, da liberdade como nos ensina o educador Paulo Freire. Também falo, irremediavelmente, em livros e lápis, críticas, esperança, lutas, justiça.

O caminho que me trouxe até o PPGEF começa nos portões do IFRN, entre os anos de 2011 e 2013, na cidade de Mossoró. Embora a instituição não fosse novidade para aquela população, para mim era um verdadeiro mistério. Ora, acabará de sair de Apodi, cidade pequena – conhecida pela imensidão da zona rural que a rodeia, e não conhecia a cidade grande, tampouco instituições do porte do IFRN.

Já tinha ouvido falar que era uma escola imensa, muito bem equipada e com professores excelentes. Os seus alunos

eram conhecidos por serem admitidos em boas faculdades ou inseridos quase que imediatamente no mercado de trabalho. Não à toa, era necessário estudar bastante para “conseguir entrar no IFRN”, uma vez que, embora fosse uma instituição pública, era considerada uma escola “de rico”, por ter estudado em seus bancos filhos de advogados, juízes, médico dentre outros.

Esse foi o IFRN que conheci, professor. Ainda que pelas lentes de terceiros, absorvi a ideia de que não era uma escola para alguém que não tinha condições financeiras para pagar um cursinho preparatório e, embora a escola pública tenha sido como uma mãe, não possibilitou reais condições intelectuais para concorrer a um processo de seleção tão difícil e competitivo. Mas, veja só, estou eu aqui cursando uma pós-graduação.

Conheci o IFRN entre os anos supracitados, durante uma das provas de seleção para o ingresso no Ensino Médio Integrado. Nessa época, eu cursava Pedagogia na UERN e estava trabalhando para uma agência de publicidade – entregando panfletos. Um dos polos de trabalho era o IFRN: eu e outra companheira fomos designadas para lá.

Nossa! Assim que cheguei, fiquei surpresa com o tamanho da escola. Automaticamente pensei: “com certeza eu não sou daqui”. Traduzindo tal pensamento, eu não me sentia digna de estar em um lugar daqueles. Certamente, teria que ser alguém muito inteligente e com recursos para manter seus filhos ali. De alguma maneira, havia dentro de mim uma rivalidade com a instituição e com os seus alunos – uma espécie de “rico x pobre”, provando quem era melhor.

Não me orgulho de tal sentimento, todavia, fico feliz em ter tido a oportunidade de superá-lo e, até certa medida, poder explicá-lo. Para isso, recorro ao educador Paulo Freire que,

em seu livro “Pedagogia do oprimido”, nos fala do sentimento de “ser menos”, ou seja, não se sentir capaz de realizar algo e/ou de superar determinada situação opressora. Freire defende que cada um traz consigo a condição do “ser mais”, a qual é alcançada quando tomamos consciência de que a realidade pode ser mudada e, principalmente, que é o oprimido a mudá-la. Pois bem, professor, estava (e estou) diante do IFRN, uma das melhores instituições públicas do Brasil, provando empiricamente a teoria freiriana.

Eu não sei dizer em que momento me foi introduzido o sentimento de “ser menos”, mas sei que é por meio dos estudos que podemos superá-lo, ou, como dizem meus pais – dois agricultores semianalfabetos, “que nos tornamos gente”.

Naquela manhã, embaixo da sombra gentilmente cedida pela mangueira, enraizada na frente do portão principal do IFRN, vivi uma das melhores experiências da minha vida – a de superar o pré-conceito. Foi uma manhã maravilhosa, de conversas com os alunos que saíam do IFRN, bem como com os vigilantes que estavam na guarita. Eu já tinha entregado panfletos em outros locais de Mossoró, contudo, poucos foram tão generosos para conosco – “os invisíveis”.

Em geral, somos uma sociedade educada para rejeitar a atividade laboral que não nos proporcione acumular riquezas e ascender socialmente, pelo menos não nesse sistema neoliberal. Nesse sentido, o trabalhador braçal, como pedreiro, agricultor ou doméstica, apenas para citar alguns exemplos, não são valorizados. O que quero dizer, professor, é que somos instruídos a fazer do outro invisível, logo, eu era invisível naquele ambiente até então hostil, já que pensei que não poderia fazer parte dele.

Anos depois, em 2016, entrava pelos portões do IFRN como aluna de um dos seus cursos de especialização e, como efeito dominó, nos anos que se seguiram, cursei mestrado e, atualmente, o doutorado. Ah, professor, não tenho palavras para descrever o que sinto mediante a importância que o IFRN/PPGEP tem na minha vida, por isso, tomarei emprestadas as palavras do grande poeta Rubem Alves em sua obra “Se eu pudesse viver minha vida novamente”: “Cheguei onde estou por caminhos que não planejei. É um lugar feliz que nunca sonhei”.

Nunca me passou pela ideia que viria a ser doutora. Tampouco, que escreveria artigos científicos e publicaria um livro. Portanto, o que dizer acerca de instituições como o PPGEP que as trajetórias de tantas Anas já não dizem? Talvez, falta-nos parar para ouvi-las e fazê-las reverberar por aí como um sussurro que fala ao ouvido de cada brasileiro que a mudança é possível.

Acredito que o livro que está a escrever seja um desses sussurros. E desejo que as histórias nele compiladas inspirem as histórias que estão acontecendo e as que ainda irão acontecer.

Com carinho,
ANA PAULA MARINHO DE LIMA.

Ana Paula Marinho de Lima possui licenciatura em Pedagogia (UERN), especialização em Educação e Contemporaneidade (IFRN/Mossoró), mestrado em Ensino (POSENSINO – UERN/IFRN/UFERSA) e é doutoranda em Educação Profissional (PPGEP/IFRN), com bolsa Capes.

Natal, outono do ano de 2022

Caríssimos;

Eu, Antonio Max Ferreira da Costa, escrevo essas linhas com objetivo de refletir um pouco sobre o meu percurso formativo no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (PPGEP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

Graduei-me em Ciências da Religião pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) em 2005, depois em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) no ano de 2016. Além dessas licenciaturas, conclui algumas especializações, tais como: Sociologia, Mídias na Educação (UFRN), Psicopedagogia Clínica e Institucional (UCB-RJ) e Metodologia do Ensino Religioso pela Faculdade Dom Heitor Sales (FAHS).

Como vocês visualizam, sempre gostei de estudar, e por desejar conhecer cada vez mais o campo da pesquisa em educação, bem como aprimorar o meu fazer docente, tive a oportunidade de, no ano de 2015, prestar seleção para o mestrado em educação do PPGEP-IFRN, na linha de pesquisa “Formação Docente e Práticas Pedagógicas em Educação Profissional”, desenvolvendo projeto de dissertação sobre o Centro de Ensino de 2º Grau Professor Anísio Teixeira, com recorte temporal (1973-1985), utilizando como referencial teórico-metodológico, a história das instituições e a cultura escolar.

Ao adentrar nesse programa de Pós-graduação, pude ser conduzido pelo “mestre”, ou seja, pelo doutor José Mateus do Nascimento, que por incrível que pareça, foi também egresso da escola objeto de investigação que propus

(re)construir a sua história, a qual nunca havia sido sistematizada cientificamente.

Cientificizar no âmbito das disciplinas, seminários, eventos e discussões, tanto em sala de aula como fora dela, foi desafiador, uma vez que no Brasil, a cultura geralmente não permite que o professor de educação básica concilie carreira docente com vida acadêmica. Eram horas de leituras, fichamentos, análises, escritas e pesquisas de campo, além da jornada de professor na SEEC-RN e na SME-NATAL, mas mesmo com todas essas pedras no meio do caminho, fui retirando-as e percorrendo esses caminhos.

Por falar em caminhar, aprendi no PPGEPI-IFRN que “o caminho só se faz caminhando”. Com esse lema de Paulo Freire, pude concluir o currículo do mestrado e defender a minha dissertação em 2017, comprovando que filho de trabalhador pode ir e chegar a qualquer lugar que ele quiser.

O lugar de destaque no campo acadêmico eu já havia conquistado, e agora era hora de retribuir os conhecimentos apreendidos no mestrado para a comunidade escolar nas instituições em que exerço minha prática docente. Fiquei algumas estações afastado do PPGEPI-IFRN, em especial no ano de 2018, retornando em 2019 como doutorando da 1ª turma e inaugurando a linha de pesquisa: História, Historiografia e Memória da Educação Profissional, sendo conduzido pelo mesmo orientador.

Para esse novo caminhar, ressignifiquei o objeto de investigação (re)construído no mestrado, a atual “Escola Estadual Professor Anísio Teixeira”, dando continuidade ao caminhar pausado após a defesa em 2017. Sabendo que nenhum objeto historiográfico é dado, e sim construído, escolhi juntamente

com meu orientador já citado nessa carta de memória, estudar o período de 1982 até 2003. A primeira data justifica-se pelo fato da compulsoriedade da Lei da Reforma do Ensino de 2º Grau no Brasil, Nº 5.692/71, tornando não obrigatório o ensino profissionalizante de 2º grau nas escolas do país, porém, a Escola Estadual Professor Anísio Teixeira continuou ofertando as habilitações de Assistente em Administração e Técnico em Contabilidade até 2003.

Diante dessa proposição exposta acima, questiono: Será que existia uma cultura escolar específica do tecnicismo no espaço da instituição Anísio Teixeira? Ora, não se tem ainda essa conclusão, mas as evidências historiográficas, demonstradas nas análises documentais e das narrativas ouvidas, visualizadas e sentidas, já tecem uma trama de que essa instituição tida como de referência no ensino técnico profissionalizante na cidade de Natal possuía uma cultura escolar para voltada para a formação do trabalhador na área do comércio.

Essas ideias tecidas no desenvolvimento da minha pesquisa de doutoramento, foi germinada nos campos férteis do PPGEPIFRN. Lá pude conhecer pesquisadores experientes, de prestígio nacional e internacional. Em relação à sociabilidade, conquistei algumas amizades ao longo desses 7 anos, e durante a pandemia da Covid-19 instalada no mundo desde 2019, precisamente no Brasil em 2020, pude conhecer alguns colegas através das videoconferências, pois o distanciamento físico e social alterou essa parte das relações interpessoais, que, por consequência, fizeram falta no meu percurso formativo enquanto doutorando, mas fica esse aprendizado.

Quanto à cultura escolar do PPGEPIFRN, percebo que se trata de um programa composto por intelectuais compromete-

tidos com o fazer docente, cientes de sua filiação teórico-metodológica, constituindo um grupo eminentemente enraizado nas ideias do materialismo histórico dialético, no entanto, com a gênese da linha de pesquisa “História, Historiografia e Memória da Educação Profissional”, tem se dado espaço a outros referenciais teórico-metodológico, como por exemplo, a Teoria da Complexidade e a Fenomenologia, potencializando um diálogo profícuo.

Introduzir nossos saberes e promover o diálogo no espaço acadêmico deveria ser uma regra e não apenas uma exceção, porque entendo o espaço escolar não como um local de transmissão de saberes, mas como um local de partilha de saberes, saberes estes inacabados, tão inacabados que minha formação não se concluirá no doutorando, pretendendo realizar estágio de pós-doutoramento na Europa, buscando analisar a abordagem historiografia das práticas pedagógicas na interface educação inclusiva-educação profissional.

Sem mais delongas, me despeço, e desejo nos encontrarmos em outra estação, quem sabe numa primavera florida, ou quem sabe num verão ensolarado, ou num inverno frio, aquecido pelo desejo de continuar a escrever a minha história de vida.

ANTONIO MAX FERREIRA DA COSTA

Antonio Max Ferreira da Costa é graduado em Ciências da Religião e em Pedagogia (UERN), Mestre e doutor em Educação Profissional (PPGEP), Doutor em Educação Profissional (PPGEP).

Currais Novos/RN, 19 de junho de 2022.

Olá, caro leitor e cara leitora,

Meu nome é Bernardino Galdino de Sena Neto, venho de uma família de agricultores e desde bem pequeno sonhei com um estudo que me libertasse daquela condição socioeconômica na qual cresci, uma vez que visualizada as dificuldades de sobrevivência no campo por questões diversas, como falta de chuva para o plantio dentre outros agravos como dificuldade de acesso a bens básicos como saúde, e mesmo educação de qualidade.

Nesse sentido, busquei, por meio da escola, trazer a transição rumo a uma vida da qual eu acreditei que seria mais confortável. Fiz graduação em História e em Administração Pública pela UFRN, porém percebi que seria necessário continuar a formação para atingir o meu objetivo maior, que era a docência. O mestrado em Educação do PPGEp me apareceu como uma oportunidade de galgar na formação continuada *stricto sensu*. Naquele momento, confesso que a necessidade por um mestrado me levou a buscar este como uma possibilidade entre várias. Tentei a primeira seleção em 2015, ficando na suplência, e em 2016 entrei no programa como aluno regular, na linha de políticas e práxis em Educação profissional.

Tendo pagado disciplina como aluno especial no ano anterior à minha entrada como aluno regular, conheci as linhas de pesquisa e me inteirei das leituras em torno da educação profissional, o que me chamou bastante atenção e interesse, uma vez que me levou a compreender, naquele cenário de da luta de classes en-

tre oprimidos e opressores mediados pelo capital, a minha condição de oprimido, é claro!

As expectativas de formação foram atendidas para além do desejado, uma vez que, junto com a titulação de mestre, adquiri uma visão muito mais crítica em torno dos processos de política e de formação de professores ocorridos no Brasil, além de uma visão mais global das relações entre a sociedade, a educação e o Estado e um aprofundamento sobre os aspetos da pesquisa científica.

Outro importante ensinamento que ficou foram as amizades construídas no meio acadêmico, quebrando o tabu de que na academia não existem relações profícuas de solidariedade e ajuda mútua. Nesse sentido, além da formação acadêmica almejada – o mestrado – também a formação como sujeito integral se fez presente em todo o processo, tendo a minha professora orientadora como um importante elo para pensar a academia e o processo formativo de maneira humanizada e consistente.

Por meio do PPGEP, outras áreas de interesse emergiram durante os anos de 2016 a 2018, culminando com a minha entrada no doutorado, no mesmo programa na linha de formação docente e práticas pedagógicas em Educação Profissional. Prestes a concluir esta etapa e me tornar doutor pelo programa, acredito que a formação propiciada no PPGEP ancorou uma sólida formação rumo ao objetivo estabelecido lá durante a minha adolescência e que culminou agora com minha aprovação no concurso para professor assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, para o Departamento de Ciência Humanas e Letras para a disciplina Estágio em Educação Escolar e Educação Não-Escolar, dando início à

tão sonhada carreira docente efetiva em instituição pública de ensino superior. Com plena convicção, os ensinamentos advindos do mestrado e do doutorado contribuíram fortemente para esta conquista.

Atenciosamente,
BERNARDINO GALDINO.

Bernardino Galdino de Sena Neto é licenciado e bacharel em História (UFRN), Bacharel em Administração Pública (UFRN), licenciado em Pedagogia (UNIDERP), mestre e doutor em Educação Profissional (PPGEP). É professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus Jequié.

Macaíba, 14 de julho de 2022.

Caro/a colega, identifico-me e apresento, através desta carta, o meu percurso nesta instituição, o Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN. Logo após concluir o ginásio, fiz seleção para a escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte – ETRN. Não conseguindo aprovação, fui estudar no Atheneu. Lá fiquei por um semestre, no ano de 1988.1, uma vez que fui contemplada na seleção para a ETRN, no curso de Estradas e, naquele semestre, pratiquei a modalidade esportiva do basquetebol. Posso considerar que foram as minhas primeiras experiências esportivas. Também no Atheneu, tive a oportunidade de vivenciar a corrida.

Ao ingressar na ETRN, ou ‘Escola’, deparei-me com a comemoração dos vinte e cinco anos do curso de Estradas. Estava havendo eventos esportivos para esta comemoração. Então, fiz as provas dos 100m e 200m rasos. Naquele momento, ocorriam também os preparativos para os jogos internos, que seriam realizados nos meses seguintes.

Assim foram os meus primeiros contatos nesta Instituição. Foi mágico já entrar na ‘Escola’ me reconhecendo e sendo reconhecida. Isso aumentou muito minha cobrança em tudo que ia realizar na escola, desde as atividades acadêmicas enquanto aluna até, posteriormente, as atividades esportivas enquanto atleta. Cobrava-me muito em fazer o melhor e ser melhor no que fazia.

No ano seguinte ao ingresso na ‘Escola’, tive minha primeira competição como atleta. Foi nos Jogos Escolares do Rio Grande do Norte - JERNs, na modalidade de atletismo. Toda a minha vivência de atleta na ‘Escola’ se deu neste esporte, defendendo a ‘Escola’.

As oportunidades vivenciadas na ETFRN foram de extrema importância em minha formação de vida, acadêmica e profissional. No ensino médio, na ETFRN, fui bolsista e realizei o Estágio de Conclusão do Curso, colaborando com a análise de materiais de construção e levantamentos topográficos no laboratório de Estradas.

Paralelamente a estas atividades, era atleta de atletismo. Além das competições, fiz e participei de competições como árbitra de atletismo, de natação, de voleibol. Hoje compreendo que estas vivências e experiências foram parte importante em minha formação profissional, ou seja, paralelamente à minha condição de aluna, bolsista e estagiária, estava sendo formada para o mundo do trabalho, com base no princípio da formação humana integral, definida e defendida por teóricos como Frigotto, Ramos, Moura e muitos teóricos da Educação Profissional de nosso país.

Enquanto experiência de aluna, carreguei vivências ímpares tatuadas em meu corpo. Esses momentos foram de extrema relevância para minha vida profissional, porém, apesar de hoje ter essa percepção, que advém de minhas buscas pessoais para compreender minha prática profissional, não estão ainda tão consolidadas, por isso a minha busca para ingressar no Programa de Pós Graduação em Educação Profissional - PPGEP/CNAT/IFRN, uma vez que, na minha graduação, não tivemos a oportunidade de uma formação na perspectiva de considerar o ensino nas dimensões intelectual, tecnológica e cultural num sentido mais amplo, como defendido pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) do IFRN. Tivemos a oportunidade de vivenciar mais a fundo a linguagem corporal, a dimensão física, reforçando o que havia iniciado na própria 'Escola'.

Com o ingresso como professora na ‘Escola’, venho sentindo essa necessidade de realmente conseguir promover, através de minha prática profissional, aos meus/minhas alunos/as o que de certa forma tive, mas que não alcançava a compreensão teórico-metodológica dos princípios defendidos pelo PPGEP, em relação ao pressuposto teórico, histórico dialético, e que estão estabelecidos no nosso PPP. Enfim, a apropriação adequada e de maneira contextualizada da nossa realidade profissional.

Assim, desde o período de 2008, que foi quando ingressei como professora substituta, essa necessidade já existia, mas apenas neste ano de 2022, estou conseguindo materializá-la, através do ingresso no PPGEP. As questões que me vêm são muito latentes, como: que estratégias cognitivas posso pensar para minha prática profissional, em que meu/minha aluno/a terá a oportunidade de formação integral, sendo minha disciplina coparticipante desta formação?

Na escola, na Educação Profissional, estarão presentes tanto o esporte, como as disciplinas propedêuticas e as técnicas. Este esporte vai estar tatuado na memória, no corpo do/a aluno/a, então como os professores/as de educação física/esporte devem trabalhar essa formação, desse/a aluno/a, que está na Educação Profissional? Como é essa formação numa Educação Profissional e o esporte? Como é que o esporte faz essa liga com a Educação Profissional para a formação desse/a homem/mulher, nessa perspectiva de formação integral ou omnilateral? Sinto-me sedenta por conseguir estabelecer estas relações em face desse olhar voltado para o processo educativo profissional, um olhar para a formação omnilateral, para o/a ho-

mem/mulher que vai ser inserido no mundo do trabalho, voltado para a reflexão sobre o trabalho.

Venho entendendo e compreendendo a necessidade de primeiro sedimentar os conceitos primordiais a respeito da educação profissional e de uma educação na perspectiva de formação integral, no nosso caso, o Ensino Médio Integrado, que trabalho na ‘Escola’. Algo que não conseguíamos entender, uma vez que nossa formação na graduação não nos conduziu a tal princípio e, assim percebemos que acontece em grande parte com o quadro docente de nossa ‘Escola’.

Essa percepção, na minha compreensão, se dá através da minha experiência de vida, que se faz presente no e pelo corpo, ou seja, pela fenomenologia da percepção. Para Nóbrega (2021), há uma nuance fenomenológica entre o que é e como você percebe o corpo; o corpo é SER e perceber o corpo é a experiência. Compreendemos que o corpo é o que sou; o que percebo é a imagem do que sinto, vivo.

Portanto, a fenomenologia compreende todas essas nuances que vivenciamos em nossa vida, através da consciência de nossas experiências, bem como pelo movimento vivo. Dito nas palavras Nóbrega (2005, p.55): “Em sentido amplo, o termo Fenomenologia diz respeito à ciência dos fenômenos; em sentido estrito, seria a ciência dos fenômenos que se manifestam na consciência”. E, que tem, como tarefa, não a explicação das relações de causalidade, para explicar o mundo, e sim compreender o seu sentido (NÓBREGA, 2005).

A partir das experiências vividas, percebidas, atualmente, tendo consciência, enquanto era aluna e professora da ‘Escola’, compactuo com Nóbrega (2005, p.75) ao abordar sobre a educação na perspectiva fenomenológica, a qual “possui três

sentidos: a educação dos sentidos, a educação da inteligência e a orientação da existência”. Esta relação da fenomenologia me faz pensar o quanto nos aproximamos dessa educação numa perspectiva de formação integral, na perspectiva por nós intencionada no PPGEP, ao trabalharmos a educação profissional.

Se presentificar na ação, sentirmos e estarmos mais conscientes no movimento e nas sensações corporais advindas destas são ações que nos proporcionarão ter consciência, como aponta Nóbrega (2005, p. 80), ao abordar sobre a perspectiva fenomenológica. “Consciência corporal é a percepção que o ser humano possui de sua realidade existencial como corpo em movimento, como corporeidade”. Desta forma, o ingresso no doutorado no PPGEP irá nos fornecer elementos para encontrar respostas às nossas questões acima e, através de minha consciência corporal e de meu papel social desempenhado nesta Instituição, colaboraremos para uma educação numa perspectiva integral ou omnilateral.

Atenciosamente,
IVANA LÚCIA DA SILVA.

Ivana Lúcia da Silva possui Licenciada em Educação Física (UFRN), Mestrado em Educação (UFRN) e atualmente cursa doutorado em Educação Profissional (PPGEP/IFRN). É docente do IFRN, *Campus* Natal Central.

REFERÊNCIAS

NÓBREGA, Terezinha Petrucia da. **Corporeidade e educação física do corpo-objeto ao corpo-sujeito**. 2. ed. – Natal, RN: EDUFRN, Editora da UFRN, 2005.

NÓBREGA, Terezinha Petrucia da. **Comunicação oral**: Aulas expositivas via plataforma Meet. In: https://drive.google.com/file/d/15_oKMA423FQ1DA4Ci7oO4uS3pduxpKKB/view. Dias 07 e 08 de maio de 2021.

Santa Cruz, 29 de junho de 2022

Olá! Meu nome é Josanilda Mafra, sou assistente social e cursei o mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (PPGEP) entre os anos de 2017 e 2018. Fiz a seleção para o referido programa por admirar os trabalhos e as pesquisas que são realizados pelos docentes do quadro do PPGEP e por acreditar que, uma vez selecionada, teria a oportunidade de adquirir mais conhecimentos acerca da educação, assim como vivenciaria experiências que me fariam conhecer melhor o “universo” da pós-graduação *stricto sensu* e todas as normas, regras e rotinas relativas a esse processo de aprofundamento teórico-metodológico, crítico e reflexivo.

Ao ser selecionada para o PPGEP, me vi diante de um misto de sensações: alegria, euforia, gratidão, curiosidade, medo e ansiedade frente às novas experiências que a vida de mestranda me exigiria.

A cada aula, a cada trabalho, a cada resumo, a cada resenha, eu sentia que estava avançando em um processo completamente diferente de quando fiz a pós-graduação *lato sensu*. Os docentes eram exigentes e suas palavras estavam carregadas de conceitos que me faziam perceber o quanto eram maduros, intelectualmente falando.

Nesse processo de construção e reconstrução da minha trajetória de formação, me deparei com situações positivas, negativas e inusitadas. Gostaria de compartilhar uma em especial, pois ela me faz refletir sobre o quanto cresci e amadureci no PPGEP, já que ela me permite enxergar o quanto cheguei “verdinha” no programa e, mais importante, me permite assegurar com precisão o quanto as experiências vividas no PPGEP me fizeram desabrochar para a esfera acadêmica.

Pois bem, não vou citar nomes, mas se a minha orientadora ler essa carta vai lembrar de uma situação que passamos no início da minha jornada de mestranda, quando enviei o primeiro artigo para a publicação e recebemos um retorno negativo, mas complacente, da editora esclarecendo que o artigo não estava nas normas da revista e, durante a orientação, a minha orientadora precisou me explicar que cada revista tem a sua norma própria de publicação, uma vez que, até aquele momento, eu acreditava que somente existiam as Normas da ABNT (kkkkk).

Acredito que naquele momento ficou mais claro, sobre o quanto eu precisava aprender acerca do universo da pós-graduação *stricto sensu*.

Os dois anos se passaram e muitas batalhas foram travadas para que a pesquisa se concretizasse e pudesse fornecer os meios para a materialização da dissertação de mestrado.

Diante de todas as relações estabelecidas na pós-graduação *stricto sensu*, hoje eu agradeço a toda a equipe que compõe o PPGEP, por cada ensinamento, por cada lição, por cada orientação e por cada direcionamento. Saibam que suas intervenções contribuem para a formação de pesquisadores, mas, acima de tudo, para a formação de sujeitos que farão a diferença nos espaços socio-ocupacionais que exercem no âmbito da sociedade.

Parabéns por uma década de legado!

JOSANILDA MAFRA ROCHA DE MORAIS

Josanilda Mafra Rocha possui de Moraes possui graduação em Serviço Social (UnP), especialização em Assistência Sócio-Jurídica (UNIFACEX) e mestrado em Educação (PPGEP/IFRN). Atua como assistente social no IFRN.

Natal, 24 de maio de 2022

Minha história junto ao PPGEp começou de forma um tanto peculiar. Em um momento de lazer, sem maiores pretensões a não ser a de relaxar, eu navegava por uma de minhas redes sociais quando me deparei com a publicação de um amigo, referente ao edital de seleção de novos ingressos para o Curso de Mestrado Acadêmico em Educação Profissional no ano de 2018. Interessada estava, posto ter concluído recentemente, à época, uma Especialização em Educação Especial e Inclusiva e visar, tanto por uma questão de ascensão funcional quanto pelo interesse genuíno na matéria, o ingresso no referido grau acadêmico. Curioso foi o fato de o amigo em questão sequer possuir qualquer vínculo com o IFRN ou interesse no grau acadêmico relatado, tendo compartilhado tal informação apenas como “utilidade pública”, consoante a mim relatado posteriormente.

Porém, ao mesmo tempo em que tal compartilhamento ganhou minha atenção, lembrou-me do que constatara em processos seletivos de outra instituição, de que somente são selecionados aqueles que possuem algum vínculo com a entidade promotora do concurso em tela ou com seu corpo docente. Senti-me desmotivada ao trazer à tona tais lembranças, sobretudo porque nunca havia tido qualquer ligação com o IFRN, pois sequer conhecia seu quadro docente. Mas, como dizem os sábios: “O não você já tem”, então, por que não tentar? Assim, prossegui.

De posse de meu projeto de dissertação, que já se encontrava em curso, comecei a trabalhá-lo focando na instituição, ou mais especificamente, no programa de pós-graduação res-

ponsável pelo trâmite. Depois de muitas idas e vindas, submeti-o ao edital relatado. O processo de seleção fora constituído por três etapas: prova escrita teórica, análise do projeto de pesquisa e entrevista. Debrucei-me sobre as referências indicadas para a primeira etapa, a concluindo de forma confiante, frente à minha dedicação aos estudos. Mas, como a vida é uma caixinha de surpresas, acabei sendo reprovada nesta etapa. Certa como estava de ter atendido ao que se pedia, recorri à decisão, sem estar, contudo, muito confiante de que seria reconsiderada, frente à experiência negativa já relatada. Mas, para meu contentamento e surpresa, fui aceita, tendo as demais fases fluído tranquila e exitosamente.

Entretanto, este foi apenas o primeiro obstáculo a ser superado, pois, como já ouvi por minhas andanças: “Difícil não é entrar. É sair”. Explico que a maior dificuldade vivenciada não foi nem tanto pela dedicação e tempo que este processo demanda, os quais, enfatizo, exigem bastante do mestrando, mas principalmente o fato de não ter me afastado de meus outros papéis, como de mãe solteira, dona de casa e assistente em administração na UFRN. Felizmente, em meu percurso acadêmico pelo PPGEP, contei com uma orientação salutar e com amizades construídas que não me deixaram recuar.

Minhas perspectivas com o PPGEP eram as melhores possíveis e, devo salientar, foram amplamente atendidas, seja pela já mencionada orientação recebida, seja pela infraestrutura e qualidade dos serviços prestados. Devo confessar, inclusive, que me espantei com o clima familiar que havia entre os atores envolvidos no processo, o que para mim, pelo já relatado anteriormente, jamais aconteceria. Deparei-me com um programa de pós-graduação e com uma instituição de ensi-

no superior dotados de alto grau de ética, comprometimento e integridade, até então não vistos por outros caminhos que trilhei.

Sinto ter angariado benefícios ímpares neste meu percurso acadêmico, como uma bagagem plural e contextualizada, uma postura reflexiva e questionadora que tanto a educação de forma geral, quanto a inclusiva demandam, e, sobretudo, a força para seguir, ir além, e fazer alguma diferença na construção da educação em nosso país.

Por isso e por tudo mais que as palavras não conseguem representar, minhas sinceras e cordiais saudações e agradecimentos pela parceria e acolhimento que o PPGE, representando por seu quadro funcional, disponibilizou a mim.

JUDITHE DA COSTA LEITE ALBUQUERQUE

Judithe da Costa Leite Albuquerque possui graduação em Turismo (UFRN), especialização em Educação Especial (FAEL) e mestrado em Educação (IFRN). É assistente em administração na UFRN.

Parnamirim-RN, 28 de maio de 2022

Me foi solicitado escrever um pouco sobre meu processo formativo no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (PPGEP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Confesso que é um desafio muito grande fazer isso, sobretudo em um sábado à tarde após uma semana cansativa de trabalho dedicado ao ensino e a pesquisa. Porém, escrevo o texto com maior orgulho. Gostaria de destacar inicialmente que sou egresso do mestrado acadêmico em educação profissional do PPGEP e atualmente estou concluindo o curso de doutorado em educação profissional também do PPGEP. Ou seja, em breve serei duplamente egresso.

Eu sou um jovem homem perto dos 30 anos de idade, de origem muito popular. Eu sou o primeiro da família que concluiu um curso de mestrado. A minha mãe sempre foi empreendedora e meu pai, policial militar. Eles se separaram quando eu tinha 4 (quatro) anos. A figura paterna sempre foi emblemática e confusa para mim. Cresci vendo minha mãe trabalhar todos os dias em um pequeno comércio em João Câmara-RN, cidade em que cresci. As representações que tinha sobre ensino, escola e educação eram muito esporádicas. A única era minha tia, professora Vanusa Xavier. Cursei o ensino médio noturno numa escola de João Câmara. Fiz o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e Sisu (Sistema de Seleção Unificada). Passei em alguns cursos de nível superior, mas escolhi o curso de Biologia, em Macau-RN. Me mudei e fui começar minha vida lá, em 2011. Em paralelo, conheci meu antigo parceiro. Hoje entendo que fugi da minha vida antiga,

mas foi um movimento necessário, posto a minha realidade social e financeira e os traumas decorrentes da minha existência LGBT.

Ao ingressar no curso de Biologia no IFRN, me deparei com uma escola desconhecida para mim, pois ali tinha basicamente todos os elementos funcionando. Coisa que não via na realidade das escolas da educação básica em que fui estudante. Entretanto, uma coisa era igual nas diferentes situações: os professores. No IFRN, conheci professores maravilhosos. Dentre eles, destaco a professora Giovana Gomes Albino, que me aproximou da pesquisa e das discussões em torno dos saberes docentes. Descobri que esses professores apresentavam mestrado e doutorado e que eles gostavam de uma coisa chamada pesquisa. Então, pelas representações dos meus professores, conheci e me apaixonei pelo mundo da pesquisa.

Após participar de alguns congressos científicos e publicar alguns textos em anais e periódicos eletrônicos, decidi que gostaria de continuar descobrindo esse mundo. Então, escrevi uma monografia junto com Giovana Albino e preparei o meu projeto de dissertação para o PPGE. Consegui êxito em ambos e em 2015, estava cursando o mestrado. O caminho até lá não foi fácil, mas eu consegui. Naquele momento, não pensava em concurso, progressão salarial, impacto de título na minha carreira, nada disso. Era só um jovem garoto de 23 anos que queria continuar a estudar.

Digo isso pelo fato de muitos colegas entrarem em cursos de mestrado e doutorado para conseguir uma progressão na carreira e/ou um aumento salarial. Acho super válido, justo e coerente, mas no meu caso, naquele momento, eu só queria continuar a estudar e me tornar doutor. Essas eram as minhas

expectativas: aprender sobre pesquisa e me tornar um doutor. Nem queria ser mestre, queria logo ser doutor (rs). Ao ingressar no PPGEP como mestrando, me deparei com excelentes professores e com uma estrutura física não tão boa quanto a do IFRN-Macau. O IFRN-Central (lôcus do PPGEP) é enorme, mas a impressão que tenho é que o PPGEP é um apêndice, não tem um lugar próprio decente para o desenvolvimento das nossas atividades. O IFRN-Macau, apesar de pequeno, acolhe bem melhor seus estudantes. Lá não somos apenas números.

Apesar desse estranhamento devido à infraestrutura e a sensação de ser sempre um número no IFRN – Natal Central, o PPGEP me acolheu muito bem. Logo virei bolsista e pude me firmar melhor em Natal (mudei de Macau para Natal logo após a aprovação no mestrado). O valor recebido da bolsa de Demanda Social foi fundamental para que eu conseguisse sobreviver naquele momento. Entretanto, trabalhei muito como bolsista (rs). Ingressei no grupo de pesquisa da EJA-EPT, paguei muitas disciplinas optativas, dei expediente presencial no Núcleo de Pesquisa em Educação (NUPED), participei do Conselho do PPGEP e das inúmeras comissões decorrentes dele. Essas inúmeras atividades administrativas me levaram a entender que não quero (pelo menos nos próximos anos) me envolver com coisas administrativas, pois quero centrar meus esforços no ensino e na pesquisa.

Com relação às minhas expectativas no mestrado, obviamente elas foram supridas. Boa parte por conta das oportunidades que o PPGEP me ofereceu, mas também pelo meu interesse em querer agarrar tudo que chegava. Não percebia esse mesmo empenho na maioria dos colegas que ingressou comigo (e não julgo eles por isso, pois cada um sabe das suas

demandas) com relação a viver a pós-graduação em sua essência!!! Hoje olho para minha dissertação e vejo que poderia ser algo melhorado, mas é uma consciência produzida pela experiência que passei. Acho que o meu texto dissertativo não ficou tão bom quanto eu esperava, mas era o que tinha a oferecer no momento.

Eu fiz muitos amigos no PPGEP no período do mestrado. Vivi momentos únicos, fiz verdadeiras amizades. Essas pessoas foram fundamentais no desenvolvimento da minha pesquisa e na minha formação. Com relação aos professores, também tenho uma boa relação com todos, mas apresento carinho especial por Lenina, José Mateus, Ilane Ferreira, Andreza e, obviamente, a minha professora e orientadora Ana Lúcia.

O mestrado foi fundamental na minha formação, pois compreendi como a sociedade capitalista se organiza, bem como as forças que estão em coalisão. Além disso, aprendi sobre política pública e formação de professores. Pude aprofundar o olhar nas mediações que envolvem meu objeto de estudo e, com isso, melhorar a discussão em torno dos saberes docentes. Mas, hoje, concluindo o doutorado, vejo que a dissertação foi um ensaio para a tese. Na tese, consegui ser mais criativo, pois consegui argumentar mais, confrontar determinadas correntes teóricas que via muita fragilidade. É um exercício contínuo, que estou fazendo e continuarei a fazer.

Em 2015, no ano que ingressei no mestrado, estudei para passar no concurso como professor da rede estadual de educação. Os conhecimentos pedagógicos aprendidos no mestrado foram importantes, mas não direciono o estudo no PPGEP ao êxito de minha aprovação. Acredito que consegui passar por conta da minha formação no curso de licenciatura. O PP-

GEP nos prepara para a docência no ensino superior e para a pesquisa. Ele está contribuindo para os próximos passos que quero seguir na minha carreira profissional.

Os pontos fracos do PPGEP estão centrados na infraestrutura, pois como disse anteriormente, apesar do Natal Central ser enorme, a sensação que tenho é que somos um apêndice. Além disso, existe uma alta demanda de trabalho administrativo para os docentes do programa, que acabam por direcionar o olhar deles para outras dimensões que não são o ensino e a pesquisa. Precisamos focar no ensino e na pesquisa. A extensão também! Quando esses professores ficam afogados com demandas administrativas, acabam ficando sem tempo para o processo de orientação e sua própria produção. É muito importante que os nossos professores sejam referência para os estudantes. Que formulem seus próprios estudos e pesquisas. Que possamos referencia-los. Isso só é possível com muito trabalho de pesquisa, o que certamente não acontece quando se centra o olhar em atividades administrativas.

Outro ponto que precisa ser melhorado é a relação do PPGEP com as redes privadas e públicas de educação e de educação profissional. Existem inúmeros professores que desejam ingressar em um mestrado, mas somente a vontade pessoal de cada um não é suficiente. É preciso estabelecer relações com o governo do estado e até mesmo com instituições privadas para que esses profissionais cheguem até o PPGEP. É um desafio urgente!

O PPGEP é muito importante para mim. Tenho respeito e admiração por todos os sujeitos que fazem parte desse grupo. Me senti acolhido, respeitado e abraçado. É um lugar único. Um espaço de crescimento acadêmico, mas também pessoal.

Como falei no início do texto, não tinha muitas representações de pessoas com formação acadêmica. O PPGEP me oportunizou não só conhecer, mas ser uma pessoa com formação acadêmica.

Um forte abraço,
KAIO.

João Kaio Cavalcante de Moraes possui licenciatura em Biologia (IFRN), mestrado e doutorado em Educação Profissional (PPGEP/IFRN). É professor de Biologia no Ensino Médio (SEEC-RN).

Natal, 27 de julho de 2022.

Por que eu fiz a seleção do PPGEP? Foi uma escolha pela área ou só mais uma oportunidade de fazer um mestrado?

Caminhar para si... A docência na minha vida sempre me conduziu a trilhar diferentes caminhos. Na verdade, quando ingressei no curso de Pedagogia, não imaginava o que encontraria nessa trajetória. A única certeza que carregava era a de que eu precisava me encontrar nessa profissão ou então regredir e iniciar um novo trajeto.

A cada semestre, o envolvimento acontecia apesar dos inúmeros problemas pessoais e familiares que enfrentava. O compreender e significar o papel do educador me fascinava e via, cada vez mais, dentro de mim o brotar de uma professora. Me sentia desafiada pelos processos educativos e formativos que perpassavam minha caminhada pelo curso de Pedagogia. Ao mesmo tempo, a admiração por alguns professores me fazia sonhar com a possibilidade de um dia me tornar professora universitária. Infelizmente, vivenciei uma graduação muito voltada para o ensino e sem grandes incentivos para a pesquisa no âmbito da Pós-graduação.

Ao me formar, iniciei na docência dos anos iniciais do Ensino Fundamental e depois de dois anos, recebi um convite para coordenar um projeto de extensão da universidade em parceria com a Petrobras. Senti medo de trocar o que para mim era algo certo naquele momento por um trabalho que teria um tempo estabelecido para começar e terminar, mas acabei sendo movida mais uma vez por viver um novo desafio e trilhar por um novo caminho.

Com a proximidade novamente da universidade e de alguns professores, alguns meses depois fui encorajada a participar de um processo seletivo para professora substituta na Faculdade de Educação. Na ocasião, eu já havia concluído um curso de especialização, o que me permitiu participar do processo. Aquele sonho que me parecia tão distante foi logrado e mais um caminho profissional se abria para mim.

Na sala de aula, agora como professora formadora, sentia um anseio de aprofundar conhecimentos e de estar instrumentalizada para trabalhar o tripé da universidade ensino-pesquisa-extensão, agora vivenciado de forma mais latente naquele contexto. A partir desse momento, a necessidade pessoal e profissional para ingressar no mestrado tornou-se imprescindível, mas eu ainda resisti um pouco em virtude das demandas de trabalho, pois atuava tanto na universidade quanto no projeto e isso consumia muito o meu tempo, e eu ainda tinha que gerir ainda alguns problemas pessoais.

Depois de um tempo, tentei a seleção na segunda turma de Mestrado em Educação da UERN, mas por circunstâncias adversas não pude concluí-lo, mesmo chegando a fase final.

Passei a vivenciar, por conta disso, um grande dilema pessoal. Me julguei incapaz, senti vergonha, me vi desmotivada e perdida diante daquele caminho que eu sentia ser tão meu. Quantas vezes passei em mudar a trajetória e buscar outros horizontes. Mas o companheiro que eu escolhi para vida não me deixou esquecer do sonho que me impulsionava quando nos conhecemos. Ele começou a me incentivar a buscar outros programas de Pós-graduação para recomeçar e escrever uma nova história.

Foi quando que num encontro inesperado com duas ex-alunas da UERN e alunas do PPGEP na ocasião, fiquei co-

nhecendo o Programa e recebi um grande incentivo também por parte delas para participar da seleção. A princípio não via nenhuma articulação possível com a temática da Educação Profissional, mas ao direcionar o olhar para a minha própria prática, recordei da experiência de algumas alunas no estágio supervisionado junto as pedagogas do IFRN e encontrei ali uma possibilidade de pesquisa.

Me inscrevi em duas seleções de mestrado: o POSENSINO e o PPGEP, e acabei sendo aprovada no segundo. Eu queria realizar o sonho do mestrado, vivenciar essa experiência, a escolha pelo PPGEP foi circunstancial, mas sempre alicerçada pelo compromisso ético e profissional com a docência e com a busca da realização pessoal.

Apesar de almejar o título de mestre, as principais perspectivas que eu tinha voltava-se para a apropriação de um conhecimento novo e sobre como eu poderia instrumentalizá-lo na minha prática profissional, depois de tê-lo incorporado no desenvolvimento da pesquisa. Parafraseando Paulo Freire, ninguém escolhe ser professor numa terça-feira à tarde, nos formamos professores! No início, confesso que foi um exercício difícil, tendo em vista como a Educação Profissional foi concebida teoricamente em sua construção histórica. Mas o compromisso que estabeleci com a docência desde a minha formação inicial conduzia esse diálogo entre as disciplinas que eu ministrava nas licenciaturas e as leituras das disciplinas que eu estudava no mestrado. Feito esse que só foi possível por vivenciar uma prática crítica e reflexiva da docência e que, muitas vezes, também foi maestrada pelo meu orientador, que ouvia meus devaneios e inquietudes.

Em minhas memórias nos tempos do PPGEP, recordo-me do encantamento que senti por aquela instituição ao observar a filosofia de educação viva nas paredes dos blocos, nas ações dos estudantes no pátio, nos cartazes que problematizavam questões políticas-culturais e sociais e que se harmonizam com as teorias discutidas nas salas do PPGEP sobre a escola unitária de Gramsci, a politecnicidade e a dualidade estrutural da educação. Mas também sentia o peso da responsabilidade na formação de professores porque não via essa prática social bem articulada de onde eu vinha.

Posso afirmar que o PPGEP acrescentou, além de novos conhecimentos, um novo olhar para educação, mais crítico, mais consciente e realista, fortalecendo minha própria filosofia de educação, principalmente no que se refere ao meu papel político e social, enquanto educadora.

O sistema capitalista, no decorrer dos anos, vem modificando a função social da escola e trazendo a lógica mercadológica para dentro dos seus muros. Consequentemente, a educação no seu sentido mais amplo tem se direcionado à visão reducionista da Educação Profissional enquanto ensino técnico-profissionalizante. Neste sentido, acredito que o PPGEP poderia ampliar suas linhas de pesquisas, considerando tal perspectiva. Teríamos um leque maior de experiências a serem analisadas sob o arcabouço teórico que perpassa a Educação Profissional, além de possibilitar resultados mais relevantes para os problemas que emergem na sociedade.

Assim que concluí o mestrado, iniciei como professora substituta na UFRN na área de Políticas da Educação. Nesse contexto e na dinâmica específica dos cursos no qual tive a oportunidade de ministrar minhas aulas, pude perceber o

quão valioso foi para mim toda a aprendizagem adquirida na Pós-graduação. Exercitei com mais ênfase as reflexões teórico-práticas que realizei durante o mestrado e percebi, de maneira positiva, o impacto na formação de muitos alunos, principalmente os do curso de licenciatura em Teatro.

O desejo de prosseguir na Pós-graduação, agora no doutorado, estava mais forte. Quando estava vivenciando a seleção, perdi o foco com a realização de um sonho pessoal: a maternidade. Não queria conflitar duas coisas que para mim, eram muito importantes. A ansiedade naquele momento interferiu na finalização da elaboração do projeto e acabei sendo eliminada nessa fase.

No ano seguinte, motivada pelo meu esposo, mais uma tentativa. Mas era quase humanamente impossível trabalhar no projeto, com uma bebê no colo e sem rede de apoio. Mesmo assim, tentei um novo processo seletivo, escrevi muitas vezes com Cecília no meu colo chorando, querendo minha atenção. Me sentia angustiada, mas Geovane me encorajava o tempo todo. Fui reprovada novamente no projeto de pesquisa, mas estava feliz por ter tentado. Em 2020, resolvemos colocar nossa filha na creche e eu iniciei como aluna especial numa disciplina do doutorado, mas com o início da pandemia, nossos planos foram frustrados. No final do ano, abriu um processo seletivo para professor substituto no IFRN - *Campus* Ceará Mirim e meu esposo fez a inscrição. Ele dizia que mesmo não sendo fácil o nosso contexto, eu não poderia deixar de participar da seleção. Não era apenas uma questão financeira, era também pelo o que motivava o pulsar do meu coração. Foram 54 inscritos, 32 candidatos realizando a prova didática e eu sendo aprovada em primeiro lugar. Foi uma emoção indescritível, a chama que me movia no exercício da docência se mantinha viva ainda dentro

de mim. Infelizmente, não pude assumir porque o prazo de 24 meses do meu último contrato ainda não havia expirado, mas esse resultado não esfriou a chama acesa no meu coração.

No ano passado, 2021, agora movida pela necessidade financeira, me submeti à seleção para oficiais temporários da Força Aérea Brasileira (FAB), para atuar como pedagoga. O processo foi longo e organizado por várias etapas: análise de currículo, inspeção de saúde, teste físico e estágio. Concluí o processo em primeiro lugar na minha área, mas confesso que o período de estágio foi o mais difícil, pois foi o momento onde os meus conflitos mais gritaram. Não me via militar, discordava daquela doutrina de instrução e com muitas outras coisas. Vivi dias difíceis e de grandes dilemas. A vontade de desistir me cercava a todo momento, mas em minhas orações, pedia a Deus sabedoria e que encontrasse ali um sentido para atuar profissionalmente sem negar a minha essência e tudo que havia construído e aprendido até então.

Aos poucos, entre uma instrução e outra, comecei a ouvir algumas coisas que me ajudaram a iniciar o processo de ressignificação: “Aqui é proibido discutir política partidária”; “A FAB está a serviço da população brasileira, é quem paga os nossos salários”; foram algumas das coisas que ouvi e que me ajudaram a tranquilizar o coração naquele momento. Hoje, atuo numa unidade voltada exclusivamente para o ensino por meio da realização de cursos presenciais e na modalidade a distância para aviadores, contribuindo com o meu conhecimento pedagógico desde a elaboração da documentação de ensino até o planejamento e produção do material didático dos cursos.

Ainda é um grande desafio. Principalmente pela cultura machista ainda muito presente e por questões ideológicas

ainda enraizadas, mas trabalhamos para desconstruir o que estiver ao nosso alcance, promovendo reflexões mais críticas e dialógicas no contexto do ensino militar. Acreditando, como assim profere Ferreira (2006) que:

Ser professor é profissão de pessoas sonhadoras, generosas e altruístas. Arquitetos de gente que, em geral, não chegam a ver os seus projetos humanos prontos. Engenheiros de ideias que não entregam suas construções concluídas. Médicos que não curam a febre do conhecimento. Advogados de inocentes perseguidos pela ignorância. Artistas visionários de obras incógnitas. Escritores frenéticos de versos esquecidos. Maestros pacientes na afinação de orquestras sem partituras. Contudo, o ofício de ensinar também é o palco frequente de apresentações tensas e de atores incompreendidos. Ainda que os professores sejam iludidos (engano e manipulação?) ou seduzidos (cegueira e paixão?) por narrativas utópicas e ficções quixotescas, não há como deixar de prestar atenção na precariedade do palco e do cenário. [...] E, ainda assim, os professores se dedicam ao seu necessário espetáculo mambembe de todos os dias. O show não pode parar! (FERREIRA, 2006, p. 9).

Esse é o meu maior desejo: voltar a esse palco e viver a utopia de que ser professor/educador é ter a oportunidade de continuar a ser sonhadora, generosa e altruísta. Assim sendo,

podemos agir como agentes transformadores da sociedade para a construção ou tentativa de um mundo melhor. Com esse desejo, sigo caminhando, à procura de novos horizontes.

Esta reflexão me faz voltar as palavras finais da minha dissertação de mestrado, que discorria justamente sobre o desenvolvimento profissional das pedagogas do IFRN.

Quando escolhemos um caminho, ou melhor, uma profissão, não sabemos aonde ela irá nos levar. Podemos até fazer algumas deduções, interferir nos processos, mas o fato é que nunca teremos o controle da situação e muito menos dos resultados que iremos encontrar. Às vezes é impossível evitar o tropeço ou até mesmo a queda, mas o mais importante é a possibilidade de aprender com as circunstâncias adversas e nos fortalecer durante a nossa caminhada.

[...] Essa condição de ser em construção, capaz de se integrar, como sugere Freire (1997), é que nos motiva a perceber criticamente e, com isso a pesquisar no intuito de modificar o que está condicionado, nos tornando sujeitos e não apenas objeto da nossa própria história.

Só fica o que significa... O que aprendemos nessa caminhada, de tudo o que foi vivido, de tudo o que foi falado, de tudo o que foi ouvido, de tudo o que foi sentido, foi: “Vai! Desprende a bolha da memória e vai além... porque tem horizontes” (MOREIRA, 2018, p.131).

Essa carta que me conduziu num caminhar para si, não só me levou novamente a um encontro comigo mesma no mestrado, como me possibilitou em reencontro com os meus sonhos, com a minha essência enquanto educadora e me mostrou que ainda é possível trilhar os mesmos caminhos e escrever novas páginas nessa história.

Atenciosamente,
KARDENIA ALMEIDA MOREIRA

Kardenia Almeida Moreira possui licenciatura em Pedagogia (UERN), especialização em Psicologia Escolar e da Aprendizagem (FIP) e mestrado em Educação Profissional (PPGEP/IFRN). Foi professora substituta na UFRN e na UERN e atualmente atua como pedagoga na Força Aérea Brasileira (FAB), em Natal-RN.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, A. L. **Entre flores e muros:** narrativas e vivências escolares. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MOREIRA, K. A. **O desenvolvimento profissional de pedagogos atuantes na Educação Profissional no IFRN/campus Natal-Central.** 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal, 2018.

Mossoró/RN, 22 de junho de 2022

Caro professor Chagas,

Venho por meio desta carta dialogar/compartilhar contigo a minha trajetória acadêmica/pessoal e como ela me trouxe ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional – PPGEP. Acredito, professor Chagas, que na vida somos cercados por frequentes processos de escolhas, sejam estas para definir algo efêmero ou para uma decisão que requer certa cautela, pois poderá ser uma opção duradoura. Tais escolhas são influenciadas pelo ambiente familiar, pela cultura da qual fazemos parte, pela instrução que recebemos ao longo da trajetória educacional e pelo ambiente profissional, assim ocorre na trajetória como discente e pesquisadora, em que as experiências vivenciadas no cotidiano e/ou na carreira profissional podem, em muitos casos, ser influenciadoras para a escolha do objeto de pesquisa com o qual iremos trabalhar.

Minha trajetória educacional sempre se deu em instituições públicas, desde a alfabetização até a educação superior. Durante a minha caminhada como discente, tive a experiência de viver a realidade de práticas de ensino e de uma organização curricular desenvolvida a partir da cisão entre os conteúdos das disciplinas, sempre cada um na sua “caixinha”, nunca havendo uma articulação entre os conhecimentos. Acredito que a orientação educacional ministrada desse modo passa a ser pautada na separação entre as ciências, não permitindo que, como discente, o educando possa desenvolver uma análise crítica e reflexiva sobre a realidade de vida, limitando a

sua participação social a uma mera aceitação daquilo que está sendo posto por outras pessoas.

As minhas primeiras experiências escolares (de 1993 a 1996) se deram em duas instituições de ensino: a primeira, municipal, e a segunda, estadual, ambas na minha cidade natal, Apodi, no Rio Grande do Norte. Recordo-me de que havia duas professoras que lecionavam todas as disciplinas, sendo cada uma em um dia diferente durante a semana. O currículo disciplinar esteve presente também da 5ª à 8ª série (de 1997 a 2000), cursadas em outra escola do mesmo município no qual eu residia. Lembro que me deparei com diferentes dificuldades para a aprendizagem na fase do Ensino Médio (de 2001 a 2003) e acredito que tais dificuldades possam ser advindas da forma disciplinar como foram construídos os saberes educacionais, durante toda a minha trajetória como discente, o que fracionou e tornou frágil a captação das ideias e dos conceitos.

A minha orientação educacional quando criança e, mais tarde, como adolescente, não proporcionaram nenhum incentivo na minha escolha e ingresso na universidade. Diferentemente do que é esperado quando se conclui o Ensino Médio, não prestei vestibular. Optei por garantir a minha inserção no mercado de trabalho e, pelo fato de não haver a oferta de cursos superiores naquela época na cidade em que eu residia, a entrada na Universidade não passou a ser, então, a minha prioridade. Passados dois anos da minha formação no ensino básico, pude refletir sobre a importância que a formação no curso superior pode exercer sobre a carreira profissional, ao perceber que, no mercado de trabalho, eu não alcançaria estabilidade financeira, por se tratar de um meio bastante excludente.

A escolha pelo curso de bacharelado em Turismo, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), deu-se inicialmente pelo fato de eu não desejar atuar na área das licenciaturas. A ideia de ensinar era algo que estava muito distante dos meus objetivos, por não me idealizar como professora. Recordo que, nessa fase, uma das minhas tias já era licenciada em Geografia e atuava como docente em uma instituição privada. Por meio das experiências e dos relatos dela, passei a ver a profissão docente de forma desvalorizada. Eu pretendia conhecer outros lugares, aprender sobre outras culturas e acreditava que esses objetivos seriam concretizados se eu me tornasse aluna do curso de Turismo. Além disso, também acreditava que a graduação não me levaria profissionalmente a atuar em sala de aula. Das opções ofertadas pelo processo seletivo da UERN em bacharelado, o curso de Turismo foi o que me despertou maior interesse.

Foi devido ao fato de não pretender exercer a profissão docente que se deu a opção por Turismo, inicialmente. Porém, durante o curso, fui percebendo que, dentre as áreas oferecidas para uma bacharel em Turismo trabalhar, eu não conseguiria me caracterizar como uma profissional do turismo. No terceiro período do curso, houve a oportunidade de participar de uma seleção para atuar como monitora na disciplina de Turismo e Cultura. Fiz a inscrição e fui aprovada. A participação na monitoria foi, então, o “divisor de águas” na minha vida, pois pude perceber que era com a docência que eu me identificava como profissional. Concluí a minha formação em Turismo em 2013.

Diferentemente do esperado por um profissional que teve uma formação em bacharelado, as minhas primeiras oportunidades profissionais foram para lecionar, sendo todas es-

sas na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Trabalhei como docente nos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Tais práticas se deram em três instituições diferentes, sendo duas destas públicas e uma privada. Ministrei aulas nos cursos de organizador de eventos, de recepcionista de hotel, de camareira e de garçom. Vale ressaltar que a minha experiência como docente, em uma das instituições públicas, ocorreu por meio do Programa Nacional Mulheres Mil³⁴.

As oportunidades que encontramos nas primeiras experiências profissionais sempre são válidas. Mas é necessário destacar que, durante a minha atuação na EPT, pude perceber que se tratava de uma instrução com um viés mercadológico, permitindo que eu desenvolvesse uma visão mecânica sobre os princípios norteadores dessa modalidade de ensino e educação. Portanto, não via o trabalho como princípio educativo, conforme definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (2012), que integram ciência, tecnologia e cultura, e difere da pedagogia tecnicista da “robotização do ser humano, [...] quando as necessidades do capital impõem ao homem trabalhador somente o saber fazer [...]” (ARAÚJO; RODRIGUES, 2010, p. 53).

Em meio à minha trajetória profissional, fui selecionada para ser discente no curso de Especialização em Educação e Contemporaneidade no IFRN e, por meio da disciplina Trabalho e Edu-

34. Trata-se de um Programa do Governo Federal que tem como meta principal incluir, no mercado de trabalho, mulheres que se encontram em situação de extrema pobreza e que não tiveram a oportunidade dessa inserção pela falta do acesso ao ensino.

cação, lecionada no curso, pude conhecer outros elementos presentes na discussão sobre a EPT, como o Ensino Médio Integrado (EMI). Mais tarde, passados dois meses que conclui o curso de especialização, fui aprovada na seleção para o curso de mestrado no Programa de Pós-graduação em Ensino (POSENSINO).

A experiência vivenciada no curso de especialização suscitou o interesse em pesquisar sobre as perspectivas de um currículo que tivessem como aspectos principais a integração entre a formação geral e a profissional. Além disso, o interesse de ter como foco de análise as disciplinas de Ciências Humanas se deu no instante em que considerei a necessidade de aproximar a minha proposta de estudo com a linha de pesquisa na qual eu estava inserida no Programa – Ciências Humanas e Sociais. Dessa forma, tomando como base o EMI no IFRN, pude perceber que a discussão sobre a integração curricular é a pauta principal do Projeto Político-Pedagógico (PPP), elaborado em 2012. Tal análise e pesquisa culminaram na construção da dissertação intitulada: “O ensino de ciências humanas no ensino médio integrado no IFRN: uma análise nos documentos institucionais”, a qual, passados dois anos da sua defesa, fora publicada como livro pela Editora IFRN, agora com o título: “Um (des)humano na engrenagem: ciências humanas e formação para o trabalho”.

Foi então, professor Chagas, partindo dessa teia construída que vários questionamentos acerca da EPT foram aflorados. Então, entendendo como uma necessidade para a continuidade da pesquisa neste campo de estudo, me inscrevi, em 2021, na seleção do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (PPGEP) e tive êxito para a aprovação. A minha escolha pelo PPGEP esteve atrelada ao meu processo formativo

enquanto mestranda, pois sempre participei presencialmente dos eventos nacionais e internacionais organizados pelo programa, assim, sempre tive o desejo em fazer parte dele. Entrei no PPGEF com uma proposta de estudo que tinha como anseio a pesquisa no campo da EP a partir das modalidades de ensino, mas tal proposta logo foi modificada para atender tanto aos aspectos da linha de pesquisa que me inseri – Linha 3: História, Historiografia e Memória da Educação Profissional – quanto como uma forma de alinhar as minhas aproximações com as da minha professora orientadora. Partindo disso, venho desenvolvendo um estudo sobre a formação de professores para a educação industrial a partir da Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial (CBAI).

A proposta do Programa parte de um viés pautado nas contribuições Marxianas, e logo nas primeiras disciplinas, os discentes são levados a essas reflexões. As discussões articuladas nas/pelas disciplinas, para além de um simples cumprimento de proposta de aula, nos leva a compreender a organização social e econômica da sociedade, nos leva a compreender a própria vida. Logo nas primeiras disciplinas ministradas, pude encontrar elementos que dessem suporte ao meu objeto de pesquisa e isso foi de extrema importância para que eu pudesse me encontrar enquanto pesquisadora da área da EP. Dentre as características da proposta do curso, a principal delas é o formato dos seminários de pesquisas. Tais seminários nos permitem apresentar, a cada semestre, um capítulo do trabalho que está sendo construído – tese – e essa proposta desencadeia uma maior aproximação do aluno/pesquisador com a sua pesquisa, o que nos leva a estar nesse frequente processo de fazer/refazer a pesquisa.

Acredito, professor Chagas, que todos os caminhos, ou seja, todos os ciclos que fazem parte da nossa vida, são fundamentais para o nosso processo de construção humana, do nosso fazer enquanto sujeitos sociais. Digo isso por compreender o quanto a inserção no Programa me fez refletir sobre diferentes aspectos e áreas da minha vida, seja a profissional ou pessoal, e é nesse entendimento que considero a relevância que o processo formativo do Programa possui. Sendo assim, a escolha pelo PPGEF é derivada então tanto da minha experiência como docente no campo da educação profissional, quanto do meu processo enquanto pesquisadora da área da EP, a qual mantive mesmo ao término do curso de mestrado.

Atenciosamente,
FRANCISCA LEIDIANA DE SOUZA.

Francisca Leidiana de Souza possui bacharelado em Turismo (UERN), licenciatura em Pedagogia (UNIP), especialização em Educação e Contemporaneidade (IFRN/Mossoró), e mestrado em Ensino (Posensino – UERN/IFRN/UFERSA). Atualmente é doutoranda em Educação Profissional (PPGEF/IFRN) com bolsa Capes.

REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. Referências sobre práticas formativas em educação profissional: o velho travestido de novo frente ao efetivamente novo. **Boletim Técnico do SENAC: A Revista da Educação Profissional**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 51-63, maio. 2010.

Currais Novos, 12 de julho de 2022.

Independentemente do estilo do narrador e do gênero assumido, um elemento-chave em que se constitui a matéria-prima necessária para a tessitura das histórias é constituída pela gestão da memória daqueles que as narram. Assim, o texto que empreendi nesse itinerário busca refletir sobre o meu trajeto com base em alguns recortes. Para isso, recorreremos à memória de aspectos associados às experiências formativas impulsionadas pelo contexto acadêmico e profissional, mais especificamente, a partir do marco temporal da nossa graduação.

Em 2007, iniciei a graduação em pedagogia na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), polo Currais Novos. Foi um tempo que exigiu muita mobilização e esforço intelectual. Além de aulas muito cansativas, pois estas se processavam aos sábados, durante todo o dia precisava equacionar uma negociação de trabalho de forma que compensasse minha ausência na empresa para poder estudar em horário de expediente.

A despeito desse tempo de abertura intelectual decorrente da graduação, o primeiro ano me oportunizou, além de saberes disciplinares essenciais mediante os componentes curriculares, um percurso formativo e de amadurecimento cognitivo no tocante aos assuntos da sociedade, trabalho e educação e, sobretudo, da formação de professores, cuja temática viria a ser objeto de pesquisas conforme se consolidava a minha verticalização de estudos. Nesse sentido, o ingresso na faculdade de Pedagogia foi o meu passaporte para alcançar novas compreensões sobre realidades que até então eu as ignorava.

À medida que introduzi meu diálogo com alguns pensadores da educação, fiquei em estado de *Flow*³⁵. Lembro, por exemplo, do encantamento que me incorreu quando, pela primeira vez, ouvi ideias de Rousseau, Pestalozzi, Maria Montessori, Piaget, Vygotsky, dentre outros. Todo esse arcaibouço teórico afetou sobremodo a minha sensibilidade e discernimento de questões educacionais.

Durante os anos de curso, precisei envidar muitos esforços para viabilizar os momentos de leitura dos textos, pois conjugava uma estafante rotina de trabalho com uma vida acadêmica, posto que no emprego, na então Microfácil Informática, eu cumpria uma jornada de cinquenta e cinco horas semanais.

Logo, quando olho no retrovisor, reflito como foi essa estação da minha vida complexa, como também penso sobre os dificultadores que se colocam no percurso existencial dos filhos da classe trabalhadora, que precisam, simultaneamente, produzir suas existências materiais ao mesmo tempo em que estudam nesse país.

Todo esse percurso formativo de minha formação em Pedagogia imputo ser a primeira condição que me outorgou o ingresso na docência no ensino fundamental e, depois, superior. Da graduação, portanto, decorreu a primeira fase da minha profissionalidade docente. Considerando o fato de minha família não ter recursos materiais, foi mediante o curso superior que pude reunir as condições necessárias para poder empreender projetos e alcançar conquistas. Assim, uma delas

35. Trata-se de um estado mental onde a mente humana realiza uma experiência em imersão, sentido maior energia, satisfação e foco no decorrer da execução.

foi o ingresso no serviço público, por meio de concurso para a função de professor polivalente, em 2010, e a função de coordenador pedagógico, em 2015, sendo essas experiências que contribuíram para um emprego com melhor remuneração para, com isso, buscar a superação do ciclo de fragilidades que trazia minha origem social.

Adiante, reflito sobre meu percurso na pós-graduação, desde a especialização em Língua Portuguesa e Matemática, passando pelo mestrado em Ensino, chegando no doutorado em Educação Profissional.

Em 2012, já tendo passado dois anos que havia concluído a graduação em pedagogia, resolvi ingressar na pós-graduação *lato sensu* em Língua Portuguesa e Matemática numa abordagem transdisciplinar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). O curso foi ofertado na modalidade a distância e desde as primeiras situações formativas, contribuiu substancialmente com a formação da minha escrita acadêmica, bem como para me aproximar dos estudos interdisciplinares.

O curso oportunizou a afinidade com a problemática da interdisciplinaridade e com alguns expoentes teóricos que dialogam com as proposições pedagógicas de caráter interdisciplinar, tais como: Japiassu, Morin, Frigotto; Fazenda, Henrique, A. L. S; Nascimento, Santos, Santomé, dentre outros.

Após alguns itinerários profissionais e formativos no campo educacional, fui aprovado na condição de professor substituto de didática no IFRN, *Campus* Mossoró. Para mim, foi um momento distinto de tudo aquilo que já tinha vivenciado, o qual produziu um ponto de inflexão na minha carreira profissional e na minha vida acadêmica.

É nesse contexto de atuação no IFRN, entre os anos 2014 e 2016, que construí novos relacionamentos, os quais me influenciaram e me conectaram com um projeto de mestrado.

Nesse período, adentrei na condição de aluno especial no Programa de Pós-graduação em Ensino (Posensino), onde estabeleci interlocuções teóricas com os debates sobre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM). As reflexões oriundas das aulas desse componente curricular, ministradas pelo Professor Doutor Francisco das Chagas Souza, possibilitaram a apreensão de ferramentas conceituais essenciais à compreensão dos postulados desse campo epistêmico.

Esse arcabouço teórico me facultou alguns dos meios necessários para conquistar o ingresso como aluno efetivo no mestrado no referido programa (POSENSINO). O ingresso no mestrado como aluno efetivo ocorreu em 2015.

Um fato que me afligiu nesse processo de seleção do mestrado ocorreu em razão da entrevista ser designada com um dia de diferença da data prevista para o nascimento da minha filha Luiza Kauanny. Logo, nas circunstâncias após o seu nascimento, na cidade de Natal/RN, tive que deixar minha esposa num corredor da Maternidade Escola Januário Cicco, à espera de um leito, o que ocorreu algumas horas depois. No dia seguinte, me dirigi apressadamente à cidade de Mossoró/RN para participar da referida entrevista.

Posso dizer que foi um dia intenso e inesquecível. Minha primeira filha chegou ao mundo, e precisei deixá-la para lutar por um outro sonho. Num momento que se afigurava como uma grande ebuliência emocional, fiz a entrevista. Voltei para a maternidade. Chorei. Fui aprovado e segui.

Não bastasse isso, cursei disciplinas, cumpri os créditos, realizei a pesquisa, defendi minha dissertação enfrentando doença na família e sendo cuidador de meu pai e de minha mãe, já que possuem transtornos mentais que os acometem desde muito tempo. Foram dias que exigiram muita convicção e desejo de mudança, pois não foi fácil administrar emocionalmente, custear as viagens e ainda arcar com as demais despesas junto à minha família. Sem dúvidas, vivenciei muitos dramas, mas, como muitas vitórias retumbantes da vida, doeu, mas valeu.

Cabe também destacar a importância da orientação que recebi do Professor Doutor Francisco das Chagas Souza, a contar das aulas que ministrou, percorrendo pelas bibliografias essenciais que indicou para a minha formação, como também pelas sugestões valiosas para a tessitura do projeto de pesquisa e pelas orientações no decurso de todo o processo, inclusive no dia da defesa, quando esteve atento e ativo durante toda a arguição.

Em síntese, o meu mestrado foi um divisor de águas em minha vida, pois em sua totalidade, produziu marcas profundas em minha formação acadêmica, sendo que alguns componentes e professores foram essenciais para a produção da dissertação e, especialmente, para a minha produção de conhecimentos. Essa vivência de produção intelectual permitiu uma imersão teórica que impulsionou a divulgação de compreensões, indagações e descobertas sobre várias temáticas pertinentes, tais como: Educação Profissional e Tecnológica (EPT), Programa Residência Pedagógica, Didática, Integração Curricular, Formação de Professores, Planejamento e Gestão da Educação e Tecnologias Educacionais.

Em 2020, fui aluno especial de doutorado do PPGEP/IFRN, no componente sobre Currículo. Na ocasião, participamos de um projeto colaborativo de escrita de um ebook sobre Paulo Freire e de outras produções intelectuais envolvendo o referido componente curricular. Sempre foi um desejo constante ingressar no PPGEP, pela sua credibilidade e pelo fato de estar vinculado diretamente com o campo epistêmico da Educação Profissional e Tecnológica, o qual sempre esteve em nosso espectro de pesquisa.

Em 2021, meu projeto de pesquisa (na linha de formação de professores) foi aprovado na seleção do doutorado no PPGEP/IFRN. Foi uma seleção distinta de todas que já participei, tendo em vista o contexto pandêmico derivado da doença COVID-19, que de leste a oeste do planeta, ceifou milhares de vidas. Seu ineditismo nos tornou impotentes e nos afastou das ruas, do trabalho e dos familiares.

No processo de seleção do doutorado do PPGEP, destaco um ponto que julgo ser uma fragilidade da seleção e que pode ser objeto de aperfeiçoamento de outros editais do certame. Diz respeito ao requisito de apenas um trabalho acadêmico publicado nos últimos 04 (quatro) anos para os(as) candidatos(as) ao curso de Doutorado. Por conseguinte, o edital não preconizou pontuações para a produção acadêmica do candidato. Ora, uma dimensão-chave que deveria ser considerada para selecionar um pesquisador para empreender uma investigação doutoral não seria sua produção intelectual prévia, bem como sua imersão, seu itinerário de pesquisa e sua produtividade? Não obstante, o edital poderia empregar pesos distintos, mas jamais ignorar a produção acadêmica dos candidatos, em especial, os de doutorado.

Realizar pesquisa no Brasil não é coisa fácil, logo, esse esforço deve ser considerado.

Retornando ao IFRN, preciso considerar que ele foi a primeira instituição federal que frequentei como estudante após ter feito graduação; nele, fui professor substituto, aluno especial, participei de duas especializações e o mestrado, e, obviamente, todas essas experiências produziram consequências e deixaram marcas formativas indeléveis na minha vida pessoal e profissional.

A chegada ao PPGEP foi marcada por muitas expectativas e um elevado interesse, mesmo sabendo que pelo menos os dois primeiros semestres caminhavam para ser ofertados em formato remoto. Reconheço que um somatório de elementos proporcionaram esse acentuado retorno, dentre eles estão: o fato de estar com mais idade e com um significativo nível de consciência, reunir um maior escore de leituras, e, por fim, a projeção da existência de um tempo mais significativo para estudos, possibilitado pela bolsa CAPES. O fato de a oferta ser materializada nessa condição emergencial em nada subtraiu as inúmeras reflexões decorrentes das situações formativas que os componentes curriculares produziram.

Em suma, com base no itinerário, ainda em curso, do doutorado, eu ampliei significativamente minha produção intelectual e, conseqüentemente, as pesquisas. Ademais, muitas destas reflexões foram recentemente reunidas e em ambas tive o privilégio de assinar como um dos autores, ao lado da minha orientadora da tese, a professora Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares.

O retorno às leituras no campo de políticas também tem sido muito relevante para fundamentar as minhas aulas na

graduação e, posteriormente, na pós-graduação, tal como reverberou de forma positiva na minha experiência em pesquisa e no meu trabalho de orientação. Por fim, outro fator de impacto tem sido o aprofundamento teórico e os contributos do doutorado para a minha formação, especialmente na atuação docente, em função da escolha do meu objeto estar situada no espectro da formação de professores, que toca as minhas demandas formativas no contexto escolar. Em conclusão, essa fecunda experiência de investigação não só carrega o potencial de possibilitar muitas estações de aprendizagens e desenvolvimento, mas, sobretudo, de fazer conexões com um futuro de efetivas transformações.

Atenciosamente,

LUIZ ANTONIO DA SILVA DOS SANTOS

Luiz Antonio da Silva dos Santos possui licenciatura em Pedagogia (UVA), mestrado em Ensino (Posensino – UERN/IFRN/UFERSA) e atualmente cursa doutorado em Educação Profissional (PPGEP/IFRN), com bolsa Capes. Atua na coordenação pedagógica da Escola Estadual em Tempo Integral Tristão de Barros e na docência da Rede Municipal de Ensino, ambos em Currais Novos-RN.

Natal, 24 de junho de 2022.

Ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional
- PPGEF

Ao narrar sua própria história, a pessoa procura dar sentido às suas experiências e, nesse percurso, constrói outra representação de si: reinventa-se. [...] somos a narrativa aberta e contingente da história de nossas vidas, a história de quem somos em relação ao que nos acontece (PASSEGGI, 2011, p. 147³⁶).

Neste momento em que lhe escrevo, sinto-me desafiada a iniciar um processo de escrita reflexiva sobre uma experiência singular vivida em um espaço onde muito aprendi e me transformei em termos profissionais, mas especialmente como ser humano. Eu me chamo Adilina Andrade, tenho 46 anos e sou servidora pública federal. Escrevo esta carta com o intuito de trazer à memória o processo de formação acadêmica que vivenciei quando cursei o mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – PPGEF/IFRN. Aqui, na tentativa de refletir sobre o meu próprio processo formativo, narrarei vivências acadêmicas neste programa, discutindo o impacto dessas experiências na minha formação profissional.

Começo dizendo os motivos que me levaram ao PPGEF, para fazer a pós-graduação. Minha participação no processo

36. PASSEGGI, M. C. A experiência em formação. **Educação**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 147-156, maio/ago. 2011.

seletivo se deu em virtude da minha atuação profissional, na condição de pedagoga da educação profissional no IFRN, com o objetivo de ampliar meus conhecimentos acerca da Educação Profissional e Tecnológica, um novo campo do conhecimento em minha vida, no qual eu precisava lidar com saberes específicos dessa modalidade de ensino no meu fazer profissional.

Então, fui aprovada no processo seletivo para ingresso no ano de 2014, na segunda turma ofertada, na linha 2, Formação Docente e Práticas Pedagógicas na Educação Profissional. A referida linha tem dois eixos de investigação: os processos de formação docente, inicial e continuada e as práticas pedagógicas desenvolvidas no campo da Educação Profissional. Iniciei as atividades acadêmicas no programa no ano de 2014 e concluí o mestrado no ano de 2016. Durante o percurso formativo, me identifiquei muito com o curso e me senti acolhida pelo programa. Eu teria muitas coisas a destacar dessa riqueza dessa experiência formativa, mas o que marcou de forma mais significativa minha formação, desde o processo seletivo, foram alguns termos do repertório teórico que são muito próprios da EPT, tais como politecnia, omnilateralidade, integração, currículo integrado e a tríade ensino, pesquisa e extensão, termos bem presentes nos documentos institucionais do IFRN e que não fizeram parte da minha formação inicial. Com eles, aprendi não apenas o seu valor semântico, mas o peso político que assumem em relação à formação da classe trabalhadora no sentido de formar pessoas de forma crítica e comprometida com a transformação das relações sociais em uma sociedade democrática.

No mestrado, meu objeto de pesquisa foi o currículo integrado do curso de Comércio PROEJA do IFRN - *Campus Natal*

Zona Norte, *campus* no qual eu já atuava como pedagoga nessa época. Durante o estudo foi possível compreender melhor o campo da educação profissional e analisar, historicamente, como ele se desenhou ao longo dos anos, observando como essa área do conhecimento está marcada por desafios, mas também como tem possibilidades para sua concretização, tornando-se cada vez mais necessária.

Investigar o currículo integrado do PROEJA trouxe-me experiências muito significativas e gratificantes. Essa experiência de pesquisa fez-me conhecer um pouco mais da história de vida dos alunos desse programa, de como foi seu ingresso no curso, quais seus anseios e dificuldades encontradas para fazer o curso e quais as suas expectativas em relação à vida profissional e acadêmica após concluírem a formação.

Nesse sentido, o processo formativo no PPGEP foi uma experiência realmente muito gratificante para mim. Com muita saudade, lembro-me de que batizamos a nossa turma como “os contra hegemônicos”, muito influenciados pelas discussões ocorridas nas disciplinas Sociedade, Trabalho e Educação e Ciência e Produção do Conhecimento. Em relação a esta última disciplina, recordo que teve em sua culminância uma exposição intitulada “Olhares sobre a ciência: Da Vinci - o homem e o cientista na obra de Capra”.

Recentemente, no ano de 2022, retornei ao programa na condição de doutoranda e tenho a expectativa de concluir meu curso de doutorado no ano de 2023. Sou e serei eternamente grata ao PPGEP e aos professores pelas experiências vividas no meu percurso formativo. Estou ciente de que muito tenho ainda a conhecer, pois tenho a consciência da nossa incompletude, como uma condição da existência humana.

Até hoje, ao retornar ao programa para cursar o doutorado, quando passo no corredor das salas de aula do PPGEp, relembro esse momento por meio dos banners ali expostos. Ainda em relação a essa disciplina, lembro como tínhamos momentos lúdicos para trabalhar os conteúdos, apesar de estarmos no nível de formação *stricto sensu*. Ao término do curso, já me sentia mais familiarizada com os termos que mencionei inicialmente e pude caminhar de maneira mais tranquila em relação ao meu fazer profissional no IFRN.

Por tudo isso, destaco que a formação adquirida no PPGEp contribuiu e contribui de forma relevante no meu fazer profissional e acadêmico, razão pela qual destaco a relevância social do programa e reconheço o seu valor como política pública de grande importância para a EPT no Brasil.

Se ainda tenho algo a dizer aqui, peço licença à autora da epígrafe utilizada, fazendo minhas algumas de suas palavras. Devo dizer que, ao narrar minhas experiências, sinto-me parte da história desse programa, a história de quem sou em relação ao que me aconteceu no espaço formativo do PPGEp.

Com gratidão,
ADILINA ANDRADE

Maria Adilina Freire Jeronimo de Andrade possui licenciatura em Pedagogia (UFRN) e mestrado em Educação (PPGEp/IFRN). Atualmente é doutoranda em Educação Profissional (PPGEp/IFRN) e exerce a função de pedagoga no IFRN.

Natal, 21 de junho de 2022.

Para iniciar esse relato, é preciso me apresentar para que minha jornada acadêmica seja melhor compreendida. Logo, em breves palavras, cá estou, uma bacharela em Ciência da Computação (UERN, 2013), licenciada em Formação Docente (IFRN, 2017), com especialização em PROEJA (IFRN, 2018), em Tecnologias Educacionais e EaD (IFRN, 2021), mestra em Educação profissional e Tecnológica (PPGEP/IFRN, 2022) e iniciando mais uma pós *lato sensu* em Docência para EPT. Atuo como professora temporária do Centro Estadual de Educacional Profissional Sen. Jesse Pinto Freire, em Natal-RN.

Enquanto aluna de Ciência da Computação, minha ideia era apenas concluir e iniciar minha vida profissional em uma empresa da região, porém entre esse pensamento e a conclusão do curso, me deparei com a docência, mudando completamente minhas perspectivas futuras, mostrando o quanto os projetos de extensão são fundamentais para os alunos expandirem seus olhares perante as diversas oportunidades que as graduações podem oferecer. Com a conclusão do curso, pude enfim concretizar meu desejo de estar em sala de aula compartilhando aprendizados e aprendendo cada dia mais.

Nesse período inicial em sala, meu processo de ensino passou a dar sinais de que faltara algo em minhas aulas, faltava algo pedagógico, considerando que até então eu era apenas bacharela sem um norte pedagógico que fundasse meu fazer docente. Com a indicação do meu amigo Franklin, pude ingressar em uma licenciatura voltada aos professores não licenciados, a Licenciatura em Formação Docente. Para ser ainda mais gratificante, ela ocorreu em uma instituição que

sempre admirei: o IFRN, com profissionais de excelência e aulas cada vez mais esclarecedoras, a ideia de ser professora e de buscar formação continuamente foi impulsionada e vivo esse sentimento até hoje. Vivo em busca de aprendizados que proporcionem levar aos meus alunos cada vez mais orientação e desenvolvimento dos conhecimentos para uma transformação pessoal e de uma sociedade mais justa e igualitária.

Franklin ainda me apresentou os caminhos da pós-graduação, me levou as especializações e ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional do IFRN, iniciando meu caminho ao mestrado como aluna especial em duas disciplinas. Com essas, foi possível conhecer mais sobre o mundo da pós-graduação *stricto sensu*. O interesse em ingressar como aluna regular, a princípio, se dava por melhores condições e pontuações em concursos, mas com as disciplinas que cursei como aluna especial, essa ideia superficial passou a uma pequena parcela motivacional para o ingresso no mestrado, levando a busca por um novo olhar sobre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) a um patamar maior em meus pensamentos, principalmente por eu ser uma docente da área da EPT, mas também por ver as pessoas que desconhecem as bases por trás de todo o processo de ensino e aprendizado da EPT e acabam tratando esta modalidade como inferior as demais, além de ser uma forma de manipulação para muitos governantes que deixam o ensino profissional cada vez mais tecnicista e menos humano.

Minhas perspectivas perante o mestrado sempre foram as melhores, minha ideia em todas as minhas jornadas pedagógicas é sempre a de integrar meus conhecimentos obtidos em minhas graduações, nas áreas de exatas e humanas, mas no mestrado não houve a abordagem direta sobre as Tecno-

logias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), porque estas eram abordadas de forma indireta nas disciplinas. Teria sido interessante uma disciplina sobre Letramento Digital na EPT, por exemplo, tanto que paguei disciplina semelhante, Seminários de Estudos Avançados: Linguagem Hipermídia e Processos Formativos, na UNIFESP com a Profa. Lucila Pesce, em 2021. Minha orientadora Lenina Lopes é uma conhecedora nata de tecnologias, principalmente as que envolvem a pesquisa. Fiz várias anotações e lembretes, pois pretendo estudar tais tecnologias para aplicar em pesquisas futuras.

O primeiro semestre foi muito duro, mas valeu a pena, minha orientadora que tem uma visão de programa, de processo educativo a longo prazo me orientou maravilhosamente bem quanto a pagar as disciplinas obrigatórias, o estágio, as algumas optativas para que a escrita da dissertação tivesse maior foco nos semestres seguintes. E assim o foi. Mas não foi fácil. Além da minha orientadora, outra boa surpresa foram os colegas, sempre alegres (mesmo em meio a desesperos compartilhados) e dispostos a ajudar, de maneira que acabamos criando um vínculo interessante. A troca de experiência nas aulas foram sensacionais, fazia toda a diferença, eram tantas temáticas que eu nunca pensei em refletir, quanto mais criticar, essa prática de conhecer – analisar – refletir – criticar foi o diferencial que a maioria das aulas me trouxe, me influenciou como pessoa, profissional e cidadã.

Conhecer tantos autores durante as aulas e durante as pesquisas foi fundamental para formar meu pensamento como pesquisadora, mas o limiar entre citação e a minha fala foram um desafio, quando eu falo logo vem o questionamento: “quem disse isso? Oxe, negócio confuso”.

Outra coisa bacana que me aconteceu foi a oportunidade de atuar como diagramadora e posteriormente editora assistente da Revista Holos, como bolsista. Foi gratificante e edificante conhecer esse ambiente e todo o processo de submissão, avaliação e publicação de um periódico. Um pouco estressante às vezes, mas gratificante no geral.

Como estava desempregada, conseguir a bolsa Capes me deu um pouco de alívio, mas o bolsista tem tantas responsabilidades quanto um trabalhador assalariado, e o medo de falhar em alguma solicitação de algum dos docentes me deixava um pouco ansiosa.

Então veio a pandemia de Covid-19 e eu realmente descobri o que é ter crises de ansiedade, lapsos de memória e bloqueios no meio da escrita, devido ao isolamento (que perdura até o momento em que escrevo esta carta). Houve momentos em que desistir poderia ser a solução para tais angústias, mas o incentivo e sábias palavras do meu esposo e de Lenina me fizeram superar muitos obstáculos e finalmente concluir e defender minha dissertação! Fui a última a defender da minha turma, mas defendi com um sentimento de agradecimento, de crescimento, de euforia.

O PPGEP acrescentou muito à minha vida, em diversos aspectos, no tratamento com as pessoas de diversos níveis de formação e conhecimento (uma visão que eu já tinha, mas foi posta em prática nesse momento), com as tecnologias voltadas às pesquisas, em como ajudar um colega mesmo quando é você que precisa de ajuda. Enfim, minha formação acadêmica ganhou muito mais que um título de mestra, mas garantiu que a busca pela pesquisa é o caminho para um professor que acredita e torce pela Educação e pelo ensino público, com a in-

tegração das tecnologias digitais e com o incentivo ao discente sobre sua capacidade mesmo que a sociedade diga o contrário.

O programa do PPGEP precisa de maior reconhecimento dentro do *Campus*, principalmente entre os técnicos que não querem atuar na secretaria, por ser uma dimensão diferente do que estão acostumados (pelo menos essa é a visão que ficou). A comunicação entre as disciplinas que envolvem mais os gêneros e a corporeidade poderiam estar mais envolvidas com as demais disciplinas, acrescentando uma visão mais humana em algumas discussões, como no caso das falas sobre o trabalho quando faladas pelas vozes de Harvey, Antunes ou Marx. Adotar disciplinas a distância também poderia ser uma forma de agregar mais alunos, pois a pandemia nos mostrou que é possível, mesmo que de forma emergencial. O ensino remoto foi a forma de continuar com o processo de ensino-aprendizagem e da pesquisa, mas se o programa desenvolver a ideia, há a possibilidade de uma ou duas disciplinas serem ofertadas dentro da Educação a distância, documentada e pensada para o contexto.

Concluído o mestrado, me volto aos estudos para concursos públicos na área da educação, considerando que o título é pontuado nos concursos e já me tirou algumas oportunidades antes de ser titulada como mestra. Em paralelo, também busco a oportunidade de continuar na pesquisa acadêmica em um doutorado no PPGEP ou não, mas espero que Lenina me acompanhe nesse processo também!!

Atenciosamente,

Maria Helena Bezerra da Cunha Diógenes

Maria Helena Bezerra da Cunha Diógenes possui graduação em Ciência da Computação (UERN) e em Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional e Tecnológica (IFRN). Possui especialização em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância e em PROEJA (IFRN). É mestre em Educação Profissional pelo PPGEPI/IFRN.

Lajes Pintadas-RN, 15 de junho de 2022.

Saudações Pepegepianas aos docentes e pós-graduandos!

Fui desafiada a escrever uma carta ao PPGEPE e quando comecei a traçar as linhas, fiquei a pensar em como iniciar. Daí me veio a lembrança do momento em que recebi o resultado da aprovação para ingressar na turma do mestrado de 2015.1. Ao verificar o resultado, saltei de alegria e em um tom alto e com sorrisos nos lábios, disse:

- Agora sim, sou uma Pepegepiana!

Foi assim que me proclamei e autodenominei quando recebi o resultado, em 2015, sobre a aprovação no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (PPGEPE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, *Campus* Natal Central (IFRN-CNAT). Relembrar esse momento me fez pensar também sobre o presente, da satisfação e identidade que venho construindo com o PPGEPE, de como tem sido o processo de formação e qualificação, mas sobretudo, as contribuições que estamos dando à educação e à sociedade.

O campo de conhecimento – educação profissional (EP) – que se ocupa o PPGEPE é um campo de luta e formação política para o pesquisador e trabalhador em educação. Neste espaço formativo e científico, encontrei os elementos fundamentais que me ajudam a compreender de forma crítica e reflexiva a organização da sociedade capitalista - de forma específica, a relação trabalho e educação.

Então, esta missão de escrever ao PPGEPE foi uma provocação interessante. Estudar, ler, escrever e participar de cursos sempre foram atividades que me motivaram e motivam como mulher e como profissional da educação. Sempre que

tive oportunidades de pensar e falar sobre projetos pessoais, a condição de ser uma eterna estudante sempre foi pertinente aos meus anseios – desejo estar sempre no movimento das descobertas, das reflexões, das leituras, dos diálogos, ao lado de pessoas. Estou nesta condição de aprendiz, de estudante e de pesquisadora desde os meus 05 (cinco) anos de idade, quando acompanhava meus pais nas salas de alfabetização de adultos – eles me levavam, pois não tinha com quem deixar. Na escola oficial, entrei aos 06 (seis) anos e de lá para cá, nunca mais abandonei as salas de aulas: seja na condição de estudante ou na condição de profissional da educação.

Sou Licenciada em Pedagogia (UFRN) e Geografia (UnP), e no itinerário formativo e contínuo que venho buscando na vida profissional, cursei algumas especializações *lato sensu* na intenção de compreender melhor os processos educativos e suas implicações que permeiam as instituições de ensino. Em uma dessas especializações – Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos (CEFET-RN) – adentrei nas discussões acerca da educação profissional, temática que proporcionou uma reflexão significativa, crítica com relação a nossa organização social e econômica, uma melhor compreensão do papel do Estado, dos fins da educação.

Ao tomar conhecimento do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional, mediante a oferta do mestrado pelo IFRN - *Campus* Natal Central, passei a acompanhar os informativos e todas as demais notícias e participar dos eventos relacionados, com vistas a participar do processo seletivo. Em 2014, eu me inscrevi, e um erro de ordem operacional e tecnológica me deixou de fora do processo. Diante da situação, ao

conversar com uma das docentes do programa, ele me falou sobre a condição de ser aluna especial e me orientou quanto ao processo de seleção. Diante de tais informações, fiquei aguardando a seleção dos alunos especiais e, em 2014.1, consegui cursar a disciplina “Ciência e Produção do Conhecimento”, experiência formativa que foi basilar para pensar o objeto de estudo e reelaborar o projeto de pesquisa; projeto que me proporcionou uma vaga na turma de mestrado de 2015.1, na Linha de Pesquisa Política e Práxis em Educação Profissional, que centra seus estudos na análise crítica da Educação Profissional, posicionando-a na contextura da política educacional do nosso país, considerando as transformações socioeconômicas e políticas na contemporaneidade.

Na condição de mestranda, participei ativamente das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Estabeleci laços de amizade com os discentes e docentes do programa. A convivência no espaço acadêmico exige um compromisso ético, responsabilidade com a investigação científica e metódica, uma produção confiável e rigidamente fundamentada. Todas as experiências foram significativas: as disciplinas cursadas, os seminários de pesquisa, o estágio docente, a participação em grupos de pesquisa, a produção dos artigos e participação em eventos, as interações entre instituições e pesquisadores, entre outras; todas foram relevantes para minha formação. Dentre elas, destaco o Colóquio Nacional e Internacional - A Produção do Conhecimento em Educação Profissional. Como pepegianos, somos impelidos a participar da sua totalidade: planejamento, execução e avaliação. Foi minha primeira experiência como membro na organização de um evento científico. Participar deste evento me fez compreender com mais

nitidez as dificuldades que os cientistas em nosso país enfrentam para fazer e socializar as pesquisas na área das ciências humanas e sociais.

O ato de tornar-se uma pesquisadora no campo da Educação Profissional me fez pensar no ato de tecer. Pensar no jogo das tramas e no tear. Refletir acerca das disposições e urdidura dos fios na tessitura – composição do tecido, o seu entrelaçar; nessa contextura, estão os princípios elementares de todos os sistemas estruturais. Ou seja, pensar em como se estrutura a sociedade e como o Estado se posiciona e se movimenta dentro dela. Pensar também, no tocante a educação, qual a sua função à sociedade.

Portanto, pesquisar no Campo da Educação Profissional é desafiante, impele um ato político e pedagógico: Político, por assumir o conhecimento em um campo que se caracteriza por disputas e negociações de distintos ideários e fins defendidos por diferentes segmentos e grupos sociais, evidenciando a dimensão histórico-política das diversas reformas educacionais que permeiam os princípios, as concepções, os projetos e as práticas formativas; e pedagógico, por se constituir uma prática científica – teórica e metodológica – que procura compreender, explicar as práticas sociais educativas e formativas que dão sentido e direção às práticas educacionais (MANFREDI, 2016).

Após a conclusão do mestrado, segui o processo de divulgação da dissertação mediante a publicação de artigos em livros e revistas, bem como a publicação de um livro autoral. Durante esse tempo, visitei escolas, participei de eventos científicos, participei de pesquisas relacionadas ao objeto de estudo e dialoguei com diversos profissionais. Percebi que o campo da educação profissional ainda é desconhecido, que os estudos precisam ser

intensificados. Foi um tempo de maturação e reflexão. Concebi esse processo como necessário para planejar a continuidade da pesquisa no âmbito das políticas públicas de educação profissional para mulheres. Retornei ao PPGEP em 2022.1, mediante a seleção para o Doutorado. Nele me encontro, permanecendo “pepegepiana” na intenção de continuar contribuindo na produção do conhecimento em educação profissional.

Parafraseando Boaventura dos Santos Souza: “Temos formados conformistas incompetentes e precisamos de rebeldes competentes” vou finalizando essas linhas e colocando no horizonte as perspectivas de que o PPGEP na condição de um Programa de Pós-graduação comprometido com a Ciência e a formação de profissionais e pesquisadores se consolide como um espaço que cujas ações se movem para um permanente processo de rebeldia e emancipação humana e integral, oferecendo as bases de uma sociedade mais justa e igualitária.

Atenciosamente,
RITA DE CÁSSIA ROCHA

Rita de Cássia Rocha possui licenciatura em Pedagogia (UFRN) e em Geografia (UnP), especialização em Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (CEFET-RN), mestrado em Educação Profissional (PPGEP/IFRN) e é doutoranda em Educação Profissional (PPGEP/IFRN).

REFERENCIAS

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história.** Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

Caicó-RN, 28 de junho de 2022

Me chamo Sandra Maria de Assis, sou egressa da primeira turma do mestrado acadêmico em Educação Profissional do PPGEF e atualmente sou aluna do doutorado do mesmo programa. Minha existência sempre foi pautada pela necessidade de estudar. Cresci numa família humilde e meus pais (minha mãe, principalmente) inculcaram, na minha cabeça e na de meus oito irmãos, o estudo como um caminho de “salvação” para a nossa vida. Na condição de filha mais velha, tinha a missão de estudar por mim e para ser exemplo para os meus irmãos e irmãs. Então, fomos encaminhados para as escolas públicas da nossa cidade e, a despeito das dificuldades, avançamos até a graduação. Portanto, a educação, para mim e minha família sempre foi solução: para a minha vida e para os que sempre me cercaram.

Sou professora graduada em História e sempre trabalhei na Educação Básica em escolas públicas, como as de onde sou egressa. Me formei em 1988 num *campus* da UFRN, no interior do estado do Rio Grande do Norte, onde, à época não havia cursos de pós-graduação. No entanto, eu alimentava um desejo de continuar estudando. Comecei a trabalhar e adiei esse desejo até 1999, quando finalmente pude ingressar na primeira turma do curso de especialização em História oferecida pela mesma universidade onde fizera a graduação. Até então, meu sonho era prosseguir para um mestrado em História, mas as minhas condições objetivas me impediam naquele momento: eu tinha filhos pequenos, tinha uma sobrecarga de trabalho, sem possibilidade de licença para capacitação e o curso só era ofe-

recido no campus Central de Natal, a 280 km de distância. Segui adiando o sonho de fazer um mestrado.

Em 2010, aprovada em concurso de provas e títulos, ingressei no Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Ao me deparar com a realidade da educação profissional, percebi que precisava conhecer melhor essa área de conhecimento porque até então eu não tinha formação pedagógica específica nesse campo, assim como a maioria dos meus colegas docentes também não tinham. Nesse ínterim, tomei conhecimento que o Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (PPGEP/IFRN) estava em processo de gestação e, posteriormente, seria aprovado para iniciar seu funcionamento.

Decidi começar a estudar para obter uma vaga no mestrado em Educação Profissional, quando este, enfim, fosse aprovado. Foram aproximadamente dois anos, em que me preparei à medida que fui me familiarizando com as leituras e com o universo acadêmico da Educação Profissional. Em 2013, consegui a aprovação para cursar o Mestrado Acadêmico em Educação Profissional na turma pioneira do PPGEP/IFRN.

Posso dizer que minha opção pelo curso não se deu apenas pela oportunidade de cursar um mestrado (qualquer um), mas foi resultado de um processo construído no decorrer desses dois anos, uma vez que meu objeto de pesquisa e meus interesses profissionais e acadêmicos já estavam voltados para a educação profissional. O programa oferecia duas linhas de pesquisa e eu optei pela linha de formação docente e práticas pedagógicas.

Comecei o curso com as melhores expectativas e, apesar de algumas dificuldades, avalio que o crescimento pessoal e intelectual alcançado até superou tais expectativas. Além da

pressão pela produção acadêmica, inerente aos programas de pós-graduação, havia uma certa tensão para que o programa fosse bem avaliado quando chegasse a hora. Isso, ao mesmo tempo que nos angustiava, também favoreceu o nosso senso de responsabilidade com o programa. Ademais, era um grupo pequeno de alunos e professores e inevitavelmente foram se estabelecendo as afinidades, as amizades e as sociabilidades que, por vezes, se estenderam para além dos ambientes acadêmicos.

Outras turmas e novos professores foram chegando e o PPGEP foi se robustecendo. Enquanto isso, chegou o tempo da defesa da dissertação. Era junho de 2015 e eu deveria apresentar a minha pesquisa sobre as Práticas pedagógicas de docentes de Ciências Humanas do curso técnico integrado de Informática do *campus* Caicó para a banca examinadora. Foi um dia muito especial para mim, pela aprovação e conquista do meu título acadêmico, mas também para o programa, por ter sido também a primeira defesa. Testemunhamos um momento importante da história do PPGEP naquele dia.

O mestrado acadêmico foi uma experiência de muitos significados na minha vida. Quando retornei para as minhas aulas no *campus*, o que eu aprendera no mestrado me levou para a pesquisa com os alunos dos cursos técnicos integrados. Passei a me envolver nos projetos, a coordená-los, a orientar os alunos e incentivá-los a escreverem artigos com os resultados das pesquisas para divulgá-las nos eventos acadêmicos. O PPGEP/IFRN me ensinara que o conhecimento precisa ser produzido, publicado e compartilhado.

O programa alcançou resultados importantes nas avaliações que lhe possibilitaram a aprovação do doutorado cinco

anos depois do início do mestrado. O número de vagas para o mestrado, o número de linhas de pesquisa, o número de professores e pesquisadores, tudo tinha aumentado, mas a cultura escolar pouco mudara. Pude constatar isso quando retornei para cursar o doutorado em 2020. Vivíamos tempos muito difíceis no contexto educacional e geral da sociedade brasileira, inclusive com uma pandemia que nos obrigou a aprender e a nos adaptar ao formato do ensino remoto em que as aulas, palestras, congressos, colóquios, bancas de qualificação e defesa, apresentação de trabalhos, realizavam-se à distância, através das plataformas digitais. Mesmo assim, o programa continuou mantendo o que, a meu ver, é seu diferencial: um nível de exigência e de compromisso muito elevado.

O mestrado naturalmente me encaminhou para o doutorado, mas entre o término de um e o ingresso no outro houve um período de quatro anos em que me mantive produzindo conhecimento, participando de alguns eventos de pesquisa em educação profissional. Juntamente com a professora Olívia Morais de Medeiros Neta, minha orientadora do mestrado e do doutorado, publicamos alguns artigos científicos em revistas indexadas. Manter-me conectada ao campo da Educação Profissional me ajudou na preparação para a seleção e posterior ingresso no doutorado.

O doutorado possibilitou-me construir um projeto para a tese, que no momento está em andamento, na linha de pesquisa de História, Historiografia e Memória da Educação Profissional. A conclusão, aprovação e publicação da tese é, no momento, o caminho que estou percorrendo. No futuro próximo espero poder, com base no conhecimento proporcionado pelos esforços do PPGEP, contribuir mais com a produção e

expansão do saber acadêmico acerca do campo da Educação Profissional. Penso que esse deva ser um propósito de cada um dos pesquisadores formados nesse programa de pós-graduação.

Atenciosamente,

SANDRA MARIA.

Sandra Maria de Assis possui licenciatura em História (UFRN), especialização em História do Nordeste (UFRN), mestrado em Educação Profissional (PPGEP/IFRN) e é doutoranda em Educação Profissional (PPGEP/IFRN). Atual como docente do IFRN, no *campus* Caicó.

Brasília, 22 de junho de 2022.

Caros integrantes do PPGEPI/IFRN,

Após concluir meu processo de doutoramento em março de 2022, deixo este relato aos que ainda sonham com o ingresso no Programa e aos que estão em processo.

A minha preparação para o curso de doutorado em Educação Profissional começou ainda antes do Programa ser autorizado, no ano de 2018, participando das disciplinas do mestrado como aluna especial.

Depois da finalização das disciplinas, cursadas nos dois semestres de 2018, me lembro que nos meses de novembro e dezembro fiz um plantão virtual no site do CAPES para verificar a aprovação nas reuniões do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) e, no dia 6 de dezembro, saiu a aprovação para a oferta de curso de doutorado.

A partir daí, vivi uma maratona de dias, fins de semana e feriados de estudos para que pudesse me preparar para a seleção – dedicação que me levou à aprovação em 1º lugar na linha de pesquisa Política e Práxis em Educação Profissional, em 27 de março de 2019.

Desse momento em diante, foram três anos de muita dedicação, até a defesa em 29 de março de 2022. Deste período, dois anos de estudo foram em formato remoto, em função da pandemia da COVID-19.

Nossa turma tem o nome de “Existindo e Resistindo”, representando uma tentativa de existir de forma integral, mesmo com os afazeres, dificuldades e responsabilidades que a vida de doutorandos requer e resistindo ainda às influências externas que interferiam neste processo.

Foram anos de aprendizado, de trocas, de crescimento pessoal e acadêmico... com colegas e professores. A realidade de desenvolver uma pesquisa com distanciamento social, disciplinas em formato remoto me desafiou e me fez crescer!

Ao PPGEP, só tenho um sentimento: gratidão. Ser a primeira pessoa a defender representou uma honra e ao mesmo tempo uma responsabilidade frente ao investimento que foi feito na minha formação acadêmica pelo Programa e pelo IFRN. Sou grata a cada pessoa que contribuiu na minha caminhada!

Os próximos passos? Divulgação científica da tese elaborada, discussão com as instituições participantes da pesquisa para aprimoramento do objeto de estudo e planos de um pós-doutoramento porque, afinal, sonhar é a primeira etapa da realização do sonho!

Atenciosamente,
VÂNIA DO CARMO NÓBILE

Vânia do Carmo Nóbile possui licenciatura em Pedagogia (UNB), especialização em Administração Escolar e Gestão Pública (UNB), mestrado em Educação (UNB) e doutorado em Educação Profissional (PPGEP/IFRN). Foi docente do IFRN e atualmente trabalha no Núcleo Pedagógico do IFB, campus Brasília.

Natal, 20 de junho de 2022.

Prezado professor

Venho por meio desta apresentar alguns sentimentos e percepções no que toca à minha experiência com o Programa de Pós-graduação em Educação Profissional do IFRN (PPGEP). Confesso que inicialmente a ideia era cursar uma capacitação *stricto sensu* e obviamente melhorar o meu retorno financeiro, mas o programa foi um divisor de águas para apreender a dinâmica social que nos cerca e influencia o cotidiano de uma maneira velada, porém bastante eficaz, para impor regras pertinentes ao grupo que detém o poder, mormente o financeiro, e tem o intuito de manter inalterado o *status quo* vigente.

Assim, gostaria de dizer que as discussões concretizadas no âmbito do PPGEP contribuíram para enriquecer o meu universo acadêmico e minha visão de mundo, ampliando os horizontes com relação a várias questões, em especial do modo de produção vigente - o capitalista -, e suas imposições no seio social. São ensinamentos que direcionaram o meu olhar para as relações de trabalho firmadas no mercado, com esteio principalmente nas desiguais chances de êxito em um mundo contraditório e que se alimenta das diferentes oportunidades de acesso às necessidades básicas para o desenvolvimento individual e coletivo.

Percebi que são questões cruciais para desvelar a lógica perversa que rege o cotidiano das pessoas, na maior parte dos casos, não são nem identificadas como constructos direcionados para um fim pensado pela classe dominante, a qual dita as regras em seu favor. Destarte, confesso que foi uma grata surpresa o quão enriquecedor foi cursar o programa, ampliando o

meu entendimento para aspectos pouco claros, mas de fundamental relevância para compreender a educação profissional e identificar como o trabalho está imbricado com a educação em uma simbiose formativa, presente nas mais diversas configurações de sociedade já vistas pela humanidade.

Ademais, o processo formativo é sempre muito frutífero, na medida em que proporciona interações com outros colegas e professores em uma ação de sociabilidade enorme para reforçar o ensinamento da vida em grupo com todas as suas necessidades de trocas de experiência, regras de convivência e trabalho em grupo. Na verdade, trata-se de replicar uma vida em sociedade, em menor proporção, obviamente, mas sempre rica em aprendizados. Nesse processo formativo, as vivências difíceis também fortalecem os laços fraternos entre os alunos que se identificam e se unem para alcançar os objetivos propostos no transcorrer das disciplinas com a sistematização de alguns fóruns de discussões para aprimorar o processo de aprendizagem fomentado no âmbito do programa. É preciso lembrar que nem sempre as relações interpessoais são harmônicas, mas lidar com a diversidade também faz parte do aprendizado!

Enfim, são momentos estressantes e de muita cobrança, porém ao mesmo tempo contribuem para mostrar que a convivência entre os colegas e demais professores reforça laços de companheirismo e até, em algumas situações, de amizades bastante salutares e duradouras e que ao final da jornada mostra que o caminho foi muito exitoso.

Outrossim, é importante lembrar que por atuar na educação profissional, a experiência com o mestrado no PPGEF foi ainda mais fértil, haja vista auxiliar na compreensão do meu

contexto de atuação no próprio mundo do trabalho. Inclusive, me propus a cursar o doutorado no mesmo programa a fim de consolidar os saberes inicialmente discutidos no mestrado para melhor compreender a própria educação profissional. Minhas expectativas são enormes para essa nova formação.

Atenciosamente,
WALKYRIA DE OLIVEIRA

Walkyria de Oliveira Rocha Teixeira possui bacharelado em Direito (UFPB), Especialização em Jurisdição e Direito Privado (ESMARN/UNP) e em Ministério Público, Direito e Cidadania (FESMP/RN), Mestrado em Educação Profissional (PPGEP/IFRN) e atualmente é doutoranda em Educação Profissional (PPGEP/IFRN). É auditora do IFRN.

Referências



AGUIAR, L. E. V.; PACHECO, E. M. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como política pública. In: ANJOS, M. B.; RÔÇAS, G. (Orgs.) **As políticas públicas e o papel social dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia**. Natal: IFRN, 2017. p. 13-35.

ALVES, C. G. M.; DEL PINO, J. C.; SILVA, V. C.; ALVES, E. J. N. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como lócus de formação de professores da Educação Básica no contexto da oferta de pós-graduação *stricto sensu*. **Revista Contrapontos - Eletrônica**, Itajaí, v. 17, n. 1, p. 117-137, jan-abr. 2017. <https://doi.org/10.14210/contrapontos.v17n1.p117-137>

APPLE, M. W. **Para além da lógica do mercado**: compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005.

BARROS, J. A. **A fonte histórica e seu lugar de produção**. Petrópolis: Vozes, 2020.

BARBOSA, T. M. N.; PASSEGGI, M. C. Memorial acadêmico: suas representações de gênero e processos de transmissão intergeracional da docência. BARBOSA, T. M. N.; PASSEGGI, M. C. (Org.). **Memorial acadêmico**: gênero, docência e geração. Natal, RN: EDUFRN, 2011. p. 11-20.

BATALHA, C. H. M. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.

BATALHA, C. H. M. Identidade da classe operária no Brasil (1890-1920): atipicidade ou legitimidade? **Revista Brasileira**

ra de História, São Paulo, v. 12, n. 23/24, p. 111-124, set. 1991/ago. 1992. Disponível em: http://encontro2012.mg.anpuh.org/resources/download/1245325050_ARQUIVO_claudiobatalha.pdf. Acesso em: 27 abr. 2022.

BENEVIDES, M. V. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: GOMES, A. C. (Org.). **O Brasil de JK**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002. p. 21-66.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. **Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo, Brasiliense, 1994. p. 197-221.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Cria nas capitais dos Estados da República as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro: Presidência da República, RJ, 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 24.558, de 03 de julho de 1934**. Transforma a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico em Superintendência do Ensino Industrial, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Presidência da República, RJ, 1934. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/154323-transforma-a-inspetoria-do-ensino-profissional-tucnico-em-superintendencia-do-ensino-industrial-e-du-outras-providencias.html>. Acesso em: 3 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937.** Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro: Presidência da República, RJ, 1937a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 3 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937.** Rio de Janeiro: Presidência da República, RJ, 1937b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 3 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942.** Lei Orgânica do Ensino Industrial. Rio de Janeiro: Presidência da República, RJ, 1942a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4073.htm. Acesso em: 3 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942.** Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Rio de Janeiro: Presidência da República, RJ, 1942b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 3 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1961. Disponí-

vel em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm. Acesso em: 3 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 547, de 18 de abril de 1969**. Autoriza a organização e o funcionamento de cursos profissionais superiores de curta duração. Brasília, DF: Presidência da República, 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0547.htm. Acesso em: 3 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978**. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1978. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6545.htm. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982**. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Brasília, DF: Presidência da República, 1982a. Disponí-

vel em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 87.310, de 21 de junho de 1982**. Regulamenta a Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1982b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D87310.htm. Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.948, de 8 de dezembro 1994**. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1994. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1994/lei-8948-8-dezembro-1994-349799-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF:

Presidência da República, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998**. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9649cons.htm#art47. Acesso em: 24 jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica**, Brasília, DF, [2005?] Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=96261-1-plano-expansao-rede-federal-fase-i&category_slug=setembro-2018-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 4 out. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005**. Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei

nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11195.htm Acesso em: 4 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Chamada Pública MEC/SETEC n.º 001/2007** - Chamada Pública de propostas para apoio ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II, Brasília, DF, 2007a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=96271-2-chamada-publica-plano-expansao-rede-federal-fase-ii&category_slug=setembro-2018-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 4 out. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007**. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Brasília, DF: Presidência da República, 2007b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6095-24-abril-2007-553446-publicacaooriginal-71368-pe.html>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Chamada Pública MEC/SETEC n.º 002/2007** - Chamada Pública de propostas para constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, Brasília, DF, 2007c. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=96271-2-chamada-publica-plano-expansao-rede-federal-fase-ii&category_slug=setembro-2018-pdf&Itemid=30192

mec.gov.br/arquivos/pdf/chamada_publica_ifet.pdf Acesso em: 4 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos** – Documento base. Brasília, DF, 2007d.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio** – Documento base. Brasília, DF, 2007f.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.892, de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação– PNPG 2011-2020**. Coordenação de Pessoal de Nível Superior. Brasília, DF: CAPES, 2010. V. 2.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.005, de 10 de outubro de 2013. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, se-

ção 1, n. 198, p. 13, 11 out. 2013. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/documentos/portarias/portaria-no-1009-2013-mec-reconhece-cursos-de-pos-graduacao-parte-2>. Acesso em: 6 maio 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira **Censo da Educação Básica 2012 – resumo técnico**. Brasília, DF: Inep, 2013. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf Acesso em: 6 out. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: linha de base**. Brasília, DF: Inep, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão da Rede Federal**. Brasília, DF, 2018a. <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoes/expansao-da-rede-federal> Acesso em: 4 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha 2018** (ano base 2017). Brasília, DF, 2018b.

BRASIL. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília, DF, 2019a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/>. Acesso em: 6 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha 2019** (ano base 2018). Brasília, DF, 2019b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha 2020** (ano base 2019). Brasília, DF, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha 2021** (ano base 2020). Brasília, DF, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituições da Rede Federal**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoes/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 17 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha 2022** (ano base 2021). Brasília, DF, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. **Diário Oficial da União**, seção 1, n. 53, Brasília, DF, 18 de mar. 2020. Brasília, DF, 2020^a. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/03/2020&jornal=515&pagina=39>Brasília.

BRASIL. Presidência da República. **Medida Provisória Nº 934, de 1º de abril de 2020**. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Brasília, DF, 2020^b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv934.htm 6 out. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 14.040, de 18 de agosto de 2020**. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Brasília, DF, 2020c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L14040.htm 6 out. 2022.

BRITO, L. L. A influência do pensamento anarquista nas experiências das Escolas Modernas de São Paulo (1912-1919). **Revista Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 8, n. 53, p. 137-151. <https://orcid.org/0000-0002-4823-0521>

BRUM, A. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, Ijuí: Editora INIJUÍ, 2011.

CAIRES, V. G.; OLIVEIRA, M. A. M. **Educação profissional brasileira: da Colônia ao PNE 2014-2024**. Petrópolis: Vozes, 2016.

CAMPELLO, A. M. M. B.; LIMA FILHO, D. L. Educação Profissional. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. **Dicionário de Educação Profissional em Saúde**. 2. ed. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/edupro.html>. Acesso em: 27 abr. 2022.

CAPELATO, M. H. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. **O Brasil Republicano: o**

tempo do nacional-estatismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. V. 2, p. 107-144.

CASTRO, R. **Nem prêmio, nem castigo!** A escola moderna como ação revolucionária dos sindicatos operários durante a Primeira República (São Paulo, 1909-1919). 2014. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CERTEAU, M. **A escrita da história.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Ficha de Recomendação – APCN.** Brasília, DF, 2012a.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Ficha de Recomendação – APCN.** Brasília, DF, 2012b.

CARTA DE NATAL. Colóquio Nacional “A Produção do Conhecimento em Educação Profissional”, 2, Natal, 2013. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/documentos/mocao-de-apoio-a-carta-de-natal> Acesso em: 12 maio 2022.

CARTA DE NATAL. Colóquio Nacional “A Produção do Conhecimento em Educação Profissional”, 4, Colóquio Nacional “A Produção do Conhecimento em

Educação Profissional”, 1, Natal, 2017. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/documentos/mocao-de-apoio-a-carta-de-natal> Acesso em: 12 maio 2022.

CARTA DE NATAL. Colóquio Nacional “A Produção do Conhecimento em Educação Profissional”, 5, Colóquio Nacional “A Produção do Conhecimento em Educação Profissional”, 2, Natal, 2017. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/documentos/mocao-de-apoio-a-carta-de-natal> Acesso em: 12 maio 2022.

CEDRO, M. O governo Juscelino Kubitschek (1956-1961): estabilidade política e desenvolvimento econômico. In: FERREIRA, J.; NEVES, L. A. (Orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964)**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. V. 3. Não paginado.

CHALHOUB, S. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CIAVATTA, M. Os Centros Federais de Educação Tecnológica e o Ensino Superior: duas lógicas em confronto. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 911-934, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000300013>

CIAVATTA, M. Como se escreve a história da educação profissional - caminhos para a historiografia. In: CIAVATTA, M. *et al.* (Org.) **A historiografia em trabalho-educação:**

como se escreve a história da educação profissional. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019a. p. 13-30.

CIAVATTA, M. Trabalho-Educação – a história em processo. In: CIAVATTA, M. *et al.* (Org.) **A historiografia em trabalho-educação**: como se escreve a história da educação profissional. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019b. p. 31-56.

COLÓQUIO A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. 1, Natal, 2011. 4 DVD.

COLÓQUIO NACIONAL “A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL”. 2, 2013, Natal. **Anais eletrônicos** [...]. Natal: IFRN, 2013. Disponível em: <https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/publicacoes/anais-2013/>. Acesso em 6 maio 2022.

COLÓQUIO NACIONAL “A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL”. 3, Natal, 2015. **Anais eletrônicos** [...], Natal: IFRN, 2015. Disponível em: <https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/publicacoes/anais-2015/>. Acesso em 6 maio 2022.

COLÓQUIO NACIONAL “A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL”. 4; COLÓQUIO INTERNACIONAL “A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL”. 1, Natal. **Anais eletrônicos** [...], Natal: IFRN, 2017a. Disponível em: <https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/trabalhos-por-eixo-tematico/>. Acesso em 7 maio 2022.

COLÓQUIO NACIONAL “A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL”. 4; COLÓQUIO

INTERNACIONAL “A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL”. 1, Natal. **Vídeos do IV Colóquio**, Natal: IFRN, 2017b. Disponível em: <https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/videos-das-palestras/>. Acesso em 7 maio 2022.

COLÓQUIO NACIONAL “A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL”. 5, COLÓQUIO INTERNACIONAL “A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL”. 2, Natal. **Anais eletrônicos** [...], Natal: IFRN, 2019. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/campus/natalcentral/arquivos/programacao-coloquio-educacao-profissional>. Acesso em 12 maio 2022.

COLÓQUIO INTERNACIONAL E NACIONAL DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. 1, Natal. **Anais eletrônicos** [...], Natal: IFRN, 2020. Disponível em: <http://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1846> Acesso em: 7 out. 2022.

COLÓQUIO NACIONAL “A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL”. 6, COLÓQUIO INTERNACIONAL “A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL”. 3, Natal. **Anais eletrônicos** [...], Natal: IFRN, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/vicoloquionacionaleiicoluquiointernacional/>. Acesso em 12 maio 2022.

CORDÃO, F. A.; MORAES, F. **Educação profissional no Brasil: síntese histórica e perspectivas**. São Paulo/SP: SENAC, 2017.

CUNHA, L. A. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2. ed. São Paulo: Unesp; Brasília: Flacso, 2005a.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2. ed. São Paulo: Unesp; Brasília: Flacso, 2005b.

CUNHA, L. A.; GÓES, M. **O golpe na educação**. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

CURY, C. R. J. *et al.* **A profissionalização do ensino na Lei nº 5.692/71**. Brasília: INEP, 1982.

FAUSTO, B. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1977.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1995.

FAUSTO, B. **História geral da civilização brasileira**. O Brasil republicano. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a. Tomo 3, v. 8.

FAUSTO, B. **História geral da civilização brasileira**. O Brasil republicano. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006b. Tomo 4, v. 9.

FERNANDES, F. C. M. **Conexões e desconexões**: em 105 anos de educação profissional no Brasil. Natal: IFRN, 2017. Disponível em: <http://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1512>
Acesso em: 3 out. 2022.

FICO, C. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. V. 4, p. 167-206.

FICO, C. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2014.

FONSECA, C. S. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro, 1961. V. 1.

FONSECA, J. G. FERREIRA, M. A. S. A teoria do capital humano e a noção de empregabilidade: um estudo comparativo. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 1, p. 1-16, 2020. <https://doi.org/10.15628/rbept.2020.7859>

FOUCAULT, M. A escrita de si. In: MOTTA, M. B. **Michel Foucault: ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. V. 5. p. 144-162.

FRANCO, F. S. C.; PEREIRA, J. L. A. A evolução da pós-graduação na Rede Federal. In: SOUZA, R. R. (Org.). **Pesquisa, pós-graduação e inovação na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Goiânia: IFG, 2017. p. 103-128.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. 50. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021a.

FREIRE, P. **Política e educação**. 7. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021b.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 81. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2022.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, abr. 2003. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302003000100005>

GOMES, A. C. Qual a cor dos anos dourados? In: GOMES, A. C. (Org.). **O Brasil de JK**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002. p. 9-20.

GURGEL, R. F. **A Escola de Aprendizizes Artífices de Natal: República, trabalho e educação (1909-1942)**. 2007. Tese (Doutorado em Educação). Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

HOBSBAWM, E. **Sobre História – ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HODGES, C. *et al.* Diferenças entre o aprendizado online e o ensino remoto de emergência. **Revista da Escola, Professor, Educação e Tecnologia**, Recife, v. 2, n. 1, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://escribo.com/revista/index.php/escola/article/view/17/16> Acesso em: 6 out. 2022.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. Conselho Superior. Resolução nº 66, de 31 de agosto de 2009. **Aprova o estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Diário Oficial da União, seção 1, n. 168, Brasília, DF, 2 set. 2009.**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Construindo o mestrado acadêmico em Educação Profissional do IFRN.** (Projeto de pesquisa). Natal, 2010.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. Reitoria do IFRN. **Portaria nº 247, de 4 de março de 2011.** Boletim de Serviços do IFRN, n. 3, p. 28-29, Natal, 2011. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/institucional/atos-administrativos/2011/DIGPE%20-%20BOLETIM-03-MARCO-%202011.pdf/at_download/file Acesso em: 5 maio 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto de criação do Programa de Pós-graduação em Educação – PPGEp.** Natal, 2012a. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/documentos/legislacao/projeto-mestrado-versao-conselhos-finalizado-25-6-12-1>. Acesso em: 12 maio 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto Político-Pedagógico**. Natal, 2012b. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico-1> Acesso em: 12 maio 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Deliberação nº 19, de 22 de maio de 2012**. Natal, 2012c. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/documentos/legislacao/portarias-e-resolucoes/resolucao-no-54.2012-consup-ppgep-corrigida>. Acesso em: 6 maio 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Resolução nº 54, de 15 de junho de 2012**. Aprova o projeto de criação do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e autoriza o seu funcionamento no Campus Natal-Central do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal, 2012d. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/documentos/legislacao/portarias-e-resolucoes/resolucao-no-54.2012-consup-ppgep-corrigida>. Acesso em: 6 maio 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Resolução nº 55, de 15 de junho de 2012**. Aprova o Regimento Interno do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional. Natal, 2012e. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/docu>

mentos/legislacao/portarias-e-resolucoes/resolucao-no-55.2012-consup-regimento-ppgep. Acesso em: 6 maio 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Ata da 1ª reunião ordinária do colegiado do PPGEp**. Natal, 25 de janeiro de 2013a. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/documentos/atas/2013/primeira-de-2013/view>. Acesso em: 6 maio 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Resolução nº 02, de 18 de fevereiro de 2013**. Dispõe sobre o Edital de Seleção de alunos para o PPGEp relativamente ao semestre 2013.1 Natal, 2013b. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/documentos/legislacao/portarias-e-resolucoes/edital-no-01-2013-2013-ppgep-ifrn-processo-seletivo-para-curso-de-mestrado-academico-em-educacao-profissional-2013-1>. Acesso em: 6 maio 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Resolução nº 03, de 30 de julho de 2013**. Dispõe sobre o Edital de Seleção de alunos para o PPGEp relativamente ao semestre 2013.1 Natal, 2013c. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/documentos/editais/resultado-final-da-selecao-ppgep-2013.1>. Acesso em: 6 maio 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Resolução nº 01, de**

27 de maio de 2014. Homologa resultado final de seleção de alunos para o curso de Mestrado Acadêmico em Educação Profissional relativamente ao semestre 2014.1, conforme dispõe o Edital nº 01/2014 – PPGEPI/IFRN e dá outras providências. Natal, 2014. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/documentos/resolucoes/resolucao-01-2014-ppgep>. Acesso em: 6 maio 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Resolução nº 01, de 17 de março de 2015.** Homologa resultado final de seleção de alunos para o curso de Mestrado Acadêmico em Educação Profissional relativamente ao semestre 2015.1, conforme dispõe o Edital nº 02/2014 – PPGEPI/IFRN e dá outras providências. Natal, 2015. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/resolucao-no-01-2015-resultado-final-da-selecao>. Acesso em: 6 maio 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Caderno de resumos das dissertações defendidas em 2015 no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional.** SOUZA, A. A. (Org.). Natal, 2016a. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/documentos/caderno-de-resumo-das-dissertacoes/caderno-de-resumos-dissertacoes-defendidas-em-2015>. Acesso em: 6 maio 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Resolução nº 01, de 22 de março de 2016.** Homologa resultado final de seleção de

alunos para o curso de Mestrado Acadêmico em Educação Profissional relativamente ao semestre 2016.1, conforme dispõe o Edital nº 01/2015 – PPGEPI/IFRN e dá outras providências. Natal, 2016b. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgepi/documentos/resolucao-no-1-2016-ppgepi-ifrn-homologa-resultado-final-da-selecao>. Acesso em: 6 maio 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Especialização Proeja-IFRN (2006-2009)**: contribuições para a formação e a prática profissional dos egressos - Relatório final de pesquisa. Natal, 2017a. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgepi/relatorios/especializacao-proeja-ifrn-2006-2009-contribuicoes-para-a-formacao-e-a-pratica-profissional-dos-egressos>. Acesso em: 5 maio 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Caderno de resumos II - dissertações defendidas em 2016 no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional**. SOUZA, A. A. (Org.). Natal, 2017b. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgepi/documentos/caderno-de-resumo-das-dissertacoes/caderno-de-resumos-dissertacoes-defendidas-em-2016>. Acesso em: 6 maio 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Resolução nº 02, de 12 de abril de 2017**. Homologa resultado final de seleção de alunos para o curso de Mestrado Acadêmico em Educação Profissional relativamente ao semestre 2017.1, conforme dispõe

o Edital nº 03/2016 – PPGEPIFRN e dá outras providências. Natal, 2017c. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/documentos/resolucoes/resolucao-no-02-2017-ppgep>. Acesso em: 7 maio 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto de ampliação Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (PPGEP) por meio da criação do curso de doutorado**, Natal, 2018a. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/documentos/projeto-de-criacao-do-doutorado>. Acesso em: 12 maio 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Resolução nº 01, de 02 de abril de 2018**. Homologa resultado final de seleção de alunos (ampla concorrência) para o curso de Mestrado Acadêmico em Educação Profissional relativamente ao semestre 2018.1, conforme dispõe o Edital nº 03/2017 – PPGEPIFRN e dá outras providências. Natal, 2018b. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/documentos/resultado-1-resolucao-01-2018-ppgep-resultado-selecao-edital-03-2017>. Acesso em: 7 maio 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Resolução nº 02, de 06 de abril de 2018**. Homologa resultado final de seleção de alunos (Ampla Concorrência) para o curso de Mestrado Acadêmico em Educação Profissional relativamente ao semestre 2018.1, conforme dispõe o Edital nº 03/2017 – PPGEPIFRN e

dá outras providências. Natal, 2018c. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/documentos/resolucoes/resolucao-02-2018-resultado-selecao-mestrado-turma-2018>. Acesso em: 7 maio 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **III Caderno de resumos das dissertações defendidas em 2017 no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional**. SOUZA, A. A. (Org.). Natal, 2018d. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/documentos/caderno-de-resumo-das-dissertacoes/caderno-de-resumos-dissertacoes-defendidas-em-2017>. Acesso em: 12 maio 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. Reitoria. **Portaria nº 761, de 14 de maio de 2018**. Natal, 2018e. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/institucional/atos-administrativos/2018/boletim-de-servico-maio-de-2018/at_download/file. Acesso em: 12 maio 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Deliberação nº 9/2018**. Natal, 2018f. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/conselhos/consepx/deliberacoes/2018/deliberacao-no-09-2018/at_download/file. Acesso em: 12 maio 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. Conselho

Superior. **Resolução nº 48, de 18 de dezembro de 2018.** Autoriza a criação do Curso de Doutorado Acadêmico em Educação profissional, na modalidade presencial, e autoriza o seu funcionamento no Campus Natal Central deste Instituto Federal. Natal, 2018g. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/conselhos/consup/resolucoes/2018/resolucao-no-45-2018/at_download/file. Acesso em: 12 maio 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Resolução nº 04, de 12 de dezembro de 2018.** Homologa resultado final de seleção de alunos (Ampla Concorrência) para o curso de Mestrado Acadêmico em Educação Profissional relativamente ao semestre 2019.1, conforme dispõe o Edital nº 02/2018 – PPGEP/IFRN e dá outras providências. Natal, 2018h. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/documentos/resolucoes/resolucao-04-2018-resultado-selecao-mestrado-turma-2019>. Acesso em: 12 maio 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Resolução nº 05, de 17 de dezembro de 2018.** Homologa vagas remanescentes (Ampla Concorrência) para o curso de Mestrado Acadêmico em Educação Profissional relativamente ao semestre 2019.1, conforme dispõe o Edital nº 02/2018 – PPGEP/IFRN e dá outras providências. Natal, 2018i. Disponível <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/documentos/resolucoes/resolucao-05-2018-resultado-selecao-mestrado-turma-2019>. Acesso em: 12 maio 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Resolução nº 01, de 27 de março de 2019.** Homologa resultado final de seleção de alunos (Ampla Concorrência e Reserva de Vagas Políticas Afirmativas) para o curso de Doutorado Acadêmico em Educação Profissional relativamente ao semestre 2019.1, conforme dispõe o Edital nº 03/2018 – PPGEPIFRN e dá outras providências. Natal, 2019a. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/documentos/resolucoes/resolucao-01-2019-resultado-selecao-doutorado-turma-2018>. Acesso em: 12 maio 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Resolução nº 02, de 02 de abril de 2019.** Homologa vagas remanescentes para o Curso de Doutorado Acadêmico em Educação Profissional relativamente ao semestre 2019.1, conforme dispõe o Edital nº 03/2018 – PPGEPIFRN e dá outras providências. Natal, 2019b. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/documentos/resolucoes/resolucao-01-2019-resultado-selecao-doutorado-turma-2018>. Acesso em: 12 maio 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **IV Caderno de resumos das dissertações defendidas em 2017 no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional.** SOUZA, A. A. (Org.). Natal, 2019c. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/documentos/caderno-de-resumos-2018>. Acesso em: 12 maio 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. Programa de Pós-graduação em Educação Profissional. **Resolução nº 06, de 06 de dezembro de 2019**. Homologa resultado final de seleção de estudantes para os cursos de Mestrado e de Doutorado em Educação Profissional relativamente ao semestre 2020.1, conforme dispõe o Edital nº 04/2019 – PPGEPI/IFRN e dá outras providências. Natal, 2019d. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgepi/documentos/resolucoes/resolucao-06-2019-ppgepi>. Acesso em: 6 maio 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **V Caderno de resumos - dissertações defendidas em 2019 no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional**. SOUZA, A. A. (Org.). Natal, 2020a. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgepi/documentos/caderno-de-resumo-das-dissertacoes/caderno-de-resumos-dissertacoes-defendidas-em-2019> Acesso em: 12 maio 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. Reitoria. **Portaria nº 504, de 17 de março de 2020**. Natal, 2020b. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/campus/ipanguacu/publicacoes/portaria-no-501-2020-suspensao-das-atividades-no-ifrn/at_download/file. Acesso em: 13 maio 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. Programa de Pós-graduação em Educação Profissional. **Resolução nº 03, de**

20 de abril de 2021. Homologa resultado final de seleção de estudantes para os cursos de Mestrado e de Doutorado em Educação Profissional relativamente ao semestre 2021.1, conforme dispõe o Edital nº 02/2021 – PPGEPIFRN, e dá outras providências. Natal, 2021a. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/documentos/resolucoes/resolucao-n-deg-03-2021-2013-ppgep-ifrn>. Acesso em: 12 maio 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **VI Caderno de resumos - dissertações defendidas em 2020 no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional.** COSTA, A. M. F. (Org.). Natal, 2021b. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/documentos/caderno-de-resumo-das-dissertacoes/cadernos-de-resumo-2020>. Acesso em: 12 maio 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. Programa de Pós-graduação em Educação Profissional. **Resolução nº 02, de 08 de abril de 2022.** Homologa resultado final de seleção de estudantes para os cursos de Mestrado e de Doutorado em Educação Profissional relativo ao ano letivo de 2022, conforme dispõe o Edital nº 07/2021 – PPGEPIFRN, e dá outras providências. Natal, 2022a. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/documentos/resolucoes/resolucao-n-deg-02-2022-2013-ppgep-ifrn>. Acesso em: 12 maio 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **VII Caderno de resumos - dissertações defendidas em 2021 no Programa de**

Pós-graduação em Educação Profissional. COSTA, A. M. F. (Org.). Natal, 2022b. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/documentos/caderno-de-resumo-das-dissertacoes/caderno-de-resumos-2021>. Acesso em: 12 maio 2022.

JOSSO, M. C. O caminhar para si: uma perspectiva de formação de adultos e de professores. **Revista @ambienteeducação**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 136-139, 2009. Disponível em: <https://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/560/528>. Acesso em: 22 fev. 2022.

LAMPERT, A. Educação pública perdeu quase 40% do orçamento em seis anos. **Jornal Extra Classe**, Porto Alegre, 11 nov. 2021. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2021/11/educacao-publica-perdeu-quase-40-do-orcamento-em-seis-anos/> Acesso em: 17 jan. 2022.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e os saberes da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>

LUZ, N. V. **A luta pela industrialização no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1978.

MANACORDA, M. A. História da educação: da antiguidade aos dias atuais. 3. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**: atores e cenários ao longo da história. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

MARTINS, M. F. **Ensino técnico e globalização: cidadania ou submissão?** Campinas: Autores Associados, 2000.

MOTTA, R. P. S. **Em guarda contra o “perigo vermelho”:** o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, Natal, v. 2, p. 4-20, 2007. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11/110>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MOURA, D. H. **Memorando nº 15, de 11 de abril de 2011.** Ao Sr. Diretor Acadêmico do *campus* Mossoró - Professor Jailton Barbosa dos Santos. Natal, 2011. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/antigos/mossoro/arquivos/coloquio/view>. Acesso em: 6 maio 2022.

NAPOLITANO, M. **1964:** história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2021.

NASCIMENTO, J. M.; HENRIQUE, A. L. S. (Org.). **Especialização Proeja em foco:** cenários e interfaces. Curitiba: Appris, 2017.

NASCIMENTO, J. M.; HENRIQUE, A. L. S. (Org.). **Sujeitos da especialização Proeja em foco:** entre concepções e práticas. Natal: Editora Caule de Papiro, 2019.

OLIVEIRA, M. A. M. **Políticas públicas para o ensino profissional: o processo de desmantelamento dos CEFETs.** Campinas: Papirus, 2003.

OTRANTO, C. R. Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs. **Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas - RETTA**, Seropédica, v. 1, n. 1, 2010. p. 1-21. Disponível em: <https://docplayer.com.br/10041137-Criacao-e-implantacao-dos-institutos-federais-de-educacao-ciencia-e-tecnologia-ifets.html> Acesso em: 10 jan. 2022.

OTRANTO, C. R. Reforma da Educação Profissional no Brasil: marcos regulatórios e desafios Profissional. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 42, n. 28, jan.-abr. 2012. p. 199-226. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4058/3325> Acesso em: 10 jan. 2022.

PACHECO, E. Apresentação. In: PACHECO, E. (Org.). **Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica.** Brasília/São Paulo: Fundação Santilanna/Moderna, 2011. p. 5-12.

PAULA, A. S. N.; XAVIER, M. V. S.; COSTA, F. J. F.; LIMA, K. R. R. A privatização da educação superior brasileira e as novas/velhas teses do Banco Mundial. **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 62, p. 60-72, jul. 2018. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/def24d2ce1e6e07ac350c432547e2321_1548264787.pdf Acesso em: 3 out. 2022.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRADO, L. C. D.; EARP, F. S. O “milagre” brasileiro: o crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (org.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. V. 4, p. 207-242.

PROFESSORES e dirigentes de universidades criticam cortes no orçamento da educação. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, DF, 15 jun. 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/887257-professores-e-dirigentes-de-universidades-criticam-cortes-no-orcamento-da-educacao/> Acesso em: 3 out. 2022.

QUELUZ, G. L. **Concepções de ensino técnico na República Velha (1909-1930)**. Curitiba: Editora CEFETPR, 2000.

RAMOS, M. N. O estudo de saberes profissionais na perspectiva etnográfica: contribuições teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 30, n. 4, p. 105–125, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/educ/a/qN4Sz8tX7W5LygsgGbr3LZS/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

REIS FILHO, D. A.; SÁ, J. F. (Orgs.). **Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas dos anos 1961 a 1971**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985.

ROLLEMBERG, D. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. V. 4, p. 43-92.

ROUSSEFF, D. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego**. Brasília, DF, 28 abr. 2011. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-lancamento-do-programa-nacional-de-acesso-ao-ensino-tecnico-e-ao-emprego>. Acesso em: 31 out. 2022.

RUIZ, A. I.; RAMOS, M. N.; HINGEL, M. **Escassez de professores no Ensino Médio: propostas estruturais e emergenciais**. Relatório produzido pela Comissão Especial instituída para estudar medidas que visem a superar o déficit docente no Ensino Médio (CNE/CEB), Brasília, DF, 2007.

SANTOS, J. A. A trajetória da Educação Profissional. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.) **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 205-224.

SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1989.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.**

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas. 12. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2011.**

SEVSENKO, N. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVSENKO, N. (Org.). **República:** da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. V. 3, p. 513-619.

SEMINÁRIO apresenta projeto de mestrado acadêmico em Educação Profissional. Natal, 18 out. 2012. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/seminario-apresenta-projeto-de-mestrado-academico-em-educacao-profissional> Acesso em: 24 jan. 2023.

SILVEIRA, Z. S. **Contradições entre capital e trabalho:** concepções de educação tecnológica na reforma do ensino médio e técnico. Jundiaí: Paco Editorial, 2010.

SINGER, P. **A formação da classe operária.** 17. ed. São Paulo: Atual, 1994.

SILVA, J. C. C.; MEDEIROS NETA, O. M. Curso de Desenho para as Escolas Profissionais Técnicas: a materialização das ideias do Serviço de Remodelação sobre o ensino de Desenho. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 8, n. 53, p. 103-120. <https://orcid.org/0000-0002-4217-2914>

SILVA, N. M. G. S. **Escola para os filhos dos outros**: trajetória histórica da Escola Industrial de Natal (1942-1968). João Pessoa: Editora IFPB, 2019. Disponível em: <http://editora.ifpb.edu.br/index.php/ifpb/catalog/book/350> Acesso em: 3 out. 2022.

SIRINELLI, J. F. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-270.

SOARES, M. J. A. As Escolas de Aprendizes Artífices – estrutura e evolução. **Fórum Educacional**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 58-92, jul./set. 1982. Disponível em: <https://docplayer.com.br/43842780-As-escolas-de-aprendizes-artifices-estrutura-e-evolucao.html> Acesso em: 17 jan. 2022.

SODRÉ, N. W. **História da burguesia brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SOUZA, E. C. Pesquisa narrativa e escrita (auto)biográfica: interfaces metodológicas e formativas. In: SOUZA, E. C.; ABRAHÃO, M. H. M. B. (Orgs). **Tempos, narrativas e ficções**: a invenção de si. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. p. 135-147.

SOUZA, F. C. S.; ALBANO, V. D. A. Compre o seu futuro! o cenário atual da mercantilização da educação profissional

no Brasil. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, n. 51, e8835, out./dez. 2019. <http://dx.doi.org/10.5585/eccos.n51.8835>.

SOUZA, F. C. S.; RODRIGUES, I. S. Formação de professores para Educação Profissional no Brasil: percurso histórico e desafios contemporâneos. *Revista HISTEDBR on line*, Campinas, v.17, n. 2, p. 621-638, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8644682> Acesso em: 17 jan. 2022.

SOUZA, F. C. S.; OLIVEIRA, E. F. A. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica: trajetória e divulgação da pesquisa em trabalho-educação. **Humanidades & Inovação**, Tocantins, v. 8, n. 53, p. 25-40, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/5948> Acesso em: 21 jan. 2022.

SOUZA, F. C. S.; LIMA, A. P. M. Reforma da educação profissional nos anos 1990: o Brasil segue o guia neoliberal. *Revista Exitus*, Santarém/PA, v. 11, p. 01-25, e020165, 2021. <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2021v11n1ID1610>

SOUZA, F. C. S.; SILVA, E. C. Políticas educacionais e verticalização da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (séculos XX e XXI). **Vértices**, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 24, n. 2, p. 236-266, maio/ago. 2022. <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v24n22022p236-266>

TEIXEIRA, F. M. P.; TOTINI, M. E. **História econômica e administrativa do Brasil**. São Paulo: Ática, 1989.

Posfácio



Ao registrar, magistralmente, a história do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional do IFRN (PPGEP), o Professor Dr. Chagas Souza, como grande pesquisador que é, nos presenteia com um importante resgate temporal dos diversos momentos da Educação Profissional no Brasil, indo das Escolas de Aprendizes Artífices, nos idos de 1909, à criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e, conseqüentemente dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ao apagar das luzes do ano de 2008, com a promulgação da Lei 11.892.

Esse resgate histórico nos permite compreender a evolução da educação profissional no Brasil, contextualizado pelos momentos políticos, econômicos e sociais vividos pelo país nesses mais de 100 anos. É nesse contexto que o autor nos apresenta a criação do PPGEP do Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN, iniciando com a aprovação do Mestrado Acadêmico em Educação Profissional, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, em 13 de dezembro de 2012, por coincidência, dia de Santa Luzia, protetora da visão e padroeira de Mossoró, cidade onde o autor reside e trabalha, abençoando a educação profissional com um novo olhar sobre o seu fazer acadêmico.

Considerando que logo no início deste livro, o autor nos fala que, “ao analisar documentos é preciso encontrar o não dito, o contraditório, o que ficou nas entrelinhas”, quero registrar, do lugar de quem conduziu o processo, à época como Reitor do IFRN, as tratativas junto ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF e à Capes, com vistas ao sucesso na aprovação do programa. Ao tomarmos conhecimento

da não recomendação do mestrado acadêmico na reunião de setembro/2012 pelo CTC da Capes, solicitei ao presidente do CONIF, Prof. Dr. Dênio Rebello Arantes, o agendamento de uma reunião com o Diretor de Avaliação da Capes, Prof. Dr. Lívio Amaral, para que pudéssemos mostrar a importância da criação desse mestrado acadêmico em educação profissional para a Rede Federal e para o país, tendo em vista a inexistência de programas de pós-graduação com esse viés nas Universidades brasileiras e a necessidade de formarmos docentes e pesquisadores nessa área. Em outubro daquele ano fomos recebidos, eu e o Presidente do CONIF, pelo Diretor de Avaliação da Capes, momento no qual fizemos uma efusiva defesa da aprovação do programa, mostrando dados da Rede Federal que apontavam nesse sentido.

O desfecho dessa luta, todos já conhecemos. Hoje o PPGEP, além de contar com um programa de Mestrado Acadêmico em Educação Profissional, com inúmeras dissertações defendidas, conta com um programa de Doutorado Acadêmico muito bem reconhecido e avaliado pela Capes.

Vale salientar que nada disso teria sido possível sem o empenho efetivo dos Professores José Yvan Pereira Leite, então Pró-reitor de Pesquisa e pós-graduação do IFRN, e do Prof. Dr. Dante Henrique Moura que, à época, coordenava o Núcleo de Pesquisa em Educação – NUPED, onde foi elaborado o projeto de mestrado, denso e com justificativas irrefutáveis. Vida longa ao nosso PPGEP!

Natal, agosto de 2022

BELCHIOR DE OLIVEIRA ROCHA

Ex-reitor do IFRN

Índice Remissivo



Cefetização	p. 70
Centro Federal de Educação Tecnológica/CEFET	p. 22
Colóquio “A produção do Conhecimento em Educação Profissional”	p. 107
Decreto nº 2.208/1997	p. 76
Decreto nº 5.154/2004	p. 78
Dissertação/Dissertações	p. 108
Dualidade	p. 41
Educação Tecnológica	p. 26
Ensino Médio Integrado	p. 121
Ensino Profissionalizante	p. 27
Ensino Técnico	p. 27
Escolas de Aprendizizes Artífices	p. 26
Escolas Industriais	p. 26
Escola Normal	p. 44
Escolas Técnicas Federais	p. 26
Estado Novo	p. 46
Formação de professores	p. 68
Getúlio Vargas/Governo Vargas	p. 43
Juscelino Kubitschek/Governo JK	p. 56
Fernando Henrique Cardoso/Governo FHC	p. 72
Industrialização	p. 36
Indústria	p. 26
Institutos Federais	p. 26
Interdisciplinaridade	p. 238
II Colóquio Nacional	p. 119
III Colóquio Nacional	p. 127
IV Colóquio Nacional	p. 135
Lei Orgânica do Ensino Industrial	p. 52
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	p. 27

Lei nº 5.692/1971	p. 65
Lei nº 11.892/2008	p. 84
Liceus Industriais	p. 26
Licenciatura	p. 68
Neoliberalismo	p. 73
Politecnia	p. 163
Plano Nacional de Educação	p. 90
Processo seletivo	p. 131
Proeja	p. 100
Pronatec	p. 111
Reforma Capanema	p. 52
Reforma do Ensino Médio	p. 136
Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica/RFEPCT	p. 26
Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico ..	p. 43
Trabalho como princípio educativo	p. 113
Verticalização	p. 33



A Editora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) já publicou livros em todas as áreas do conhecimento, ultrapassando a marca de 150 títulos. Atualmente, a edição de suas obras está direcionada a cinco linhas editoriais, quais sejam: acadêmica, técnico-científica, de apoio didático-pedagógico, artístico-literária ou cultural potiguar.

Ao articular-se à função social do IFRN, a Editora destaca seu compromisso com a formação humana integral, o exercício da cidadania, a produção e a socialização do conhecimento.

Nesse sentido, a EDITORA IFRN visa promover a publicação da produção de servidores e estudantes deste Instituto, bem como da comunidade externa, nas várias áreas do saber, abrangendo edição, difusão e distribuição dos seus produtos editoriais, buscando, sempre, consolidar a sua política editorial, que prioriza a qualidade.



editoraifrn



Francisco das Chagas Silva Souza

Licenciado em História (UFPB) e doutor em Educação (UFRN). Professor titular do IFRN/Mossoró. Leciona no Programa de Pós-Graduação Educação Profissional (PPGEP), no Programa de Pós-Graduação em Ensino (IFRN/UERN/UFERSA) e no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (Mestrado Profissional em Rede Nacional).

Ao longo do século XX e nas primeiras décadas do XXI, as instituições que compõem a Rede Federal da Educação Profissional, Científica e Tecnológica passaram por mudanças nas suas ofertas segundo as demandas da economia e da sociedade. Assim, se a atual Rede nasceu, em 1909, apenas com o propósito de prestar uma formação básica a jovens pobres, hoje, as instituições oferecem cursos não só em nível de Educação Básica, mas também Ensino Superior e de Pós-graduação *lato* e *stricto sensu*.

Nesta obra, aborda-se a oferta da Pós-graduação *stricto sensu* no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, *Campus* Natal Central. A aprovação do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (PPGEP), pela Capes, deu-se em 2012, e as atividades letivas tiveram início em 2013. Em 2018, o projeto de oferta de doutorado por esse Programa foi aprovado pela Capes, tendo iniciado a primeira turma em 2019.

Por fim, considerando que essa obra também é uma comemoração aos 10 anos de existência do PPGEP, contamos com a participação de alguns alunos e egressos que nos enviaram relatos de suas experiências nesse Programa. Nesses depoimentos, há um esboço sobre a importância desse PPG para as suas vidas.

ISBN 978-85-8333-301-2



9 788583 333012 >

